

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA  
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

ANDREW VICTOR THOMÉ BIZZO

**POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA  
PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: DITOS E ESCRITOS NO DOMÍNIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA  
2025

ANDREW VICTOR THOMÉ BIZZO

**POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA  
PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: DITOS E ESCRITOS NO DOMÍNIO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs

Linha de pesquisa: Linguística Aplicada

Vitória  
2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B625p Bizzo, Andrew Victor Thomé, 1994-  
Políticas de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no ensino superior : ditos e escritos no domínio da Universidade Federal do Espírito Santo / Andrew Victor Thomé Bizzo. - 2025.  
126 p.

Orientador: Pedro Henrique Witches.  
Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Intérpretes para surdos. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Direito - Linguagem. 4. Serviço público. 5. Ensino superior. 6. Políticas. I. Witches, Pedro Henrique. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

---



Programa de Pós-Graduação em Linguística  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 293 – 23/10/2025**

Em sessão pública ocorrida no dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e cinco, através de videoconferência, conforme Portaria Normativa nº 09, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 04 de agosto de 2025, procedeu-se a avaliação da dissertação do aluno **Andrew Victor Thomé Bizzo**. Às 14h, o Prof. Dr. Pedro Henrique Witches (UFES), Orientador e Presidente da Comissão Examinadora, deu início aos trabalhos, convidando os demais integrantes da Comissão: Prof. Dr. Roberto Perobelli de Oliveira (UFES) - Examinador Interno e Profa. Dra. Silvana Aguiar dos Santos (UFSC) - Examinadora Externa. A seguir, o Presidente solicitou ao mestrando que fizesse uma explanação de seu trabalho intitulado *“Políticas de tradução e interpretação em Libras e língua portuguesa no ensino superior: ditos e escritos no domínio da Universidade Federal do Espírito Santo”*. Findada a apresentação, o Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição do candidato. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida dissertação nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Linguística. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente, por mim e pelos demais componentes da Comissão.

**Prof. Dr. Pedro Henrique Witches (UFES)**  
Orientador e Presidente da Comissão

Documento assinado digitalmente  
**PEDRO HENRIQUE WITCHES**  
Data: 24/10/2025 14:08:42-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

**Prof. Dr. Roberto Perobelli de Oliveira (UFES)**  
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
**ROBERTO PEROBELLI DE OLIVEIRA**  
Data: 24/10/2025 14:39:05-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

**Profa. Dra. Silvana Aguiar dos Santos (UFSC)**  
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente  
**SILVANA AGUIAR DOS SANTOS**  
Data: 24/10/2025 15:03:21-0300  
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

*Morte e vida estão no poder da língua.  
– Provérbios 18:21 (nwt-T)*

## AGRADECIMENTOS

“Onde estão os outros nove?” — essa pergunta ecoa dentro de mim sempre que penso sobre gratidão. Ela remete a uma passagem bíblica (Lucas 17:11-19) na qual um homem realizou um ato de grande bondade para com dez pessoas, e, apenas uma delas, ao perceber o favor recebido, tomou a iniciativa de voltar até ele para expressar sua gratidão. Inspirado por essa atitude, também “tomo a iniciativa de voltar” para agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, me ajudaram, apoiaram, auxiliaram, cooperaram ou colaboraram; a todos que, em algum momento durante meu período no curso de mestrado, realizaram “algum ato de bondade” a meu favor.

Início meus agradecimentos, não por mero clichê, mas *ao meu Deus*, Jeová, por ter-me concedido a dádiva da vida e por orientar minhas escolhas ao longo desta trajetória. Sou profundamente grato por sua constante ajuda, que tem sido o alicerce que sustenta minha caminhada, fortalecendo-me nos desafios, concedendo-me sabedoria nas decisões e serenidade nos momentos de incerteza.

Em seguida, expresso minha gratidão a todos que, no âmbito acadêmico e profissional, contribuíram para a realização desta pesquisa:

*Ao meu orientador*, professor Pedro Henrique Witches, pelo acompanhamento atento e pelas orientações essenciais ao desenvolvimento desta dissertação e por me apresentar às discussões sobre políticas linguísticas e de tradução.

*Aos membros da banca examinadora*, professora Silvana Aguiar dos Santos e professor Roberto Perobelli, pela gentileza de aceitarem o convite para participar tanto do exame de qualificação quanto da defesa e pelas contribuições significativas que enriqueceram este trabalho; à professora Keila Cardoso Teixeira e ao professor Gabriel Silva Nascimento, que generosamente aceitaram compor a banca como membros suplentes.

*Ao meu grupo de pesquisa*, o Círculo de Estudos Interdisciplinares com Línguas de Sinais (Ceilis), pelas trocas acadêmicas e pelo aprendizado compartilhado ao longo de nossos encontros.

*À Direção* do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Ufes, pela concessão da licença que permitiu com que eu me dedicasse exclusivamente ao curso de mestrado.

*Aos colegas* do Setor de Tradução e Interpretação em Libras da Ufes, que compartilham comigo o cotidiano, as aflições e os desafios do trabalho como tradutor e intérprete de Libras em uma universidade; agradeço pelas entrevistas concedidas e pela disposição em se

reorganizarem durante a minha licença — em especial, ao meu amigo Mario Cots, com quem compartilho, além dessas experiências, também os anseios da vida.

*Aos participantes da pesquisa*, que, de maneira altruísta e em prol da produção do conhecimento, aceitaram conceder as entrevistas que compuseram parte do material de análise apresentado nesta dissertação, oferecendo seu tempo, suas experiências e suas histórias, contribuindo assim para o fortalecimento deste estudo.

Finalizo meus agradecimentos aos meus incentivadores e meu esteio, minha família imediata:

*Aos meus pais*, Vitório e Mônica Bizzo, por proporcionarem o que estava ao seu alcance para que eu alcançasse esta conquista. Em especial, ao entusiasmo da minha mãe, que se alegra com cada pequena conquista, algo que, ao mesmo tempo, me diverte e me acalenta, impulsionando-me a prosseguir.

*À minha irmã e cunhado*, Andresa e Roberto Cabral, que sempre estiveram presentes com palavras de incentivo e gestos de apoio, amolecendo os desafios deste percurso e tornando-o valioso. Particularmente à Dra. Andresa, por desbravar o mundo acadêmico em nossa família e mostrar que esse é um caminho possível.

Dois anos podem ser um período breve para se realizar uma pesquisa, mas não para se encontrar um verdadeiro amor. Durante o mestrado, conheci uma pessoa que se tornou muito especial na minha vida, por isso registro minha profunda e amorosa gratidão *à minha esposa*, Giselly Bizzo, que esteve ao meu lado desde os primeiros meses do curso, pelo apoio, pela paciência em compreender minhas ausências, tornando esta trajetória mais benevolente e significativa.

A vocês, toda a minha gratidão.

## RESUMO

Considerando os efeitos da política nacional de inclusão, o início do século XX é marcado pelo aumento da presença de pessoas com deficiência em diferentes espaços sociais. Esses efeitos alcançam o domínio institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que passou a receber a matrícula de estudantes surdos que têm a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua. Como condição mínima para a acessibilidade e permanência desses alunos, a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa se tornou uma necessidade e a emergência da atuação desses profissionais nesse contexto merece ser investigada. Considerando essa conjuntura, o objetivo desta dissertação é analisar a constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes. Para tanto, assumindo uma abordagem da linguística aplicada indisciplinar e tendo como fundamentação aspectos teóricos sobre políticas de tradução e interpretação, bem como de políticas linguísticas, realizou-se um estudo de caso no domínio institucional da Ufes envolvendo a análise de dois conjuntos de materiais: (i) documentos que tratam das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na instituição, compreendidos entre 2009 e 2024; e (ii) entrevistas semiestruturadas com servidores que exerceram as atividades de tradução e interpretação na instituição nesse período ou que colaboraram para a realização dessas atividades. Observou-se que a trajetória dessas atividades na instituição perpassa pela concessão de bolsas a estudantes monitores que atuaram como intérpretes, passando pela formalização de um cargo público federal, hoje vedado, até alcançar uma organização interna protagonizada pelos tradutores e intérpretes ocupantes desse cargo. Diante das discussões possibilitadas por essas dinâmicas, argumenta-se que o desafio da política de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes é romper com uma lógica reativa de resposta a demandas emergenciais, cuja superação ultrapassa as fronteiras do domínio institucional, visto que ela é efeito de uma política nacional ampla que limita as condições de exercício dos direitos linguísticos de pessoas surdas. Considera-se que a pesquisa oferece elementos para se pensar sobre as dinâmicas em torno das políticas de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa em contextos institucionais públicos.

**Palavras-chave:** Tradutores e intérpretes de língua de sinais. Direitos linguísticos. Ensino superior. Serviço público. Políticas de tradução.

## RESUMO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0EclMFnBMk>. Acesso em: 24 nov. 2025.

## ABSTRACT

Considering the effects of the national inclusion policy, the beginning of the 20th century was marked by an increasing in the presence of people with disabilities in different social spaces. These effects extended to the institutional domain of the Federal University of Espírito Santo (Ufes), which began enrolling deaf students who have Brazilian Sign Language (Libras) as their first language. As a minimum condition for ensuring these students' accessibility and retention, the hiring of Libras–Portuguese translators and interpreters became essential, and the emergence of these professionals' work in this context warrants further investigation. In this scenario, the aim of this dissertation is to analyze the constitution of Libras–Portuguese translation and interpreting activities at Ufes. To this end, adopting an interdisciplinary applied linguistics approach and drawing on theoretical perspectives from translation and interpreting policies as well as from language policy, a case study was carried out based on two sets of materials: (i) documents addressing Libras–Portuguese translation and interpreting activities at the institution between 2009 and 2024; and (ii) semi-structured interviews with Ufes servers who either performed such activities during this period or contributed to their implementation. The study revealed that the trajectory of these activities at the institution has evolved from the awarding of scholarships to student monitors who acted as interpreters, through the formalization of a federal public position—currently discontinued—toward the consolidation of an internal structure organized by translators and interpreters holding that position. Based on the discussions enabled by these dynamics, it is argued that the main challenge of the policy on translation and interpretation between Brazilian Sign Language and Portuguese at Ufes is to break with a reactive logic of responding only to emergent demands. Overcoming this challenge goes beyond institutional boundaries, as it results from a broader national policy that restricts the conditions under which deaf people can exercise their linguistic rights. This research is therefore considered to provide insights for reflecting on the dynamics surrounding Libras–Portuguese translation and interpreting policies in public institutional contexts.

**Keywords:** Sign language translators and interpreters. Linguistic rights. Higher education. Public service. Translation policies

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos Estudos da Tradução.....	29
Figura 2 – Adaptação do modelo teórico de políticas linguísticas às políticas de tradução e interpretação.....	36
Figura 3 – Fundamentação teórica desta dissertação.....	40
Figura 4 – Relação das Dissertações e Teses mapeadas.....	46
Figura 5 – Quantidade de Dissertações e Teses por ano.....	47
Figura 6 – Produção de trabalhos por região do Brasil.....	48
Figura 7 – Produção acadêmica por gênero dos autores.....	53

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Direitos linguísticos x Política de Acessibilidade.....	38
Quadro 2 – Produção acadêmica por área do conhecimento.....	51
Quadro 3 – Percurso metodológico.....	65
Quadro 4 – Documentos selecionados.....	69
Quadro 5 – Síntese dos acontecimentos relacionados ao cargo de intérprete de Libras na Ufes.....	73
Quadro 6 – Excerto 1 de entrevistas.....	79
Quadro 7 – Excerto 2 de entrevistas.....	81
Quadro 8 – Excerto 3 de entrevistas.....	83
Quadro 9 – Excerto 4 de entrevistas.....	87
Quadro 10 – Excerto 5 de entrevistas.....	88
Quadro 11 – Excerto 6 de entrevistas .....	88
Quadro 12 – Excerto 7 de entrevistas .....	89
Quadro 13 – Excerto 8 de entrevistas.....	91
Quadro 14 – Excerto 9 de entrevistas.....	92
Quadro 15 – Excerto 10 de entrevistas e excerto 1 de documentos.....	93
Quadro 16 – Excerto 11 de entrevistas e excerto 2 de documentos.....	94
Quadro 17 – Excerto 12 de entrevistas.....	96
Quadro 18 – Excerto 13 de entrevistas.....	96
Quadro 19 – Excerto 14 de entrevistas.....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
BrasILS – Intérpretes de Língua de Sinais do Brasil  
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações  
CCE – Centro de Comunicação e Expressão  
CCHN – Centro de Ciências Humanas e Naturais  
Ceilis – Círculo de Estudos Indisciplinares com Línguas de Sinais  
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa  
CUn – Conselho Universitário  
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas  
DLL – Departamento de Línguas e Letras  
DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho  
DOU – Diário Oficial da União  
ET – Estudos da Tradução  
Etils – Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais  
GEPI – Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão  
GIPES – Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos  
Hucam – Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes  
IC – Iniciação Científica  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
Ifes – Instituto Federal do Espírito Santo  
IFs – Institutos Federais  
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
LA – Linguística Aplicada  
LBI – Lei Brasileira de Inclusão  
LER – Lesão por Esforço Repetitivo  
Libras – Língua brasileira de sinais  
MEC – Ministério da Educação  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NALS – Núcleo de Aquisição de Línguas de Sinais  
Naufes – Núcleo de Acessibilidade da Ufes  
NUPPES – Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos  
ONU – Organização das Nações Unidas

PASS – Políticas de Atenção à Saúde e segurança do Servidor Público Federal  
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PGET – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução  
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas  
PPGEL – Programa de Pós-Graduação em Linguística  
PUCRCE – Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos  
SEC – Secretaria do Centro de Ciências Humanas e Naturais  
STIL – Setor de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais  
TAE – Técnico-Administrativos em Educação  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais  
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFS – Universidade Federal do Sergipe  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UTP – Universidade Tuiuti do Paraná

## SUMÁRIO

<b>NOTAS INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>17</b>
<b>1 AS PERSPECTIVAS QUE ORIENTAM A PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
1.1 ARTICULAÇÕES ENTRE LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA TRADUÇÃO.....	26
1.2 PELA PERSPECTIVA TEÓRICA DA POLÍTICA DE TRADUÇÃO.....	30
<b>2 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NA ESFERA ADMINISTRATIVA FEDERAL.....</b>	<b>42</b>
2.1 A REGULAMENTAÇÃO E A CRIAÇÃO DO CARGO.....	55
2.2 ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE NO ENSINO SUPERIOR.....	58
<b>3 PROCEDIMENTOS PARA UMA PESQUISA NA UFES.....</b>	<b>63</b>
3.1 ESCRITOS: OS DOCUMENTOS.....	67
3.2 DITOS: AS ENTREVISTAS.....	74
<b>4 UMA POLÍTICA DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA NA UFES.....</b>	<b>77</b>
4.1 UM ALUNO SURDO E SEUS DIREITOS LINGUÍSTICOS.....	78
4.2 UMA BOLSA PARA MONITORES INTERPRETAREM.....	80
4.3 UM CARGO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS....	83
4.4 O LUGAR DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES NA UFES.....	86
4.5 UMA LÓGICA DE INTERPRETAÇÃO SOB DEMANDA.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>117</b>
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE TRABALHOS ACADÊMICOS.....	117
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	122

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

A tradução constrange as instituições que abrigam essas categorias e práticas, visto que chama a atenção para as condições e efeitos questionáveis dessas instituições, para as contradições e exclusões que as tornam possíveis — e as desacreditam (Venuti, 2019, p. 11).

O estudioso da tradução Lawrence Venuti (2019), na epígrafe acima, discute a prática de tradução para além da técnica de transposição de línguas, mas como um ato político capaz de revelar atitudes questionáveis das instituições como a marginalização das línguas minoritárias, a padronização excludente e a imposição de uma visão de mundo. A tradução, nesse caso, oportuniza com que as instituições sejam desacreditadas ao opor-se à sua legitimidade. Um ato político contesta ou transforma as relações de poder em uma determinada situação e pode ocorrer em diferentes esferas. Geralmente, ele envolve questões relacionadas a justiça, igualdade, direitos e organização social. A tradução, como apresentada por Venuti (2019), pode se configurar como um ato político quando inserida em processos decisórios ou escolhas que envolvem duas línguas e culturas, com impactos ideológicos ou políticos.

A tradução como ato político se distingue de políticas de tradução, temática sobre a qual trata esta dissertação. O campo das políticas de tradução se dedica ao estudo das condições, normas, instituições e contextos sociais, culturais e políticos que influenciam a tradução enquanto fenômeno social (Santos; Zandamela, 2015; Santos; Francisco, 2018; Santos; Veras, 2020). Tal campo busca evidenciar e analisar, por exemplo, quem decide quais obras serão traduzidas e para quais públicos; as ideologias que moldam os padrões e estratégias tradutórias em diferentes épocas e contextos; de que modo o poder estatal, bem como as políticas culturais e econômicas, impactam a circulação das traduções, e o papel de tradutores enquanto agentes sociais inseridos em estruturas maiores de poder. Vai além das decisões pontuais, investigando como as forças estruturais condicionam e moldam o ato tradutório.

Enquanto ato político, a tradução pode impulsionar a criação de políticas públicas, um tópico que pode ser investigado pelo campo das políticas de tradução, especialmente no que se refere a inclusão e acessibilidade de grupos linguísticos, bem como aos seus direitos. No caso mais específico que importa a esta dissertação, refiro-me aos grupos linguísticos formados por pessoas surdas que têm uma língua de sinais como primeira língua. Assim, pode-se assumir que as políticas públicas compreendem um conjunto de

[...] ações descritas em um planejamento realizado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, cujo principal objetivo é garantir os direitos dos cidadãos, favorecendo o estado de bem-estar social. Além disso, elas

representam decisões e interesses políticos no que se refere à alocação dos recursos (Melo, 2021, p. 28).

Para que minorias sociais possam exercer seu direito à cidadania, legislações e programas governamentais são promulgados com intuito de empregar instrumentos que possibilitem acesso a diversas atividades que são realizadas no país. No contexto nacional, destaco a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que foi instituída com o objetivo de garantir e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência<sup>1</sup>, tornando-se uma política pública de grande relevância. Entretanto, a busca por garantia de direito para pessoas com deficiência no país não começa no século XXI.

No período em que o Brasil consolidava seu sistema democrático, a Constituição de 1988, em seu capítulo VII, aborda a obrigatoriedade de elaboração de programas, construções de edifícios estruturais e adequação de transportes específicos para garantir o acesso das pessoas com deficiência, bem como o cuidado com sua saúde e proteção. As lutas, movimentos e as manifestações sociais conduziram à promulgação de diferentes instrumentos legais entre os anos de 1988 e 2015. Um desses dispositivos legais, importante para o tema desta dissertação, foi promulgado após mobilizações das comunidades surdas brasileiras: a Lei de Libras, nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Essa lei formalizou o reconhecimento da língua brasileira de sinais (Libras) como um meio legal de comunicação e expressão, com um sistema linguístico de modalidade gestual-visual, garantindo seu uso em serviços públicos para atendimento de pessoas surdas.

Com o propósito de garantir condições de igualdade e de exercício da cidadania para pessoas com deficiência, o movimento não estacionou. A fim de promover a implementação dessas ações, mais recentemente, o Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023, instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conhecido como o *Novo Viver sem Limite*<sup>2</sup>. Essa regulamentação tem como objetivo articular e promover programas e ações para o exercício pleno e equitativo dos direitos dos cidadãos com deficiência. O Decreto chama a atenção por ter incluído o termo capacitismo na legislação brasileira sobre direitos humanos, demonstrando que o compromisso abrange também o enfrentamento das violências e discriminações que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente.

---

<sup>1</sup> Na perspectiva dos estudos surdos, a *surdidade* (Ladd, 1999) ou a condição de *ser surdo* (Perlin, 2003) tem sido descrita como uma experiência que se descola da matriz discursiva da deficiência. Entretanto, em termos de legislação e políticas públicas, as pessoas surdas estão contempladas em ações voltadas a pessoas com deficiência.

<sup>2</sup> O *Novo Viver sem Limites* é uma atualização do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Viver sem Limite, instituído pelo Decreto nº 7.612/2011.

Essas legislações, ao tratarem da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência, produzem impactos diretos no campo das políticas de tradução, pois reconhecem a tradução e a interpretação como instrumentos de cidadania e de acesso equitativo à informação e aos serviços públicos. A partir delas, a tradução passa a ser compreendida não apenas como prática técnica, mas como mediação linguística e social, essencial para a efetivação dos direitos linguísticos de grupos historicamente marginalizados, como a comunidade surda.

No entanto, pode-se levantar a hipótese de que, embora essas normas representem avanços significativos no plano discursivo e jurídico, sua efetividade ainda é limitada por lacunas na gestão e implementação das políticas linguísticas, como a formação de profissionais qualificados, a definição de responsabilidades institucionais e a destinação de recursos. Outra hipótese é que, ao regulamentar a tradução e a interpretação, o Estado também pode exercer um controle institucional sobre essas práticas, definindo parâmetros que, ao mesmo tempo em que promovem inclusão, restringem a autonomia desses profissionais. Dessa forma, essas medidas delineiam um cenário em que a tradução passa a ser reconhecida como um meio de promoção dos direitos linguísticos e da acessibilidade. No entanto, para que esse reconhecimento se concretize, é necessário que haja ações efetivas capazes de ir além do discurso legal e se materializem em práticas reais de inclusão e equidade.

A legislação brasileira, voltada para os direitos das pessoas com deficiência, foi gradativamente se consolidando. Contudo, alerta que o movimento de pensar na legislação voltada para pessoas com deficiência não ocorreu sem tensionamentos. Na década de 1980, as políticas internacionais repercutiram a inclusão como movimento social (Deimling; Moscardini, 2012); em consequência, países que faziam parte dessas organizações mundiais tiveram que implementar as decisões acordadas. Entre os documentos que tiveram influência na criação da legislação brasileira para pessoas com deficiência, destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração de Guatemala (1999) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU) (2006).

As primeiras legislações voltadas às pessoas com deficiência concentravam-se, prioritariamente, na dimensão educacional. Com o passar dos anos, entretanto, as discussões giraram em torno da perspectiva social mais ampla, reconhecendo que “assegurar a vida digna não se resume mais à oferta de bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais” (Diniz *et al.*, 2009, p. 74). Assim, a garantia de acesso das pessoas

com deficiência deixou de estar restrita ao campo da educação ou ao espaço escolar, estendendo-se a todos os âmbitos que compõem a vida cidadã, como a justiça, a saúde, o exercício de direitos fundamentais, além dos espaços de lazer, culturais e sociais.

Um dos efeitos da implementação dessa legislação é o notável aumento do número de alunos surdos que tem a Libras como primeira língua ingressantes no ensino superior no Brasil. De acordo com o Censo de Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), até 2015, um total de 7.131 alunos com deficiência auditiva, surdos ou surdocegos estavam matriculados em até 670 instituições de ensino superior (Esdras; Galasso, 2017). No entanto, para garantir condições mínimas de acessibilidade e permanência desses estudantes nessas instituições, bem como para garantir seus direitos linguísticos, a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa se tornaram necessárias. Assim, foi possível observar, nas últimas duas décadas, um crescimento na contratação de tradutores e intérpretes desse par linguístico em diferentes universidades e institutos federais. A Ufes, como única universidade federal do estado do Espírito Santo, se enquadra nesse contexto. Desde o ano de 2009, essa instituição passou a contratar servidores para atuar no cargo de *tradutor e intérprete de linguagem de sinais*<sup>3</sup>, sendo, eu mesmo, um deles. Isto é, sou servidor ocupante do cargo de tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa da instituição desde 2017.

Para quem estiver lendo esta dissertação, tal informação pode tornar compreensível minha escolha pelo objeto de investigação aqui apresentado, já que tem a ver com a minha rotina de trabalho. De fato, essa conclusão não estaria errada. Contudo, uma breve busca por palavras-chave, como “tradução e Libras”, “políticas de tradução”, interpretação e Libras”, “Libras e língua portuguesa” já permitiria encontrar uma sucessão de outros temas possíveis e até mais comuns de se serem investigados por um tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa que atua no ensino superior. Meu enlace com o tema da política de tradução teve início quando ainda cursava o quarto semestre do curso de graduação em Letras-Libras, o bacharelado em Tradução e Interpretação da Ufes, num período em que alguns professores ofertaram vagas no edital de iniciação científica (IC). Alguns colegas de turma que já realizavam IC me relataram como era proveitoso o conhecimento que tinham adquirido e que poderiam aproveitar a pesquisa realizada para desenvolver o trabalho de conclusão de curso (TCC). Então, com o pensamento de ajudar na realização do tão preocupante TCC, destinei

---

<sup>3</sup> É assim que o cargo está identificado na Lei nº 11.091, de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais vinculadas ao Ministério da Educação. No capítulo 2 deste trabalho, apresento um tensionamento sobre essa nomenclatura.

certo tempo para compreender a oferta das vagas daquele edital e qual temática cada professor se debruçava em investigar. Precisei destinar esse tempo, porque, até aquele momento, estava com muitas incertezas em relação ao que gostaria de pesquisar em meu percurso de formação acadêmica.

No decorrer da busca, por alguma certeza no que pesquisar, foi-me sugerida a leitura de um artigo do Prof. Pedro Witches (2019). Um trecho deste artigo chamou minha atenção, no qual o autor discute como a tradução e a interpretação têm operado como mecanismos fundamentais de acessibilidade linguística para pessoas surdas que têm a língua de sinais como parte constitutiva de suas subjetividades. A intenção do autor, nesse caso, era discutir a relação da tradução e a interpretação de língua de sinais com o território da política linguística, articulando com as políticas de tradução. A discussão realizada por Witches (2019) me fez refletir sobre a minha profissão e pensar que o seu exercício está para além de “bater as mãos”, ou seja, de interpretar simultaneamente do português para Libras.

Ao me deparar com a temática da política linguística e de tradução pelas perspectivas de Calvet (2007), Lagares (2018), Queiroz, Bagno e Monteiro (2018), Santos e Francisco (2018), alguns aspectos despertaram meu interesse. Por exemplo, as atividades de tradução e interpretação de e para línguas de sinais estão fortemente ligadas ao processo de construção da subjetividade de uma pessoa surda, então qualquer decisão de promover ou esmorecer a língua de sinais em algum espaço vai determinar se a pessoa surda terá ou não acesso a uma informação ou a um conhecimento. Dessa forma, as decisões acerca do uso da língua de sinais podem no exercício da cidadania por parte dessa pessoa.

Comecei minha caminhada de pesquisa acadêmica acerca dessa temática com um subprojeto de iniciação científica cujo objetivo era analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a noção de políticas de tradução em discussões sobre políticas linguísticas para surdos. Dessa maneira, após mapear e selecionar produções que tratam desse tema, sistematizei a noção de políticas de tradução e seus sentidos atribuídos às políticas linguísticas para surdos na relação com as atividades de tradução e de interpretação. Hoje, consigo enxergar como foi importante realizar uma pesquisa bibliográfica enquanto engatinhava no meio acadêmico, e também em relação à temática. Quando fui orientado a realizar uma pesquisa bibliográfica, inicialmente não me animei, porque tinha em mente que iria fazer apenas uma compilação de produções já publicadas, mas estava enganado. Esse tipo de pesquisa não é uma mera execução de busca entre teses, dissertações, artigos e livros a respeito de um mesmo tema. Além da busca, é necessário realizar resumo, fichamento de cada produção, relacionar uma obra com outra de maneira coesa, analisar criticamente e adicionar explicações (Paiva, 2019). Pesquisar dessa

maneira me possibilitou ter contato com o que já existe sobre o objeto que me interessei, levantar perguntas e ter *insights* para caminhos novos a serem trilhados.

Continuando a caminhada na academia, os meus anseios em relação ao trabalho de conclusão de curso só tiveram fim quando defendido, mas as incertezas quanto ao que pesquisar não existiam mais. Seguindo a trilha das discussões de políticas linguísticas, de tradução e de interpretação, para a realização do TCC, aventurei-me numa pesquisa documental que teve o objetivo de discutir a trajetória da atividade de tradução e interpretação da Libras e língua portuguesa na Ufes<sup>4</sup>. Tive esse *insight* depois de ter realizado algumas leituras e participar de alguns eventos em que os pesquisadores e autores em suas produções e apresentações definiam uma instituição ou um *domínio linguístico*<sup>5</sup> (Spolsky, 2016) em que realizaram a pesquisa. Dessa maneira, analisei como as atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa tiveram início na instituição em que trabalho e me graduei, ou seja, uma pesquisa que me atravessava diretamente. Então, após mapear os documentos, elaborei um quadro no qual relacionei o tipo de documento com os acontecimentos envolvendo essas atividades na universidade. Isso me permitiu vislumbrar indícios de uma trajetória dessas atividades dentro da Ufes. A pesquisa realizada, apesar da dificuldade ocasionada principalmente em relação a encontrar os documentos, foi muito proveitosa. Tive a oportunidade de compreender melhor alguns aspectos que envolvem as políticas linguísticas da instituição e ao mesmo tempo identificar lacunas em relação a elas nesses documentos.

Diante dessas lacunas, ingressei, em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Ufes, pensando em continuar, no mestrado, o trabalho iniciado no trabalho de conclusão de curso, por meio de um projeto de pesquisa que tem, como problema de pesquisa, a seguinte pergunta:

*Como se constituíram as atividades de tradução e interpretação  
de Libras e língua portuguesa na Ufes?*

Diante de tal pergunta, o objetivo geral da minha pesquisa é *analisar a constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)*. Para isso, defini três objetivos específicos: (i) identificar acontecimentos que impactaram a tradução e a interpretação de línguas de sinais no ensino

---

<sup>4</sup> Os dados desse trabalho foram discutidos em Bizzo e Witches (2022).

<sup>5</sup> Para Spolsky (2016), *domínio linguístico* é o espaço social ou funcional em que certas escolhas linguísticas são feitas, muitas vezes influenciadas por fatores sociais, culturais e políticos.

superior e, especificamente, na Ufes; (ii) caracterizar o movimento de profissionalização da tradução e da interpretação de língua de sinais no contexto do serviço público; e (iii) discutir a trajetória das atividades de tradução e de interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes.

Para alcançar esses objetivos, orientei-me pelos pressupostos metodológicos do estudo de caso. Dessa maneira, empreendi duas grandes etapas para geração de dados: (1) busca e seleção de documentos compreendidos entre os anos de 2009 e 2024, que orientam e regulamentam práticas de tradução e de interpretação de Libras e língua portuguesa no domínio da Ufes; e (2) realização de entrevistas semiestruturadas<sup>6</sup>. As entrevistas foram realizadas com servidores da Ufes que têm participação direta ou indireta na trajetória das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na instituição.

É importante ressaltar que esta dissertação está escrita em primeira pessoa. Essa decisão não foi por vaidade de autoria, pois as aulas, os encontros do grupo de pesquisa ao qual pertenço e as reuniões de orientação cooperaram para a construção deste texto. Entretanto, a decisão de escrever o texto em primeira pessoa é uma ação política que coloca a minha percepção e os meus movimentos como autor e pesquisador em evidência. Além disso, destaco que o termo *constituição*, central no objetivo desta pesquisa, é empregado no sentido de formação, estrutura e características que compõem determinado fenômeno — neste caso, as atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Dadas as informações apresentadas nestas notas introdutórias, e com o objetivo de sistematizar a leitura deste trabalho, explico que este texto está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, discuto questões de perspectiva teórica, onde teço articulações entre a política de tradução e a linguística aplicada indisciplinar. No capítulo 2, discorro a respeito do funcionalismo público e aspectos históricos do profissional tradutor e intérprete de Libras na esfera da administração federal a partir da revisão de literatura em torno da presença das atividades de tradução e interpretação em instituições de ensino superior. Já no capítulo 3, detalho os procedimentos metodológicos do estudo de caso; descrevo o domínio linguístico da pesquisa, isto é, a Ufes, inspirado no modelo teórico de Spolsky (2004); apresento um quadro com documentos selecionados, caracterizo as pessoas que participaram das entrevistas e apresento o roteiro que guiou as entrevistas semiestruturadas. No capítulo 4, apresento a análise desenvolvida a partir das entrevistas, em articulação com os documentos selecionados. Por fim, exponho minhas considerações finais que vão na direção de argumentar que a política de

---

<sup>6</sup> Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, o projeto que orienta o trabalho desenvolvido nesta dissertação foi cadastrado na Plataforma Brasil para submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ufes – Campus de Goiabeiras. O projeto foi aprovado no dia 05 de julho de 2024, sob o parecer n° 6.935.029.

tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa, no contexto da Ufes, mas que também pode se estender ao contexto geral do ensino superior público na esfera federal, está marcada por um desafio, qual seja: o de superar uma lógica reativa de suprir demandas de tradução e interpretação.

## 1 AS PERSPECTIVAS QUE ORIENTAM A PESQUISA

As áreas de investigação mudam quando novos modos de fazer pesquisa, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, são percebidos como mais relevantes para alguns pesquisadores que, ao adotar persuasões particulares, começam a ver o mundo por meio de um par diferente de óculos, por assim dizer, passando a construir (ênfase: *construir*) o quê e o como se pesquisa de modos diferentes (Moita Lopes, 2006, p. 16).

Ao longo de minha trajetória acadêmica, em diversas ocasiões, ouvi a expressão “depende da perspectiva na qual o autor está se baseando” durante discussões sobre diferentes temas. Essa afirmação frequentemente surgia quando analisávamos um conceito sob múltiplos pontos de vista, destacando a importância da abordagem teórica para a interpretação do assunto em questão.

Na epígrafe, Moita Lopes (2006) destaca que as áreas de investigação estão em constante transformação, não são estáticas. O autor salienta, ainda, que tais mudanças ocorrem quando os pesquisadores passam a considerar formas alternativas de produção de conhecimento, mais coerentes com suas inquietações, contextos e objetivos. Isso pode ocorrer por meio da adoção de diferentes perspectivas teóricas e de novas práticas metodológicas. Nesse sentido, Moita Lopes (2006, p. 16) compara a teoria a “um par diferente de óculos”, uma vez que ela molda tanto o que se vê quanto a forma como se interpreta. Ao adotar uma nova lente, os pesquisadores transformam o próprio olhar sobre o objeto de estudo.

Diante disso, neste capítulo, apresento as perspectivas teóricas, os pares de óculos, adotadas para o desenvolvimento deste trabalho. Para tanto, inicialmente, abordo aspectos históricos da linguística aplicada, aqui entendida não como um subcampo aplicado da linguística (embora sua origem tenha sido essa e apesar de ela figurar como uma linha de pesquisa no programa de pós-graduação no qual estou inserido) e situo a pesquisa pelas lentes da perspectiva que ficou conhecida como linguística aplicada indisciplinar. Também, neste capítulo, adentro em perspectivas oriundas dos estudos da tradução, compreendido como um campo disciplinar autônomo, especificamente em relação aos estudos da tradução e interpretação de línguas de sinais (Etils) e aos estudos de políticas de tradução e interpretação.

## 1.1 ARTICULAÇÕES ENTRE LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Para desenvolver a pesquisa que apresento nesta dissertação, precisei me deslocar por perspectivas de dois campos que, apesar de diferentes, já foram considerados um só e abordam questões que perpassam a minha pesquisa. Nesta seção, buscarei contextualizar aspectos históricos e conceituais dessas perspectivas: a linguística aplicada (LA) e os estudos da tradução (ET). Assim, importa situar que a LA se constituiu, na segunda metade do século 20, principalmente, de teorizações sobre o ensino de línguas estrangeiras. Entretanto, ao longo do tempo, seu contexto de investigação foi ampliado. Destaco dois aspectos conceituais desse campo que passaram por transformações.

O primeiro aspecto a ser destacado refere-se ao momento, discutido por Moita Lopes (2009), na qual a linguística aplicada ampliou seus horizontes de investigação, ultrapassando os limites tradicionais do ensino e da aprendizagem de línguas estrangeiras. Esse movimento passou a incluir também os estudos sobre o “ensino e aprendizagem de língua materna, no campo dos letramentos, e de outras disciplinas do currículo, e em outros contextos institucionais (mídia, empresa, delegacia de polícia, clínica médica etc.)” (Moita Lopes, 2009, p. 17). Dessa maneira, a LA passou a compreender a linguagem como um instrumento de construção de inteligibilidade sobre a vida social, esse momento é denominado de segunda virada da LA (Moita Lopes, 2009).

Ao ampliar seus horizontes de investigação, a LA passou a concentrar seu interesse na “a situacionalidade cultural, institucional e histórica da ação humana, que é levada a termo pelo discurso/interação” (Moita Lopes, 2009, p. 18). Nessa perspectiva, a LA passou a investigar não apenas o uso da linguagem, mas também as ações sociais e os sujeitos que dela participam. Desse modo, a linguística aplicada perdeu o seu principal traço o “de operar somente em investigação em contextos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras” (Moita Lopes, 2009, p. 18). Essa mudança foi importante, pois abriu novas possibilidades para a LA, investigando em diferentes contextos que envolvem o uso e os desafios da linguagem, para além da sala de aula. Isso incluiu atividades que envolvem a interação entre humanos, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

É relevante salientar que uma percepção holística do uso e dos problemas da linguagem só foi possível devido a uma perspectiva indisciplinar da LA, o que constitui o segundo aspecto destacado. A *formulação da linguística aplicada indisciplinar* possibilitou a ampliação dos limites tradicionais da área, permitindo que o pesquisador transite entre diferentes campos do saber para compreender a linguagem em sua complexidade social e discursiva. Assim, discutir

a indisciplinaridade da LA implica, inevitavelmente, retomar as contribuições de Moita Lopes (1996, 2006, 2009), cujas reflexões foram fundamentais para consolidar essa perspectiva. Contudo, é importante salientar que outros autores têm nomeado esse movimento presente na LA como *linguística aplicada da desaprendizagem* (Fabrício, 2006), *antidisciplinar* ou *transgressiva* (Pennycook, 1998; 2006). Esses autores discutem epistemologicamente a respeito da LA e a trajetória de sua indisciplinaridade, entendendo que ela “deseja, sobretudo, falar ao mundo em que vivemos, no qual muitas das questões que nos interessavam mudaram de natureza ou se complexificaram ou deixaram de existir” (Moita Lopes, 2009, p. 19). Entretanto, ela se torna indisciplinar no momento de sua construção, confirmando a necessidade de não se configurar como disciplina, mas como um modo de fazer pesquisa. Seu objetivo é pensar de forma diferente, indo além dos conceitos consagrados e do acúmulo de conhecimentos a serem aprendidos, buscando, sobretudo, compreender o mundo atual.

Considerando sua transformação constante, a LA indisciplinar busca ir além dos limites disciplinares e atravessar as fronteiras das disciplinas (Fabrício, 2006). O conceito de disciplina pode ser entendido como um modo de criar ou desenvolver inteligibilidade em determinada área, delimitando metodologias, autores cânones, justificativas e problemas de pesquisa. Ao ultrapassar essas fronteiras teóricas, a LA indisciplinar se desprende da linguística como seu fundamento, reconhecendo que discussões contemporâneas sobre a linguagem podem emergir de outros campos e ser construídos a partir de interseções disciplinares. Com interesse de “criar inteligibilidade sobre práticas sociais em que a linguagem desempenha um papel central” (Moita Lopes, 2009, p. 19), a perspectiva indisciplinar se desvincula de sua característica solucionista de outrora.

Essas duas transformações destacadas são fundamentais para o desenvolvimento da interface com as políticas de tradução. Antes de explorar a interface entre essas duas perspectivas, porém, é importante apresentar aspectos históricos dos ET como um campo independente de pesquisa. Isso confirma a argumentação de Moita Lopes (2009, p. 21) de que pesquisar sob a “perspectiva da indisciplinaridade em LA requer um nível alto de teorização inter/transdisciplinar (o que envolve ler em vários campos do conhecimento, participar de eventos em outras áreas etc.)”.

Adotar a perspectiva indisciplinar me permite desenvolver um olhar crítico e político sobre práticas de linguagem já estabelecidas. Essa abordagem possibilita analisar as implicações da linguagem na sociedade e as interações comunicativas que influenciam a vida cultural e social. Também me permite refletir sobre o que é considerado conhecimento legítimo e como ele é construído socialmente. Proporciona flexibilidade na escolha do método de

pesquisa, considerando o contexto específico da investigação, em vez de restringir-se aos métodos tradicionais de uma única disciplina. A perspectiva indisciplinar da LA, ao problematizar práticas discursivas e construir inteligibilidade sobre a vida social, oferece ferramentas analíticas que possibilitam compreender a tradução não apenas como atividade técnica, mas como prática política e ideologicamente situada.

Considerando essas características do modo como a LA indisciplinar conduz suas pesquisas, neste trabalho me debruço sobre um assunto que, mais recentemente, tem sido inscrito como pertencente a outro campo: os estudos da tradução. A perspectiva indisciplinar da LA possibilita o diálogo com outros campos de investigação, proporcionando uma análise mais abrangente do assunto pesquisado. Entendo que os ET constituem um campo disciplinar autônomo, com o qual também preciso dialogar para desenvolver a pesquisa.

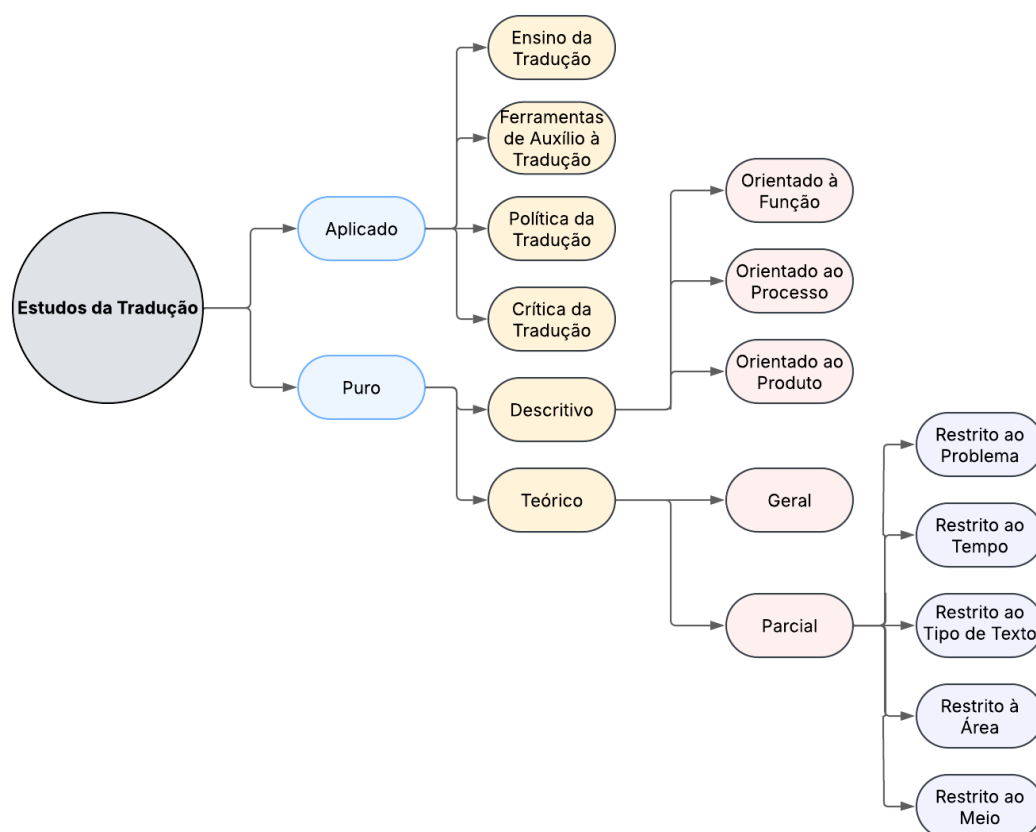
As atividades de tradução e interpretação estão profundamente ligadas ao nosso cotidiano. Como alertam Guerini e Costa (2008, p. 11): “sem a tradução, muitos setores simplesmente não funcionariam, como por exemplo, os setores de *softwares*, medicamentos, automobilístico etc.”. A tradução e a interpretação, de acordo com Williams e Chesterman (2002), existem há muito tempo, e não é possível determinar quando aconteceram pela primeira vez. No entanto, sabe-se que, desde que pessoas de diferentes línguas e culturas entraram em contato, houve necessidade de mediação linguística entre elas. Desde então, tradutores e intérpretes têm atuado para que transpor barreiras linguísticas que dificultam a comunicação.

Com passar do tempo, esses tradutores e/ou intérpretes se transformaram no profissional ‘tradutor/intérprete’ e as artes da tradução/interpretação foram, lentamente, consolidando-se como um conjunto de competências passíveis de ensino/aprendizagem, passando a constituir o ramo aplicado do campo disciplinar hoje conhecido como Estudos da Tradução (Vasconcellos, 2010, p. 123).

O campo dos ET se consolidou gradualmente, tendo se originado como uma atividade essencialmente prática e técnica. Com o tempo, tradutores e intérpretes passaram não apenas a exercer sua função, mas também a refletir sobre suas práticas, teorizar sobre o que aprenderam e desenvolver técnicas mais experimentais. Algumas dessas reflexões e teorizações foram publicadas em trabalhos acadêmicos, porém, inicialmente, apareciam dispersas em diferentes áreas do conhecimento, como linguística aplicada e literatura comparada. Na época, ainda não existia um campo institucionalizado que reunisse um conjunto específico de interesses, teorizações e um objeto de estudo voltado exclusivamente para a tradução (Vasconcellos, 2010).

Diante desse cenário, James Holmes apresentou, em um congresso de linguística aplicada em 1972, um trabalho propondo a criação de um novo campo de investigação científica: os estudos da tradução. O mapeamento apresentado por Holmes (1972) é considerado o marco fundacional desse campo como uma área autônoma, contribuindo tanto para seu reconhecimento profissional quanto para a compreensão da relevância do tradutor e dos possíveis desdobramentos dessa disciplina. Em sua proposta, Holmes (1972) delineou subcampos temáticos dentro dos ET, e muitos pesquisadores, posteriormente, elaboraram fluxogramas para representar essa estrutura. A figura 1 destaca uma versão que produzi com base no fluxograma apresentado por Vasconcellos (2010), a fim de facilitar sua visualização. Esse fluxograma, em sua forma gráfica, é uma tradução imagética do mapeamento de Holmes (1972).

Figura 1 – Mapa dos estudos da tradução



Fonte: elaborado pelo autor (2025) com base em Vasconcellos (2010)

O surgimento do campo dos estudos da tradução, em um congresso de linguística aplicada realizado em 1972, poderia explicar a articulação entre essas áreas. No entanto, a interface entre elas possibilita discussões mais profícuas. Ambas compartilham o interesse

epistemológico de compreender a linguagem como uma prática social situada e politicamente implicada. As diferentes abordagens metodológicas permitem uma complementaridade analítica, contemplando tanto os efeitos sociais quanto as regras e práticas específicas de cada área. Desse modo, a linguística aplicada indisciplinar possibilita problematizar criticamente as relações de poder subjacentes às práticas de linguagem, enquanto os estudos da tradução, sobretudo no âmbito das políticas de tradução, oferecem o aparato conceitual necessário para analisar como essas relações se materializam em decisões tradutórias concretas.

Assim como a linguística aplicada indisciplinar busca compreender práticas sociais em que a linguagem exerce papel central, os estudos da tradução, sobretudo no subcampo da política da tradução, também se interessam pelas relações de poder que atravessam as práticas tradutórias. Ambos os campos compartilham uma preocupação com a historicidade, a situacionalidade cultural e com os sujeitos nas interações mediadas pela linguagem. Nesse sentido, a perspectiva indisciplinar da LA fornece instrumentos teóricos e metodológicos para analisar a tradução não apenas como atividade técnica, mas como prática política, socialmente situada e ideologicamente marcada. É a partir desse diálogo que avanço, a seguir, para a discussão sobre as políticas de tradução, tomando como base o modelo de política linguística de Spolsky (2004), que possibilita compreender como decisões tradutórias se articulam com políticas linguísticas mais amplas.

## 1.2 PELA PERSPECTIVA TEÓRICA DA POLÍTICA DE TRADUÇÃO

Antes de abordar conceitualmente a perspectiva teórica da política de tradução como um campo dos estudos da tradução, é necessário discutir as duas atividades que compõem essa temática: a política e a tradução. Ambas são atividades humanas que, para existirem, dependem da interação entre duas ou mais pessoas.

É importante salientar que “nem toda interação humana é política *per se*, mas em razão de sermos desde sempre seres políticos (em muitos sentidos, mas acima de tudo pela linguagem que usamos), tudo o que fazemos tem condições, em princípio, de ser politizado” (Mackenzie, 2011, p. 15). De maneira geral, a política refere-se às atividades e instituições relacionadas à organização, direção e administração de uma sociedade ou um grupo. Ela envolve a forma como as pessoas tomam decisões coletivas, distribuem poder e recursos, resolvem conflitos e alcançam consenso onde há divergências que impactam a vida de outras pessoas.

A política é o terreno onde o poder é disputado e reconfigurado por meio de interações sociais, econômicas e culturais. Não se trata apenas de uma prática governamental ou estatal, mas de um espaço de contestação e disputa, no qual as pessoas constroem e questionam discursos que moldam a sociedade. Assim, a política é um sistema de relações de poder que permeia todas as esferas da vida de uma pessoa (Mackenzie, 2011). Gostaria de sublinhar que compreendo a política para muito além da política partidária. A atividade política que discuto é percebida como uma prática, um processo ou uma análise de como uma decisão afeta a vida de uma ou mais pessoas.

A outra atividade envolvida na temática é a tradução, que pode ser sintetizada como a ação de transferir um conteúdo de uma língua para outra — o que, é importante reiterar, não entendo que seja uma tarefa simplesmente mecânica ou automática, mas sim um exercício intelectual que envolve a mobilização de diferentes aspectos do esforço mental. Entretanto, considerando o “fato de que milhares e milhares de línguas diferentes e mutuamente incompreensíveis foram e são falados em nosso pequeno planeta é uma expressão clara do enigma profundo da individualidade humana” (Steiner, 2005, p. 72), é possível perceber como a tradução se faz necessária e como ela é complexa. Além de falarem línguas diferentes, as pessoas pertencem a culturas distintas, estão inseridas em contextos de classes sociais variadas e apresentam perfis de identidade e subjetividade diferentes.

Assim, no processo tradutório, não são considerados apenas os aspectos linguísticos, pois “uma tradução não diz respeito apenas a uma passagem entre duas línguas, mas entre duas culturas, ou duas enciclopédias. Um tradutor não deve levar em conta somente as regras estritamente linguísticas, mas também os elementos culturais, no sentido mais amplo do termo” (Eco, 2007, p. 190). Desse modo, a tradução pode ser vista como uma ponte cultural que conecta diferentes mundos, possibilitando o diálogo entre pessoas de diversas sociedades. Além disso, desempenha um papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, na preservação de tradições e na abertura de caminhos para novas perspectivas.

Assim como a política, a tradução é uma atividade que envolve escolhas que não são neutras. O que traduzir? Como traduzir? Para quem traduzir? Por que traduzir? As respostas ou as decisões sobre essas perguntas podem afetar diretamente a vida de um ou mais grupos de pessoas. A tradução também se caracteriza como uma atividade política, pois “podemos perceber que política tem algo a ver com a maneira como somos governados” (Mackenzie, 2011, p. 17). Por exemplo, em relação a um contexto educacional, compreendo que a decisão sobre traduzir ou não determinado conteúdo pode ser entendida como uma forma de governança, uma vez que essa escolha define quais conhecimentos estarão acessíveis a

determinados grupos de pessoas, impactando diretamente suas vidas nos âmbitos social, cultural, educacional e profissional. Além dessas questões, a tradução pode ser utilizada tanto para fortalecer organizações de poder quanto para valorizar povos marginalizados e promover a inclusão.

Essas duas atividades, política e tradução, influenciam-se mutuamente de várias maneiras, refletindo um complexo sistema de relações de poder e escolhas culturais. As decisões de tradução, enquanto ato político, podem ser percebidas: (1) na relação entre poder e resistência, pois a tradução pode tanto fortalecer as estruturas de poder existentes quanto desafiar-las e resistir a elas, dando voz a narrativas marginalizadas ou silenciadas, de forma que, a prática tradutória pode impactar significativamente a dinâmica do poder na sociedade; (2) na seleção dos conteúdos a serem traduzidos, das estratégias tradutórias empregadas e do público-alvo, uma vez que essas decisões carregam implicações políticas. Essas escolhas determinam que tipo de conhecimento e cultura estará acessível a determinados grupos, influenciando no modo de vida dessas pessoas. Assim, a tradução pode ser vista como uma forma de governança. Refletindo sobre a importância dessas duas atividades para a sociedade no aspecto linguístico, busco teorizar a perspectiva da política de tradução.

A política de tradução é caracterizada por Holmes (1972) como um dos campos investigativos dos ET. A partir dessa descrição, pesquisadores de diferentes épocas buscaram compreender epistemologicamente essa subárea. Em sua obra escrita em 1992, Even-Zohar (2013), define as políticas de tradução como um conjunto de instruções e regras que orientam a atividade tradutória, conduzida por uma diretriz principal, os tradutores ou editores. Por sua vez, Schäffner (2007) analisa como os conflitos políticos entre grupos étnicos influenciam as atividades e as decisões políticas de tradução. Já Meylaerts (2010) estabelece que a política de tradução pode se referir a decisões sobre assuntos públicos administrados por um governo por meio de regras legais e linguísticas que regulam o uso da língua.

Na esteira dessas compreensões, Santos e Zandamela (2015), Santos e Francisco (2018) e Santos e Veras (2020) argumentam que as discussões sobre políticas de tradução vão além das questões de regulamentações legais, envolvendo temas como formação de tradutores, mercado de trabalho, ideologias que invisibilizam línguas e culturas, além dos movimentos dos surdos e dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. Nesse sentido, Witches (2019; 2020; 2021) argumenta que as atividades de tradução e interpretação se caracterizam como um mecanismo fundamental de acessibilidade linguística para pessoas surdas falantes de uma língua de sinais. O autor indica que, para que as pessoas surdas consigam se comunicar nessa língua, é necessário o bom funcionamento desse mecanismo, possibilitando sua inclusão na sociedade, de modo que

as políticas de tradução acabam se mesclando com políticas de acessibilidade. Nessa mesma perspectiva, Beer (2024, p. 56) afirma que, em países multilíngues, a atividade de tradução é utilizada para efetivar direitos “ao proporcionar o acesso de pessoas que não falam determinadas línguas a informações, bens, serviços, oportunidades e espaços diversos”. Assim, quando o acesso e a garantia de direitos de uma pessoa dependem do processo de tradução, torna-se imprescindível analisar os aspectos que orientam e motivam decisões relacionadas a essa prática.

O compromisso em buscar uma compreensão epistemológica sobre políticas de tradução revela que, ao longo do tempo, as discussões foram fomentadas e conseguiram alcançar outros âmbitos. Diante da dificuldade conceitual enfrentada pela política de tradução, uma variedade de concepções foram refletidas. No entanto, percebo essa multiplicidade como um avanço. O interesse por mais pesquisadores em investigar esse campo tem como efeito a propagação de uma área investigativa de grande importância, tanto para as atividades de tradução e interpretação, quanto para os profissionais, as pessoas que vão receber o serviço e aqueles que irão direcionar essas atividades.

Para adotar a perspectiva da política de tradução na realização das análises, este trabalho se inspira no modelo de política linguística de Spolsky (2004). Nesse modelo, uma política linguística pode ser analisada a partir da articulação de três eixos considerados independentes: práticas linguísticas, crenças sobre as línguas e gestão linguísticas. As práticas linguísticas referem-se às ações concretas, isto é, ao uso efetivo das línguas no cotidiano; as práticas dos membros de uma determinada comunidade. As crenças desses membros em relação a cada variedade ou variante linguística; fatores como identidade, classe social, etnia e nacionalidade podem influenciar a valorização de determinadas línguas em detrimento de outras. Por fim, a gestão linguística corresponde à regulamentação das práticas linguísticas e das crenças, por meio de criações de regulamentações que buscam controlar ou orientar o uso das línguas nas comunidades (Spolsky, 2016).

A adaptação do modelo teórico de política linguística Spolsky (2004) para pensar política de tradução está presente nas teses de doutorado de González Núñez (2014) e Beer (2024), bem como na dissertação de mestrado de Burgarelli (2022). Inspirando-me nesses trabalhos, utilizo a perspectiva tripartida de política de tradução. González Núñez (2014) discute a importância de que pessoas que não falam a língua majoritária de uma nação recebam as informações em sua língua minoritária, de modo a garantir a fruição de seus direitos. O autor argumenta que tornar um país plenamente bilíngue ou multilíngue é uma tarefa complexa, pois envolve interesses políticos, econômicos e sociais. Para mitigar esse desafio, os governos

recorrem à atividade de tradução como estratégia para assegurar os direitos das minorias linguísticas e garantir o acesso igualitário à informação e aos serviços públicos. Em síntese, embora seja extremamente difícil — e oneroso — fazer um país funcionar de maneira totalmente bilíngue, a tradução apresenta-se como um meio viável e necessário para respeitar os direitos linguísticos das minorias.

Assim, a perspectiva tripartida de política de tradução é formada por três eixos: práticas de tradução e interpretação, crenças sobre tradução e interpretação e a gestão da tradução e da interpretação. As *práticas* de tradução e interpretação referem-se às atividades realizadas nessas áreas. No entanto, essas atividades podem ou não ser determinadas por uma regulamentação legal, incluindo decisões sobre quais conteúdos serão traduzidos ou interpretados, o local de trabalho e outros aspectos relacionados às práticas dentro de um determinado domínio, aqui entendido como institucional, sobretudo por compreender que as atividades de tradução e de interpretação nele desenvolvidas vão além dos contextos educacionais (Burgarelli; Witches, 2024).

As *crenças* sobre tradução dizem respeito aos pensamentos, as representações sociais e às ideologias relacionados à disponibilidade e à relevância das atividades de tradução e interpretação em um domínio específico. Esses domínios, segundo Beer (2024, p. 59), incluem “escolas, igrejas e ambientes de trabalho, mas podem não ser originadas nesses locais, refletindo-se de crenças provenientes de outras fontes”. Segundo a autora, essas crenças podem apresentar-se de forma implícita ou não ser expressas de maneira direta, exigindo inferências a partir da observação das práticas tradutórias para sua identificação. Reconhece-se, ainda, sua relevância central para as políticas de tradução, uma vez que condicionam, de maneira direta ou indireta, tanto a gestão quanto as práticas tradutórias (Beer, 2024). Assim, compreender as crenças subjacentes às práticas tradutórias revela-se essencial para analisar como determinados grupos sociais passam a ser incluídos ou excluídos de processos comunicacionais, configurando a tradução como um instrumento de mediação política e de direitos linguísticos.

A *gestão* da tradução e interpretação corresponde à formulação e a tomada de decisões que regulam e organizam essas atividades dentro de um determinado contexto. Tal gestão, segundo Beer (2024, p. 58), materializa-se em “documentos jurídicos e normativos de várias instituições, em domínios diferentes”, sendo frequentemente exercida por parlamentares, gestores ou coordenadores com poder decisório. Essas instâncias de regulação moldam o cenário tradutório e interpretativo, determinando, por exemplo, a extensão dos serviços oferecidos, os públicos contemplados e os critérios de alocação de recursos.

O eixo da gestão da tradução e interpretação é utilizado pela Burgarelli (2022) para analisar a política de tradução de um instituto federal da região sudeste. A autora parte do conceito de domínio proposto por Spolsky (2016), entendido como um espaço social que pode ser escolar, familiar, comunitário, estatal, entre outros. Com base nesse autor, Burgarelli (2022) argumenta que os domínios possuem suas próprias políticas de controle, sejam elas internas ou externas, e destaca que um domínio pode ser identificado a partir de três formas: pelos participantes, pela localização e pelo tópico. Ressalta-se, ainda, que o domínio não é definido pelos indivíduos em si, mas pelos papéis sociais que eles desempenham no contexto. A autora caracteriza o domínio analisado como institucional, com base em Spolsky (2016), que o descreve como um

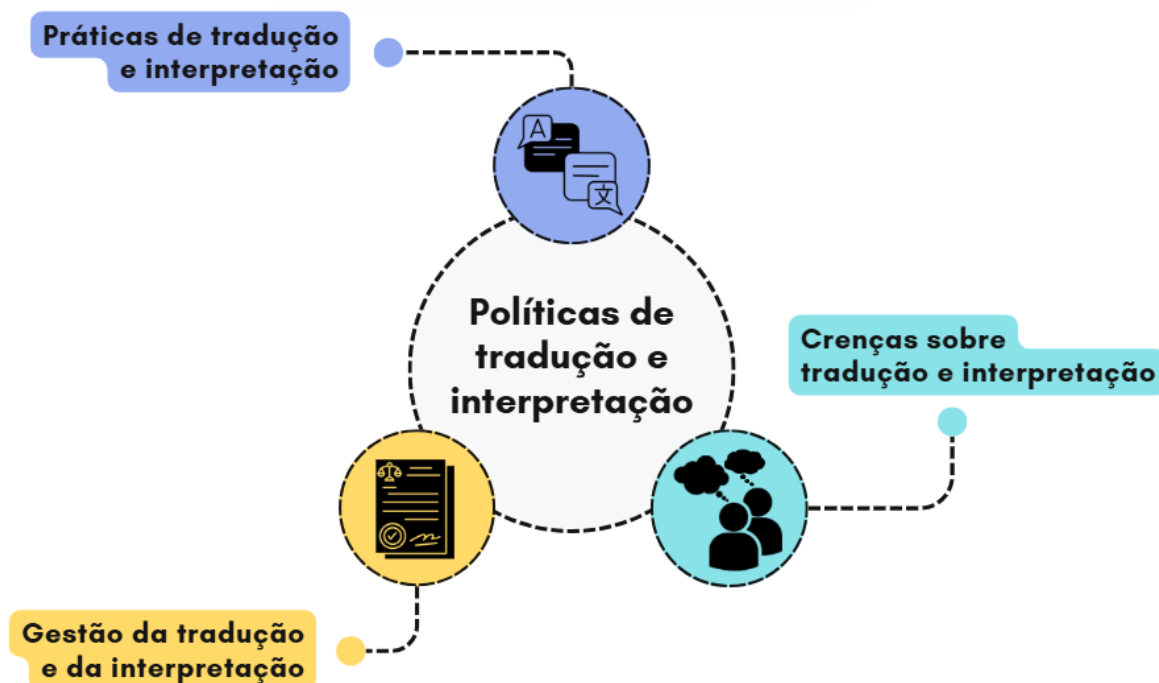
[...] dos mais complexos, dada a diversidade de línguas de seus participantes, que trazem consigo crenças e práticas linguísticas de seus lares, de sua vizinhança e suas experiências em outros domínios. As características linguísticas de estudantes e professores são apontadas pelo autor como duas das principais inseridas no domínio escolar: os professores são encarregados da modificação de práticas e crenças linguísticas dos estudantes que, quanto mais jovens, mais refletem o padrão linguístico estabelecido em seus lares (Burgarelli, 2022, p. 46).

Após definir e caracterizar o domínio, a autora passa a analisar a gestão da tradução e da interpretação nesse contexto. Burgarelli (2022) compreende que a gestão extrapola os documentos de regulamentação e os instrumentos jurídicos, com leis e decretos, que podem regular o uso de uma língua ou variante linguística. A autora ressalta que a gestão também ocorre no âmbito microsocial e argumenta que a gestão da tradução e da interpretação não se refiro apenas “aos modos como as traduções e as interpretações são efetivamente planejadas e produzidas por tradutores e intérpretes, mas a como a existência de sua necessidade é prevista e estrategicamente incorporada ao contexto da instituição” (Burgarelli, 2022, p. 47). Assim, seu objetivo foi analisar os mecanismos que possibilitam a institucionalização das atividades de tradução e interpretação em um determinado domínio.

A articulação entre *práticas, crenças e gestão* possibilita compreender a tradução não apenas como atividade técnica, mas como fenômeno social, ideologicamente marcado e politicamente regulado. A análise dessas três dimensões evidencia que as políticas de tradução resultam de um complexo jogo de forças entre representações ideológicas, instâncias de poder e usos concretos, configurando-se, assim, como um campo estratégico para a promoção de justiça social e para a garantia dos direitos linguísticos. A seguir, apresenta-se uma

representação visual que adapta o modelo teórico de políticas linguísticas ao contexto das políticas de tradução e interpretação.

Figura 2 – Adaptação do modelo teórico de políticas linguísticas às políticas de tradução e interpretação



Fonte: Burgarelli; Witches (2024) com base em Gonzáles Núñez (2014) e Burgarelli (2022)

Inspirado nesses autores, utilizo a perspectiva tripartida de política de tradução para analisar as atividades de tradução e interpretação entre Libras e língua portuguesa no domínio da Ufes, o que será apresentado no capítulo 4 desta dissertação. Na esteira da discussão sobre a articulação entre crenças, práticas e gestão, ao revelar a tradução como fenômeno socialmente situado e politicamente regulado, sou inevitavelmente conduzido ao debate sobre os direitos linguísticos, um campo que não se limita a uma simples lista de direitos. Segundo Abreu (2019, p. 51–52):

[...] diz respeito a uma Teoria dos Direitos Linguísticos que fundamenta o estudo das normas de direito linguístico, quando estes estão vinculados aos direitos humanos, ao direito constitucional, ao direito administrativo etc. Interessa-se, igualmente, pelas fontes desse direito linguístico (direito internacional dos direitos humanos, direito constitucional, direito comparado, costumes das populações etc.); pela identificação de princípios aplicáveis a essas normas (territorialidade, personalidade etc.); pela identificação de metaprincípios geradores dessas normas (dignidade humana, igualdade etc.); pelas possibilidades hermenêuticas e de aplicação das normas de direito linguístico aos casos concretos, bem como pelas formas jurídicas de garantia de materialização desses direitos linguísticos a todos os seres humanos.

O campo dos direitos linguísticos se estrutura na interface entre duas ciências, os estudos linguísticos e o direito. Dessa forma, não se alicerça apenas em uma teoria específica dos estudos linguísticos ou da área do direito, ao contrário, proporciona múltiplas possibilidades de análises. Além disso, os direitos linguísticos se caracterizam como um campo interdisciplinar, articulando-se com as ciências humanas e sociais. Ao refletir sobre a estruturação do campo dos direitos linguísticos, Abreu (2020, p. 173) aponta dois marcos históricos embrionários: “a tessitura e promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do término da Segunda Guerra Mundial”. Esses marcos possuem forte relação com a proteção de minorias linguísticas, característica que influenciou diretamente os marcos teóricos do campo dos direitos linguísticos. Segundo Abreu (2020), quatro elementos compõem os marcos teóricos desse campo: (i) fortalecimento do discurso dos direitos humanos; (ii) neoconstitucionalismo; (iii) desenvolvimento dos estudos linguísticos; (iv) articulação com os estudos sociais contemporâneos.

O campo dos direitos linguísticos tem sido dividido em duas vertentes. A primeira, com uma perspectiva *stricto*, que se debruça sobre o estudo espécie dos direitos linguísticos, busca verificar se há, por parte dos governos, o cumprimento ou não das normas jurídicas existentes. A segunda vertente, de perspectiva *lato*, entende os direitos linguísticos como um campo teórico mais amplo, como uma Teoria do Direito Linguístico (Abreu, 2020). Nessa perspectiva, buscase analisar a pertinência e a efetividade das normas já existentes, além de oferecer parâmetros para orientar o trabalho dos diferentes agentes responsáveis pela elaboração, execução e fruição das políticas públicas decorrentes dessas normas.

O campo dos direitos linguísticos lança um desafio significativo àqueles que se propõem a investigá-lo. As normas que o compõem não se comportam de maneira uniforme, variando conforme o *nível* em que são produzidas — internacional, nacional, estadual, municipal, institucional. Outro aspecto que influência é o *Estado* em que essas normas são elaboradas e a forma como as *comunidades* se relacionam com suas línguas, o que pode ocorrer de maneiras distintas. Pequenas variações, portanto, podem interferir de forma relevante em uma análise sobre os direitos linguísticos.

Abreu (2019) identifica três níveis de gestão de direitos linguísticos. O primeiro nível, é o *internacional*, que tende a ser mais homogêneo. O Segundo nível é o *nacional*, caracterizado por uma natureza híbrida: embora exista o desejo de homogeneização, ele se apresenta de forma bastante heterogênea. Já o terceiro nível é o *local*, marcadamente bastante heterogêneo, uma

vez que cada comunidade lida com suas línguas e estabelece normas específicas para trabalhar suas línguas de forma diferente.

Tudo isso pode ser refletido a partir do fato de que a língua desempenha um papel extremamente importante: é por meio dela que um cidadão efetiva o usufruto de seus direitos e o exercício de seus deveres. É através da língua que as pessoas conseguem exercer plenamente sua cidadania em uma sociedade. Beer (2022, p. 23) afirma, inclusive, que a língua é “o único meio pelo qual se pode realizar a mútua compreensão entre os cidadãos e as leis do Estado”. Desse modo, por meio de implementação de políticas, o governo articula mecanismos que possibilitam aos cidadãos utilizarem usarem suas línguas em suas comunidades, garantindo, assim, o exercício efetivo de seus direitos (Beer, 2022).

Sob a perspectiva dos direitos linguísticos, a língua é entendida como um direito essencial à autonomia e a inclusão plena na vida social, e não apenas como um recurso comunicacional voltado ao alcance da língua majoritária. Dessa forma, compreendo os direitos linguísticos como distintos do conceito de acessibilidade. Não se trata de considerar um em detrimento do outro, ambos podem caminhar lado a lado. Entretanto, a política de acessibilidade caracteriza-se como um instrumento operacional, voltado para a implementação de ações práticas e imediatas destinadas a remover barreiras comunicacionais (Lei nº 13.146, 2015). Já os direitos linguísticos, como discuti anteriormente, representam uma garantia jurídica e política mais ampla, orientada por princípios como igualdade, dignidade humana e cidadania linguística (Abreu, 2019). A seguir, apresento um quadro comparativo que sintetiza os principais aspectos entre esses dois conceitos:

Quadro 1 – Direitos linguísticos x Política de Acessibilidade

<b>Aspecto</b>	<b>Política de Acessibilidade</b>	<b>Direitos Linguísticos</b>
Natureza	Conjunto de ações práticas e normativas para remover barreiras imediatas.	Princípios jurídicos e políticos de longo prazo que garantem o uso pleno da língua.
Objetivo	Igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.	Proteção da diversidade linguística e direito de usar a língua materna.
Abrangência	Específica (voltada a grupos com deficiência, como surdos).	Ampla (abrange todas as comunidades linguísticas, minoritárias ou não).
Temporalidade	Muitas vezes pontual e dependente de projetos ou gestões específicas.	Permanente, devendo estar garantida no ordenamento jurídico do Estado.
Exemplo	Contratação de intérpretes de Libras para determinada disciplina.	Garantia legal de que todos os surdos terão intérpretes em qualquer espaço público ou educacional, como um direito inalienável.

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Ao apresentar um quadro comparativo, não tenho a intenção de criar um litígio entre essas duas áreas. Pelo contrário, percebo congruências entre elas, uma vez que a política de acessibilidade pode ser concebida como um instrumento de materialização dos direitos linguísticos, representando o nível mínimo de garantia desses direitos e não uma ação isolada. Por exemplo, no contexto em que essa pesquisa se insere — o ensino superior, que será discutido no próximo capítulo — a contratação de tradutor e intérprete de Libras não deve ser tratada apenas como cumprimento de uma exigência administrativa ou normativa, tampouco como uma mera “boa prática” inclusiva, mas como um meio concreto de efetivação dos direitos linguísticos dos estudantes surdos. Assim, a tradução e a interpretação em Libras deixam de ser vistas como serviços de caráter assistencial e passam a constituir-se como um direito inalienável, imprescindível para a plena participação acadêmica e para a democratização do conhecimento. Ao discutir os direitos linguísticos das pessoas surdas, Beer (2024), inspirada em Brito (1985), enumera um conjunto de direitos fundamentais aos quais essas pessoas estão sujeitas:

i) à igualdade linguística; ii) à aquisição de linguagem; iii) à aprendizagem da língua materna, sendo esta a língua de sinais; iv) ao uso da língua materna; v) a fazer opções linguísticas; vi) à preservação e à defesa da língua materna; vii) ao enriquecimento e à valorização da língua materna; viii) à aquisição-aprendizagem de uma segunda língua; ix) à compreensão e à produção plenas; e x) ao tratamento especializado para aprender uma língua oral (Beer, 2024, p. 50).

Ao analisar o conjunto de direitos enumerados por Beer (2024), observo que os direitos linguísticos das pessoas surdas transcendem a simples mediação comunicacional entre falantes de línguas de sinais e não falantes dessas línguas. Esses direitos têm como objetivo garantir condições que favoreçam o desenvolvimento social das comunidades surdas, assegurando que seus membros exerçam autonomia plena e participem ativamente das decisões que impactam suas vidas e as de suas comunidades. Não se trata, portanto, de ações pontuais ou dependentes de decisões circunstanciais de uma gestão, mas de direitos estruturais e permanentes.

No Brasil, um exemplo de conquista dos direitos linguísticos das pessoas surdas foi a promulgação da já mencionada Lei de Libras em 2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. Essa conquista resultou das lutas históricas das comunidades surdas, que, articuladas aos movimentos sociais e políticos, reivindicaram o reconhecimento de sua língua. Tal reconhecimento é fundamental, uma vez que a língua desempenha um papel essencial na construção da identidade e na preservação da

cultura de uma comunidade. Para disseminar a Libras e assegurar os direitos das pessoas surdas, a tradução constitui uma verdadeira pedra angular. Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre as políticas de tradução que, conforme discutido anteriormente, envolvem os aspectos que permeiam as decisões relacionadas à atividade de tradução.

Neste capítulo, busquei apresentar as perspectivas que orientam esta pesquisa e as articulações que fundamentam esta dissertação. Inicialmente, apresentei a linguística aplicada indisciplinar como um modo de fazer pesquisa que permite uma percepção holística das práticas e dos problemas relacionados à linguagem. A perspectiva indisciplinar possibilita a interface com outras áreas do conhecimento, abrangendo relações que extrapolam o campo estritamente linguístico. Em seguida, caracterizei o campo dos estudos da tradução como autônomo e apresentei, de forma visual, um mapa de investigação da área. Dentro desse mapa, localizei o subcampo das políticas de tradução, tema central desta dissertação.

Para utilizá-lo como ferramenta analítica, recorri ao modelo de política linguística de três eixos, articulando-o com os conceitos de políticas de tradução. Por fim, inseri na discussão a temática dos direitos linguísticos, destacando como as políticas de tradução podem ser compreendidas como instrumentos de efetivação desses direitos. Com o objetivo de elucidar os caminhos teóricos percorridos, apresento, a seguir, uma representação visual que sintetiza as articulações conceituais desenvolvidas nesta pesquisa.

Figura 3 – Fundamentação teórica desta dissertação



Essa representação na Figura 3 é inspirada no modo como Pennycook (2023) descreve a linguística aplicada indisciplinar. O autor a compreende como uma amálgama epistemológica, resultado da confluência de saberes oriundos de diferentes campos e abordagens. Na imagem, essa ideia é simbolizada por formas fluidas e cores em gradiente, sem contornos definidos, representando a natureza dinâmica e indisciplinada da linguística aplicada indisciplinar. A seguir, no próximo capítulo, apresento uma discussão sobre essas atividades e os profissionais que as realizam no âmbito do ensino superior a partir de uma revisão de literatura.

## **2 TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS NA ESFERA ADMINISTRATIVA FEDERAL**

Quanto mais se reflete sobre a presença dos intérpretes de Língua de Sinais, mais se compreende a complexidade de seu papel, suas dimensões e a profundidade de sua atuação. Mas se percebe que os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas, da identidade e da subjetividade surda, e apresentam suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade (Perlin, 2006, p. 137).

A epígrafe que inaugura este capítulo, Perlin (2006) provoca a compreensão do papel dos intérpretes de língua de sinais no contexto educacional e social mais amplo. Longe de serem apenas mediadores linguísticos, esses profissionais atuam em múltiplas dimensões, atravessando aspectos culturais, históricos, identitários e políticos que compõem o universo da surdez. A metáfora da “orbitalidade” nos convida a pensar o intérprete não como um sujeito fixo, mas como alguém que transita por diferentes esferas, negociando sentidos e produzindo significados a partir de sua posição singular. Ao discutir a atuação dos tradutores e intérpretes de Libras em instituições federais de ensino superior (IFES), é nesse horizonte que este capítulo se insere.

A discussão acerca das políticas de tradução no contexto do ensino superior brasileiro revela-se particularmente relevante quando se consideram os desafios enfrentados pelas universidades federais na implementação de práticas que garantam o direito linguístico e a inclusão de pessoas surdas (Castro, 2011). O ensino superior, por sua natureza, constitui um espaço de produção e circulação de conhecimento que deveria assegurar, em conformidade com princípios democráticos e constitucionais, o acesso equitativo à informação e aos saberes acadêmicos. No entanto, a realidade institucional demonstra que as políticas de tradução e interpretação, quando existentes, são frequentemente implementadas de maneira fragmentada e subordinadas a uma lógica de gestão que reflete as contradições mais amplas das políticas educacionais nacionais (Burgarelli, 2022).

As políticas de tradução, nesse contexto, não podem ser compreendidas de forma isolada, pois elas se articulam com um cenário político e econômico mais amplo que envolve a precarização das instituições federais. A lógica gerencial adotada por essas instituições, em consonância com políticas nacionais de austeridade e de contenção de gastos públicos, acaba por afetar diretamente a atuação dos tradutores e intérpretes (Santos, 2015). Essa precarização se manifesta tanto na insuficiência de concursos públicos e de equipes especializadas quanto na sobrecarga de trabalho imposta aos profissionais já atuantes, que muitas vezes são contratados

em regime temporário ou com vínculos terceirizados. As atividades de tradução e a interpretação, que deveriam constituir elementos centrais de uma política institucional de inclusão, acabam se tornando ações pontuais, dependentes de projetos isolados ou de iniciativas individuais de docentes e servidores engajados (Patrício, 2011). Isso reforça a compreensão de que as políticas de tradução no ensino superior são atravessadas por um jogo de forças que reflete, em última instância, as disputas por financiamento, a hierarquização das prioridades institucionais e a própria ideologia dominante sobre o papel social da universidade pública.

Dizer sobre a obrigatoriedade de tradutores e intérpretes de Libras nas IFES nos remete às regulamentações legais que asseguram à pessoa surda o exercício de sua cidadania. Esses documentos oficializam a institucionalização desse profissional em diversos contextos. Alguns dos dispositivos legais mais frequentemente citados em diferentes produções acadêmicas são: a *Lei nº 10.436/2002*, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão; o *Decreto nº 5.626/2005*, que regulamenta a Lei nº 10.436 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; a *Lei nº 12.319/2010*, que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Libras; e a *Lei nº 13.146/2015*, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

No ano de 2010, da regulamentação da profissão, esta foi inserida na nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código nº 2614-25. A CBO constitui a classificação oficial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinada a reconhecer, nomear e codificar as profissões existentes, bem como a descrever as características das ocupações no mercado de trabalho brasileiro. O cargo de Intérprete de Língua de Sinais foi registrado com nomenclaturas sinônimas, tais como: Guia-intérprete, Intérprete de Libras, Intérprete educacional, Tradutor de Libras e Tradutor-intérprete de Libras.<sup>7</sup>

Para compreender melhor o panorama geral de como a atuação desse profissional impacta as políticas de tradução das IFES, realizei um levantamento de trabalhos acadêmicos sobre tradutores e intérpretes de Libras no serviço público, no âmbito do ensino superior, em plataformas on-line. Busquei dissertações de mestrado e teses de doutorado que abordam essa temática. Reconheço, entretanto, que outros trabalhos também investigaram a implementação, a atuação e a história dos tradutores e intérpretes de Libras no ensino superior, explorando a trajetória dessas atividades em diferentes IFES. Entre eles, destacam-se Sousa (2010), Camargo (2012), Oliveira e Silva (2014), Romeiro, Oliveira e Silvério (2014), Dias (2018), Goulart e Bonin (2019), Lourenço e Ferreira (2020), Goulart e Bonin (2021), Goulart e Santos (2021),

---

<sup>7</sup> Informação obtida no sítio institucional Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/>. Acesso em: 5 set. 2025.

Severino e Carneiro (2021) e Silva, Silva e Souza (2025). Contudo, esta pesquisa se diferencia por abordar a mesma problemática sob a perspectiva da política de tradução, conforme discutido no capítulo 1 desta dissertação. Não se trata de afirmar que os trabalhos mencionados não dialoguem com esse campo, mas sim de enfatizar que eles não exploram o conceito de política de tradução como ferramenta central de análise, distinção que orienta a originalidade deste estudo.

Diante disso, este capítulo apresenta uma revisão de literatura desenvolvida para a pesquisa. Isso implicou conhecer que outros pesquisadores já desenvolveram estudos em torno do trabalho de tradutores e intérpretes de Libras no ensino superior, a fim de compreender como meu trabalho se insere no campo e no que ele difere dos outros. Embora minha dissertação explore um contexto específico de atuação, no caso, a Ufes, entendo que ela reflete aspectos compartilhados por diferentes instituições públicas de ensino superior que contam com tradução e interpretação de língua de sinais.

Dito isso, é importante situar que o levantamento mapeado foi realizado em três etapas. Na primeira etapa, contei com a contribuição de Pereira (2010), que descreveu a história das pesquisas voltadas à interpretação de língua de sinais no Brasil. A autora buscou dissertações e teses relacionadas à língua de sinais em bases de dado de acesso público, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Plataforma Lattes e na lista de discussão dos Intérpretes de Língua de Sinais do Brasil (BrasILS).<sup>8</sup> Seu trabalho me possibilitou iniciar o mapeamento de algumas produções e, posteriormente, buscar informações sobre a conclusão das pesquisas que estavam em andamento.

A segunda etapa consistiu na consulta ao Observatório de Estudos com Línguas de Sinais no Espírito Santo<sup>9</sup>. O Observatório é uma iniciativa do Círculo de Estudos Indisciplinares com Línguas de Sinais (Ceilis), grupo de pesquisa ao qual sou vinculado, que oferece um mapeamento da produção acadêmica na pós-graduação restrita ao Espírito Santo e que está relacionada às línguas de sinais. A partir das produções disponibilizadas pelo Observatório do Ceilis, foi possível identificar outras dissertações e teses relevantes para a composição da revisão de literatura.

A terceira e última etapa — que se mostrou a mais trabalhosa — foi realizada por meio do acesso direto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Inicialmente,

---

<sup>8</sup> O BrasILS foi uma lista eletrônica de discussão, hospedada o domínio *Yahoo!*, direcionada a intérpretes e tradutores de Libras-Português. Seu propósito era criar um espaço para a troca de experiências, a reflexão sobre a prática profissional e o fortalecimento da rede de contatos entre esses profissionais.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://ceilis.ufes.br/observatorio-de-estudos-com-linguas-de-sinais-no-espírito-santo>.

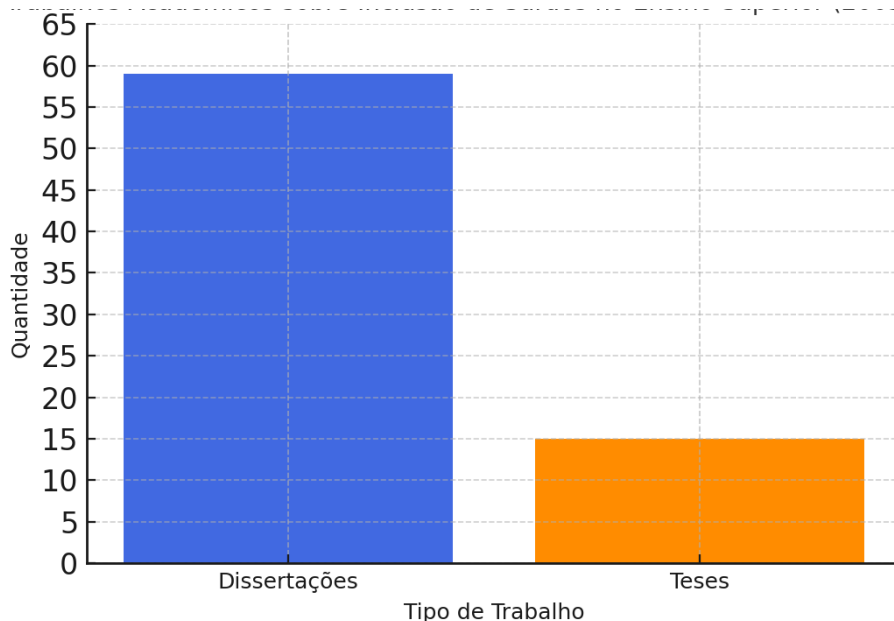
utilizei a palavra-chave *intérprete de Libras* na busca da plataforma. Como resultado, foram exibidas 51 páginas, cada uma contendo 20 trabalhos, com exceção da última página, que apresentou apenas 6 trabalhos. No entanto, observei que, até a página 43, os trabalhos estavam diretamente relacionados à área de Libras. A partir da página 44, passaram a aparecer também trabalhos de outras áreas do conhecimento, como história, filosofia e artes.

Em um segundo momento da busca, ainda na terceira etapa, utilizei um método distinto: adicionei uma nova palavra-chave ao mecanismo de busca da plataforma, combinando os termos *intérprete de Libras* e *ensino superior*. A partir dessa combinação, a plataforma retornou 10 páginas de resultados, cada uma contendo 20 publicações. A maioria dessas publicações já havia sido identificada na busca anterior; entretanto, neste segundo momento, foi possível identificar três novas produções.

A busca realizada resultou em uma quantidade significativa de pesquisas, e dentre as quais foi necessário filtrar aquelas que tratavam das temáticas no contexto do serviço público. Alguns desses trabalhos abordam o contexto escolar, enquanto outros se concentram em ambientes não educacionais, como o contexto jurídico. Tais estudos são relevantes para o avanço da área ao oferecerem contribuições significativas para os profissionais envolvidos — como é o caso das pesquisas de Rossi (2005), Araújo (2011), Carvalho (2015), Pinheiro (2020), Jung (2022) e Fonteles (2023).

Embora esses trabalhos possam fornecer subsídios importantes para a formulação de políticas de tradução e interpretação em uma perspectiva ampliada, optei, neste estudo, por uma delimitação temática centrada no ensino superior. Publicações que envolvem os institutos federais (IFs) também foram mapeadas. Ainda que essas instituições ofereçam educação básica — como o ensino médio — e cursos técnicos, elas também desenvolvem atividades de nível superior, razão pela qual as incluí nesta seleção. Após as etapas de levantamento e aplicação dos critérios de filtragem, foram selecionados 74 trabalhos acadêmicos, sendo 59 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado. No Apêndice A, apresento um quadro detalhado contendo o ano de defesa, a identificação do tipo de trabalho (dissertação ou tese), o título, a autoria e a instituição de vinculação.

Figura 4 – Gráfico com a relação de Dissertações e Teses



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A produção selecionada abrangeu o período de 2005 a 2024. Entre os anos de 2005 e 2009, foram identificados 7 trabalhos, todos dissertações de mestrado, o que pode ser explicado pelo caráter ainda incipiente das políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas surdas no ensino superior. Embora o Decreto nº 5.626/2005 tenha representado um marco regulatório importante para a institucionalização da Libras e para a formação de tradutores e intérpretes, sua implementação efetiva nas universidades e nos institutos federais ainda era tímida nesse período, o que pode ter refletido no baixo interesse investigativo sobre o tema.

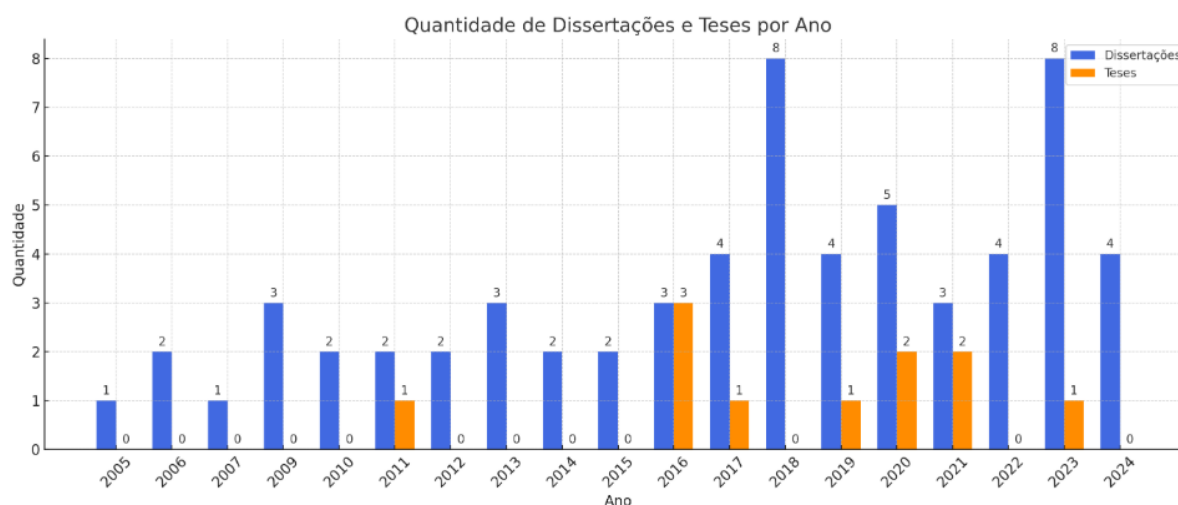
No período de 2010 a 2014, observo um aumento discreto no número de trabalhos publicados, totalizando 12, dos quais 11 são dissertações de mestrado e 1, tese de doutorado, indicando um movimento inicial de consolidação das pesquisas na área. Esse crescimento coincide com a intensificação dos debates acerca da acessibilidade e da inclusão no ensino superior, impulsionados por políticas educacionais, como o Programa Incluir (2005–2014), que fomentou a criação de núcleos de acessibilidade em universidades federais. Contudo, a predominância das dissertações evidencia que, nesse momento, as investigações ainda estavam majoritariamente nos cursos de mestrado.

No período de 2015 a 2019, noto um aumento na quantidade de trabalhos, totalizando 25 publicações, das quais 20 são dissertações e 5, teses. Esse crescimento pode ser atribuído ao fortalecimento de grupos de pesquisa voltados aos estudos da tradução e à educação de surdos. Ademais, o incremento no número de teses indica a maturidade científica da área, que passa a

produzir reflexões mais aprofundadas acerca das políticas institucionais e da formação profissional de tradutores e intérpretes.

No período de 2020 a 2024, foram produzidos 30 trabalhos, dos quais 25 dissertações e 5 teses. Observa-se o avanço das discussões sobre direito linguístico e acessibilidade digital, e ensino remoto — impulsionadas pela pandemia de Covid-19 — bem como o maior reconhecimento institucional das demandas por inclusão linguística no ensino superior.

Figura 5 – Quantidade de Dissertações e Teses por ano

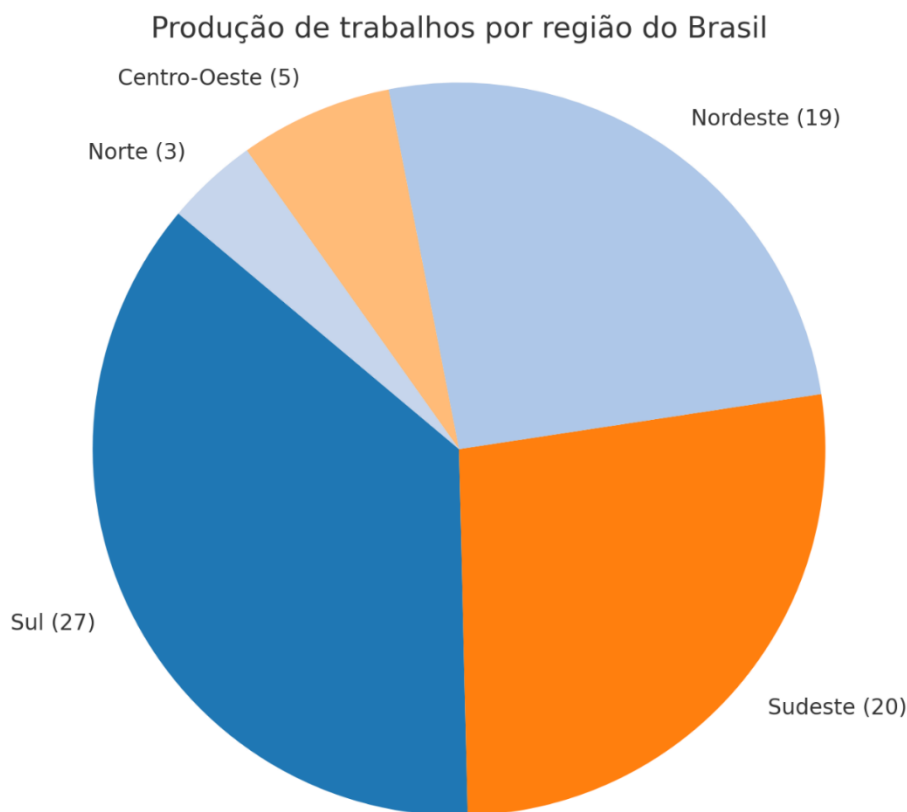


Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A trajetória histórica da produção acadêmica revela um movimento de expansão e consolidação dos estudos na área, especialmente nos últimos dez anos. Todavia, persiste o desafio de superar análises descritivas e avançar em investigações que discutam criticamente a articulação entre as políticas de tradução, direitos linguísticos e as políticas educacionais nacionais, sobretudo no que se refere às precarizações desse trabalho e à institucionalização das práticas tradutórias no ensino superior.

Outro aspecto a ser observado é a distribuição regional — Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Os dados demonstram desequilíbrios na produção científica, no acesso à pós-graduação e na implementação de políticas inclusivas. Por exemplo, o fato de a região Norte apresentar menor número de produções sobre a inclusão de surdos pode sinalizar a necessidade de investimentos específicos em programas de formação, infraestrutura e fomento à pesquisa.

Figura 6 – Produção de trabalhos por região do Brasil



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A predominância da região Sul na produção científica sobre a inclusão de surdos e a atuação de intérpretes de Libras no ensino superior pode estar relacionada à formação de três grupos de pesquisa no estado do Rio Grande do Sul: o extinto Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES), sediado desde 2015 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS; e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). A nucleação de pesquisadores vinculados a esses grupos pode ter transformado a região Sul em um *locus* de formação de pesquisadores da área (Witchs, 2018).

Paralelamente, em Santa Catarina, observa-se um processo igualmente decisivo para a consolidação do campo. Em 2002, com o ingresso da professora Ronice Müller de Quadros na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tiveram início as pesquisas e investigações sobre a aquisição da língua de sinais e gramática da Libras. Posteriormente, foi criado o Núcleo de Aquisição de Línguas de Sinais (NALS), acontecimentos importantes para a valorização e

institucionalização da Libras na instituição<sup>10</sup>. Esse movimento ganhou maior alcance em 2006, com a criação do curso de graduação em Letras-Libras, pioneiro no Brasil, ofertado inicialmente na modalidade a distância, em articulação com diversas universidades federais e com nove polos distribuídos em diferentes estados do país, possibilitando a formação de professores de língua de sinais e de tradutores e intérpretes em diferentes regiões. Em 2008, a UFSC implantou também o curso presencial de Letras-Libras, consolidando a área no ensino superior (Quadros, 2014).

Por fim, em 2016, a criação do Departamento de Libras, uma subunidade universitária componente do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) coroou esse processo, assegurando à Libras um espaço acadêmico autônomo e estruturado (UFSC, 2016). Este Departamento tem sob sua responsabilidade os cursos de graduação em Letras-Libras, Bacharelado e Licenciatura, tanto na modalidade presencial quanto a distância, além da disciplina de Língua Brasileira de Sinais, ofertada a todos os cursos de licenciatura da UFSC. Outro aspecto que reforça essa predominância é a participação de professores do Departamento de Libras no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET), ampliando a inserção da Libras no cenário acadêmico nacional<sup>11</sup>.

Esse conjunto de iniciativas contribuiu para a consolidação de uma tradição acadêmica na área, tornando a região uma referência na formação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa e de professores de Libras. A descrição por região possibilita acompanhar o progresso ao longo do tempo, identificando onde as políticas de tradução avançam ou permanecem estagnadas, favorecendo, assim, avaliações contínuas.

Ao investigar as áreas às quais as produções mapeadas estão vinculadas, observo que a educação ocupa posição predominante em relação às demais. Este aspecto permite refletir que as discussões acerca da Libras, do trabalho de intérpretes e da presença de estudantes surdos têm sido majoritariamente conduzidas sob a perspectiva educacional. Tal predominância não apenas confirma o impacto das políticas públicas voltadas à educação inclusiva, mas também caracteriza que a universidade e a escola têm funcionado como espaços privilegiados para a efetivação — ou, em alguns casos, para a contestação — dos direitos linguísticos. Esse panorama sugere, ainda, que outras dimensões da vida social da comunidade surda, como saúde,

---

<sup>10</sup> Informação obtida no sítio institucional do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://ppglin.posgrad.ufsc.br/ronice-muller-de-quadros/>. Acesso em: 4 set. 2025.

<sup>11</sup> Informação obtida no sítio institucional do Departamento de Libras do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://dlsb.paginas.ufsc.br/sobre-nos/>. Acesso em: 4 set. 2025.

cultura, esfera jurídica ou mercado de trabalho, permanecem menos exploradas nas pesquisas, o que indica a necessidade de ampliar o campo de investigação para além do viés educacional.

As pesquisas vinculadas à área dos estudos da tradução indicam uma mudança de foco, centrando-se no papel linguístico e cultural do intérprete de Libras, bem como nos processos de tradução e interpretação, não apenas em sua função educacional. Esses trabalhos abordam temas como ética profissional, formação, prática tradutória e as relações entre a Libras e a língua portuguesa, evidenciando o crescimento e o fortalecimento desse campo como uma área acadêmica consolidada no Brasil, com programas específicos de pós-graduação.

As produções relacionadas a área da linguística, ciências da linguagem, estudos linguísticos, língua e cultura, linguística aplicada e estudos da linguagem, demonstram uma preocupação que vai além da análise estrutural da Libras — como aspectos de gramática, semântica, pragmática e variação linguística. Esses trabalhos ampliam o olhar para dimensões relacionadas às culturas surdas e às políticas linguísticas, adotando frequentemente uma perspectiva antropológica e sociocultural. Nessa abordagem, a Libras não é compreendida apenas como um sistema de sinais ou um código linguístico, mas como uma expressão de identidade, pertencimento e resistência da comunidade surda, assim como os aspectos que envolvem a profissão do tradutor e intérprete de Libras. Além disso, essas produções exploram os processos cognitivos envolvidos na sinalização, investigando tanto as especificidades da modalidade gestual-visual quanto suas implicações para a compreensão, produção e tradução interlinguística. Essa perspectiva contribui para consolidar a Libras como língua plena, reconhecida em sua complexidade e em seu papel social, cultural e político.

Vale destacar que, dos 74 trabalhos mapeados, apenas quatro foram desenvolvidos em programas de pós-Graduação profissional, a saber: Educação Especial; Educação e Novas Tecnologias; Educação Profissional e Tecnológica; e Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. A baixa produção nessa modalidade pode estar relacionada à limitada oferta de programas profissionais com foco na temática da linguagem, bem como ao desconhecimento ou à desvalorização dessa vertente por parte de profissionais da área. Além disso, esses programas ainda não são consolidados no campo dos estudos sobre Libras, ao contrário dos programas acadêmicos, que contam com linhas específicas voltadas à inclusão e à linguagem, e que possuem maior tradição institucional e acesso a financiamento. A seguir, apresento um quadro que relaciona as áreas de conhecimento com a respectiva quantidade de produções identificadas.

Quadro 2 – Produção acadêmica por área do conhecimento

Área	Quantidade	Área	Quantidade
Educação	33	Educação Profissional e Tecnológica	1
Estudos da Tradução	6	Educação Matemática	1
Educação Especial	5	Geografia e Geociências	1
Linguística	3	Ensino de Ciências Naturais e Matemática	1
Ensino	3	Ciências Sociais	1
Distúrbios da Comunicação	2	Psicologia	1
Língua e Cultura	2	Contabilidade	1
Administração de Empresas	2	Ciências Contábeis	1
Educação Brasileira	1	Ciência da Informação	1
Educação Escolar	1	Letras	1
Educação, Arte e História da Cultura	1	Políticas Públicas	1
Educação em Ciências e Matemática	1	Políticas Públicas, Gestão e Avaliação de Educação Superior	1
Ciências da Linguagem	1	Estudos Linguísticos	1
Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	1		

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A análise permitiu, ainda, organizar as pesquisas em quatro eixos temáticos, os quais refletem as tendências e preocupações recorrentes da produção acadêmica na área:

(i) *Atuação profissional e condições de trabalho dos tradutores e intérpretes de Libras*: esse eixo reúne estudos que investigam as práticas cotidianas desses profissionais e os desafios enfrentados em sua atuação, bem como as barreiras estruturais que impactam a qualidade do serviço prestado. Tais pesquisas abordam, ainda, questões como a sobrecarga de trabalho, a precarização dos vínculos empregatícios e a ausência de políticas institucionais claras para regulamentar a atividade.

(ii) *Acessibilidade e inclusão de surdos no ensino superior*: os trabalhos inseridos nesse eixo discutem desde as condições de acesso e permanência dos estudantes até as estratégias pedagógicas utilizadas para garantir sua participação efetiva nas atividades acadêmicas. Frequentemente, essas pesquisas denunciam as lacunas existentes entre o discurso institucional de inclusão e a realidade concreta vivenciada pelos discentes surdos, marcada por barreiras linguísticas e atitudinais.

(iii) *Políticas institucionais e gestão da tradução*: esse eixo integram trabalhos que analisam como as instituições federais se organizam (ou deixam de se organizar) para institucionalizar as atividades de tradução e interpretação de Libras. Os estudos abordam documentos normativos, a gestão de equipes de tradutores e intérpretes e as estratégias de planejamento destinadas a incorporar, de modo sistemático, a tradução como parte das políticas de acessibilidade.

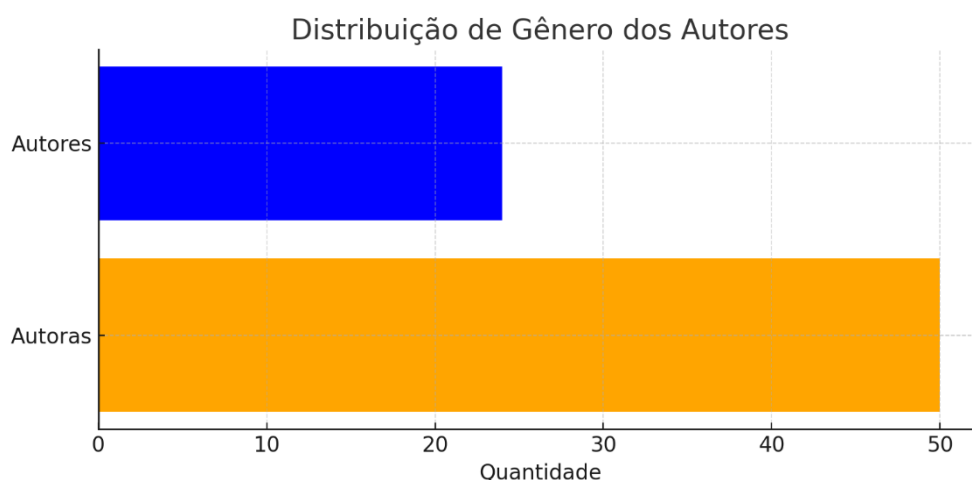
(iv) *Formação e desenvolvimento profissional*: esse eixo destaca tanto a formação inicial quanto a formação continuada dos tradutores e intérpretes de Libras. As pesquisas discutem a necessidade de reavaliação de currículos, de programas de capacitação permanente e de uma articulação mais consistente entre teoria e prática, aspectos considerados fundamentais para uma atuação profissional capaz de responder às demandas específicas do ensino superior.

Essa categorização evidencia não apenas a diversidade temática da produção acadêmica, mas também os desafios epistemológicos enfrentados pelo campo, apontando para a urgência de investigações que considerem as políticas de tradução e os direitos linguísticos no contexto do ensino superior.

Outro aspecto observado foi a *predominância feminina* na autoria dos trabalhos acadêmicos. Tal fenômeno pode estar relacionado a fatores históricos, sociais e culturais que permeiam o campo da tradução e interpretação de Libras, bem como a educação de surdos e a educação inclusiva. Em muitos contextos educacionais e comunitários, essas atividades têm sido associadas a funções de mediação, cuidado e apoio — funções que, em diversos contextos culturais, são tradicionalmente consideradas femininas. Para este levantamento, utilizei o primeiro nome dos/as autores/as como critério para identificá-los/as como homens ou mulheres, cientes das limitações, imprecisões e possíveis equívocos que tal classificação pode gerar. A ausência de questionários ou entrevistas impossibilitou uma análise mais consistente e alinhada às perspectivas contemporâneas de gênero, assim como inviabilizou recortes interseccionais envolvendo categorias étnico-raciais, de classe ou outras dimensões sociais. Ainda assim, os dados evidenciam a significativa participação feminina e o papel de destaque das mulheres na produção do conhecimento

Ao analisarem as produções brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais nos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil, Rodrigues e Christmann (2023) apontam que 55,8% das pesquisas são de autoria feminina. Essa predominância não constitui apenas um dado estatístico, trata-se de um indicativo de um traço sociocultural da profissão, fortemente associado a valores como cuidado, mediação, empatia e inclusão. Esses aspectos, historicamente, têm sido mais atribuídos e exercidos por mulheres, tanto no âmbito da prática profissional quanto no da produção acadêmica.

Figura 7 – Produção acadêmica por gênero dos autores.



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

A partir dos trabalhos mapeados, fica perceptível que presença do tradutor e intérprete de língua de sinais nas IFES, que possibilita o acesso de estudantes surdos ao conhecimento e à informação, constitui um campo que tem sido investigado e analisado sob diferentes abordagens teórico-metodológicas. O trabalho desses profissionais de traduzir e interpretar é fundamental para o processo de construção conceitual, de sentidos e significados para esses alunos. Todavia, a presença do tradutor e intérprete de Libras em instituições federais como servidor público, nem sempre foi uma realidade.

Por meio de narrativas de tradutores que atuavam em diferentes universidades federais na região sul do Brasil, Santos (2006) observou que as formas de contratação desses profissionais variavam de acordo com cada universidade. Além de destacar que esses profissionais enfrentavam dificuldades para o exercício da interpretação no ensino superior, como a densidade de conteúdos, o cansaço físico e a sobrecarga cognitiva pelo excesso de horas trabalhadas, a autora discute que, naquele período, o cargo de tradutor intérprete já constava no quadro funcional previsto no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos

(PUCRCE), Nessa conjuntura, Santos (2006) apontou para a falta de uma política que considerasse o intérprete de Libras como profissional efetivo, pois o cargo já existia e já estava regulamentado no Decreto 5626/2005. A autora destaca a falta de uma vontade política, por parte de gestores públicos, para agilizar o processo de contratação efetiva desses profissionais. Isso se torna ainda mais evidente ao considerar que já havia, nas universidades, a atuação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa, desempenhando suas funções regularmente. No entanto, apesar da existência desse trabalho, esses profissionais não eram servidores efetivos, mesmo com a previsão específica do cargo no Plano de Cargos e Empregos.

Por meio de entrevistas, Lima (2006) analisou a constituição discursiva das identidades dos intérpretes de Libras que atuam no ensino superior. A autora identificou que as relações de poder existentes nessa prática geram implicações sociais para esses profissionais. No entanto, em sua pesquisa, Lima (2006) conclui que o poder de regular a prática de interpretação está nas mãos do Estado, o que se articula com a discussão desenvolvida por Santos (2006), ao analisar a ausência do processo de contratação efetiva de intérpretes de Libras devido à falta de vontade política e de interesse por parte dos gestores públicos. A discussão feita por essas autoras também aponta que o poder de regulamentar o exercício profissional está nas mãos de atores distantes das salas de aula e da rotina cotidiana no ambiente educacional. Lima (2006) alerta que esses aspectos raramente são contestados, devido ao receio de perda do emprego ou da suspensão de serviços. Essas pesquisas evidenciam a diferença de responsabilidade entre a regulamentação e a oferta do profissional tradutor e intérprete de Libras na esfera administrativa federal.

Lima (2006) e Santos (2006) realizaram suas pesquisas em um período em que a regulamentação da profissão ainda estava em processo de implementação. Naquele contexto, não havia servidores públicos estatutários, que é tradutor e intérprete de Libras, ocupando cargo específico para exercer sua função em instituições de ensino superior. Diante dessa realidade, os profissionais contratados para atuar em instituições federais trabalhavam sob diferentes vínculos, sem estabilidade, sem acesso a benefícios garantidos aos servidores efetivos e sujeitos a demissões arbitrárias. A ausência de reconhecimento legal da profissão impedia seu devido enquadramento pelo Estado, o que resultava na falta de definições claras sobre quem estava habilitado a exercer a função, quais seriam os requisitos mínimos de formação, bem como os direitos e deveres desses profissionais.

Embora avanços normativos relevantes tenham sido conquistados desde as análises pioneiras de Santos (2006) e Lima (2006), como a promulgação da Lei nº 12.319/2010, o cenário atual ainda revela contradições estruturais. Intérpretes continuam atuando sob vínculos

temporários ou terceirizados, e as políticas de tradução permanecem dependentes de iniciativas fragmentadas. Considero que o debate sobre as políticas de tradução no ensino superior deve ultrapassar a perspectiva burocrática de mera adequação normativa, reconhecendo as atividades de tradução e de interpretação como direitos linguísticos fundamentais e não como serviços complementares. A persistência desse distanciamento histórico exige, portanto, uma reorientação das políticas institucionais, com a garantia de concursos públicos, estabilidade funcional e condições dignas de trabalho para tradutores e intérpretes. Tais elementos são indispensáveis para que a inclusão de pessoas surdas no ensino superior não se restrinja a uma intenção, mas se concretize na prática acadêmica cotidiana.

A discussão sobre a regulamentação de uma profissão também impacta diretamente a oferta de formação, bem como a garantia dos direitos linguísticos das pessoas surdas. A ausência de regulamentação pode desestimular instituições de ensino a oferecerem cursos específicos e de qualidade, comprometendo, assim, o avanço técnico e científico da área. O reconhecimento legal, além de promover a formação adequada dos profissionais, contribui para a melhoria de qualidade dos serviços prestados, ao possibilitar a criação de conselhos ou entidades reguladoras responsáveis por estabelecer códigos de ética e mecanismos de fiscalização. Dessa forma, busca-se evitar práticas fraudulentas e atendimentos inadequados.

A seguir, ainda com base na revisão de literatura, apresento uma discussão sobre a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete, bem como a criação do respectivo cargo no serviço público estatutário. Na sequência, ainda discuto sobre os desafios contemporâneos enfrentados por esse profissional no contexto do ensino superior.

## 2.1 A REGULAMENTAÇÃO E A CRIAÇÃO DO CARGO

Burgarelli e Witches (2024, p. 271) argumentam que a contratação dos tradutores e intérpretes de Libras passou “a ser uma exigência legal a partir do Decreto nº 5.626”. Esse Decreto de 2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras) e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000. Em seu capítulo V, o Decreto trata da formação do tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa, estabelecendo que:

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à

comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. (Brasil, 2005, p. 28)

O capítulo VI do Decreto trata da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Em seu artigo 23, estabelece-se que:

As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

[...]

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. (Brasil, 2005, p. 28)

A institucionalização da profissão, por meio do Decreto nº 5.626/2005, contribuiu significativamente para a constituição do cargo de tradutor e intérprete de Libras no serviço público. A Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estrutura do *Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação (PCCTAE)*, instituído em 2005, e atualmente em vigor, prevê o cargo denominado *Tradutor Intérprete*, classificado no nível E, cujo requisito é a formação em curso superior em Letras. Prevê, ainda, o cargo de *Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais*, classificado no nível D, que exige ensino médio completo acrescido de comprovação de proficiência em Libras.

Entretanto, Santos (2006, p. 92) observou que o

[...] cargo para tradutor e intérprete já existe tanto para nível superior quanto para nível médio no âmbito federal. Essa função deve ser preenchida por servidores técnicos, tradutores e intérpretes, conforme previsto no Plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos 7596 de 1987, regulamentado pelo decreto 94664/87 que confere no anexo I, sub-grupo NS – 03 – Tradutor e intérprete. Já no sub-grupo NM – 01 – que compete ao ensino médio, consta como cargo de nº 58, o tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais.

Contudo, “essa formação não condizia com a realidade de grande parte dos profissionais com competência para traduzir e interpretar o par linguístico formado pela Libras e pela língua portuguesa naquele período” (Burgarelli; Witches, 2024, p. 273). De acordo com Rodrigues (2019), os cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa foram

criados entre os anos de 2008 e 2015, o que demonstra o caráter relativamente recente da profissionalização na área.

É interessante destacar que, antes da implementação do atual Plano, o PCCTAE, os servidores federais estavam vinculados ao *Plano único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos*, instituído pela Lei 7.596, de 1987 e regulamentado pelo Decreto 9.4664 de 1987. Esse plano já previa a existência dos cargos de Tradutor Intérprete e de tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais. A principal distinção entre eles residia no grau de escolaridade exigido: enquanto o cargo de Tradutor Intérprete integrava o subgrupo NS, de nível superior, o cargo de tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais estava inserido no subgrupo NM, de nível médio.

Atualmente, a maioria dos servidores tradutores e intérpretes de Libras e língua português ocupa o cargo de nível D, sendo que apenas uma parcela reduzida ocupa o de nível E. A criação e predominância do cargo de nível D evidenciam que as políticas linguísticas relativas à Libras ainda não promovem seu reconhecimento. De acordo com Leite (2009, p. 1):

Desta forma, tanto em termos de atribuições do cargo de tradutor e intérprete quanto em termos de estatuto das libras como língua, não há motivos justificáveis para se designar um cargo de tradutor e intérprete de libras como um cargo distinto do de tradutor e intérprete de línguas. Isso nos leva a crer que distinção entre esses dois cargos na legislação brasileira seja herança de um período histórico em que a libras, embora levada em consideração por legisladores e pela sociedade de modo geral, não era plenamente reconhecida como uma língua natural, com estatuto igual ao das línguas orais.

Ao descrever aspectos relevantes da operacionalização dos serviços de tradução e de interpretação em algumas universidades federais brasileiras, Santos (2015, p. 15) problematiza que o “cargo de nível D é incompatível com as demandas e a complexidade exigida dos profissionais da tradução e da interpretação no ensino superior”. Por meio de entrevistas com dez intérpretes de língua de sinais que atuam no ensino superior nas cidades de São Paulo/SP, Cascavel/PR e Campo Grande/MS, Constâncio (2010) analisou a inserção do intérprete de Libras no ensino superior e argumentou que esses profissionais interpretam todas as disciplinas frequentadas pelos alunos surdos. A autora destacou que, durante as entrevistas, os intérpretes relataram como uma das principais dificuldades a ausência de sinais específicos para determinadas áreas do conhecimento. Dessa forma, as atividades de tradução e interpretação exigem dos profissionais competências linguísticas e técnicas complexas para sua execução.

A partir de relatos de tradutores e intérpretes, Cardoso (2020) aponta outro fator de desconforto. A autora analisou a atuação desses profissionais no contexto do ensino superior e

problematizou sobre a discrepância salarial entre os níveis D e E, mesmo quando ambos exercem as mesmas funções e atuam no mesmo ambiente. Essa situação gera considerável insatisfação entre os tradutores e intérpretes, principalmente quando não há distinção quanto às atribuições desempenhadas.

A regulamentação da profissão de tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa representou uma conquista significativa para reconhecimento e valorização desses profissionais. A inserção desse agente linguístico nas universidades e institutos federais foi “fundamental no processo de construção conceitual do aluno surdo, uma vez que é por ele que o aluno terá acesso ao conhecimento” (Cechinel, 2005, p. 9). A criação do cargo no nível D, embora revele uma discrepância entre a complexidade das atribuições e os requisitos exigidos para sua ocupação, representa um avanço no âmbito da esfera administrativa federal.

Conforme apontam Xavier e Silva (2020), os primeiros concursos públicos destinados à contratação de *tradutores e intérpretes de linguagem de sinais*, cargo de nível D, no âmbito da administração pública federal, tiveram início em 2009. Nesse contexto, apresento, a seguir, as análises do levantamento de pesquisas referentes à atuação desses profissionais no serviço público, especificamente no ensino superior, realizadas após a definição do marco regulatório legal criação e do respectivo cargo público.

## 2.2 ATUAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE NO ENSINO SUPERIOR

Exercer atividades de tradução e interpretação de e para Libras em curso superior é uma tarefa complexa, que exige elevado esforço cognitivo para sua realização. Santiago (2013), ao buscar identificar estratégias adotadas por intérpretes durante a atuação em contextos de pós-graduação, por meio de gravações das interpretações, argumenta que os conhecimentos técnicos, conceituais, acadêmicos, sociais e de mundo, relacionados à temática do curso, além dos conhecimentos linguísticos, tornam essa atividade particularmente árdua. Nessa mesma reflexão, Pinho (2017) investigou a mediação de conceitos científicos da língua portuguesa para a Libras. A partir do registro em vídeo das interpretações, a autora problematiza a existência de barreiras linguísticas no processo interpretativo e aponta que a falta de familiaridade com o conteúdo mediado pode comprometer a qualidade da interpretação.

A atuação do tradutor e intérprete de Libras em uma IFES não se restringe apenas à sala de aula. Bacarin (2017) investigou as condições de acessibilidade em uma instituição pública de ensino superior, localizada no Paraná, a partir da percepção de funcionários com deficiência.

Após realizar uma entrevista com o servidor surdo da instituição, a autora apontou que não há intérpretes de Libras em número suficiente para acompanhá-lo em toda rotina de trabalho, que envolve reuniões, trâmites burocráticos e ações de formação. Nesse sentido, Santos Filho (2018), ao analisar narrativas com o objetivo de compreender a identidade profissional de intérpretes educacionais da Universidade Federal do Sergipe (UFS), destaca que esses profissionais, além de atuarem em sala de aula, realizam interpretações em diversos espaços da universidade onde há presença de estudantes surdos, incluindo interações em setores administrativos, como secretarias e bibliotecas.

No contexto de sala de aula, os tradutores e intérpretes exercem suas atividades fim não apenas em benefício dos alunos surdos. Müller (2009), em sua pesquisa realizada por meio da análise de narrativas e entrevistas, teve como objetivo problematizar as representações culturais construídas em torno de docentes surdos inseridos no ensino superior. A autora descreve as principais ações políticas que garantem a permanência desses docentes em seus cargos, destacando, entre elas, a contratação de intérpretes de Libras para assegurar a acessibilidade, especialmente nas atividades pedagógicas das quais participam, com ênfase nas situações de sala de aula. Dessa forma, ao romper estigmas associados à surdez, o professor surdo ministra suas aulas em Libras, enquanto os estudantes que não dominam a língua recebem o conteúdo em língua portuguesa por meio da interpretação.

A partir dessas três reflexões anteriormente apresentadas, compreendo que a atuação do tradutor e intérprete de Libras nas instituições de ensino superior constitui um elemento fundamental para a garantia do direito à acessibilidade linguística da comunidade surda. No entanto, apesar dos avanços legais e do reconhecimento formal da profissão, ainda é recorrente a ocorrência de equívocos quanto às atribuições específicas desse profissional. Brito (2019), por meio de observação, analisou as relações e papéis entre uma docente surda e a intérprete em uma sala de aula no ensino superior de uma universidade pública da região centro-oeste. A autora aponta que os papéis desempenhados por ambas foram, equivocadamente, equiparados à docência pelos alunos. De forma semelhante, Santos (2006), por meio de entrevistas com intérprete de Libras em sua pesquisa sobre a identidade desses profissionais, argumenta eles são frequentemente confundidos com alunos, sendo vistos como pessoas que estão ali apenas auxiliar, e não como profissionais qualificados da área da tradução e interpretação.

A ausência de compreensão sobre as atribuições do intérprete de Libras compromete não apenas a adequada utilização desse profissional, como também resulta em sobrecarga de trabalho, desvio de função e desvalorização de seu trabalho. Silva (2013) investigou a prática dos intérpretes educacionais junto a alunos surdos em uma instituição de ensino superior. A

partir da utilização de diário de campo e da análise de entrevistas com quatro tradutores, a autora destaca a necessidade de se estabelecer uma política institucional específica para a atuação do intérprete no ambiente acadêmico. Ressalta, ainda, que as instituições devem possuir um conhecimento aprofundado sobre o papel e as atribuições desse profissional. O desconhecimento ou a compreensão equivocada de suas funções pode gerar sérios obstáculos à acessibilidade e à qualidade do ensino destinado a estudantes surdos, além de impactar negativamente a construção da identidade profissional do intérprete.

A criação de uma política institucional é analisada por Burgarelli (2022), com base em documentos oficiais que regulam as práticas de tradução e interpretação no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). A autora compreende a “gestão da tradução e da interpretação de serviços públicos em contexto educacional, evidenciando aspectos políticos que a constituem no âmbito institucional e produzem efeitos nos processos de inclusão e de educação de pessoas surdas falantes de uma língua de sinais” (Burgarelli, 2023, p. 9). Nesse mesmo instituto, Nogueira (2025) investiga a construção coletiva de políticas de tradução e interpretação no Ifes, focalizando a inter-relação entre os tradutores e intérpretes de Libras e língua português, os usuários do serviço e as configurações institucionais que atravessam esse campo. A autora discute a formulação dessas políticas, compreendendo a tradução e a interpretação não apenas como um serviço técnico, mas como um espaço de articulação coletiva. Para tanto, realizou rodas de conversa com dois grupos: usuários do serviço estudantes e profissionais surdos e ouvintes, e tradutores e intérpretes que atuam no Ifes. Nogueira (2025) argumenta que os resultados indicam que a formulação de políticas de tradução e interpretação no Ifes exige um processo dialógico e participativo, no qual tanto usuários quanto profissionais atuem ativamente na construção de diretrizes institucionais

Nesse sentido, Castro (2011) identificou ações e iniciativas desenvolvidas universidades públicas de diversas regiões do Brasil no que se refere ingresso e à permanência de pessoas com deficiência. Em sua pesquisa de campo, a autora observou que, embora existam ações voltadas a esse público, elas ainda se mostram insuficiente para garantir a permanência plena e participação efetiva dos estudantes com deficiência. Entre essas ações, destaca-se a atuação dos agentes educacionais envolvidos na educação das pessoas com deficiência, incluindo os intérpretes de Libras. A autora expressa a expectativa de que sua pesquisa contribua para a implementação de políticas que favoreçam a permanência desses estudantes, buscando influenciar, sobretudo, por meio da sensibilização das autoridades competentes.

A discussão possibilitada pela revisão de literatura proporcionou uma reflexão adicional sobre o quantitativo insuficiente dos intérpretes de Libras nas IFES. Nos últimos anos, as

universidades públicas brasileiras têm registrado um aumento significativo no número de estudantes surdos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação. Esse crescimento reflete os esforços empreendidos para promover a inclusão educacional e assegurar o direito à educação para todos. Gama *et al* (2022), ao analisarem os dados do Censo da Educação Superior de 2011 e 2020, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontaram que, nesse período, o número de estudantes surdos matriculados em instituições federais aumentou 74%. Entretanto, o Decreto nº 10.185/2019 extinguiu diversos cargos efetivos e vedou a abertura de novos concursos para essas funções, entre as quais se encontram os cargos de *Tradutor e Intérprete*, de nível E, e de *Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais*, de nível D.

Tal medida gera um paradoxo: ao mesmo tempo em que se promove a inclusão de pessoas surdas nas instituições de ensino superior, extingue-se o principal cargo responsável por garantir o acesso linguístico e educacional desses estudantes no ambiente universitário. Ao discutir sobre as políticas públicas relacionadas ao processo de inclusão dos surdos na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), por meio de entrevistas e questionários, Patrício (2011) problematiza a ausência de profissionais em todos os momentos do processo de aprendizagem estudante surdo. Dessa forma, em razão do número reduzido de servidores intérpretes, a permanência e a plena participação desses estudantes na vida universitária torna-se fragilizada.

Essa conjuntura configura um ambiente desafiador para o exercício profissional do intérprete de Libras. Ao investigar as condições de trabalho dos tradutores e intérpretes de Libras em contextos educacionais, por meio da aplicação de um questionário respondido por 179 profissionais, Silva (2019) concluiu que as condições inadequadas de trabalho, aliadas à intensa carga horária de interpretação simultânea, têm contribuído para de doenças como Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Além disso, o estudo indica que a incidência dessas enfermidades aumenta à medida que acumulam os anos de atuação na profissão. Nesse sentido, Mendes (2022), ao analisar os impactos das Políticas de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal (PASS), na atuação dos intérpretes, adverte que a qualidade de vida no trabalho decorre de um conjunto de necessidades percebidas dentro da instituição, e que as ações políticas voltadas à saúde e bem-estar não devem ser implementadas de forma isolada.

Diante das reflexões apresentadas, torna-se evidente que a atuação do tradutor e intérprete de Libras no ensino superior é essencial para garantir a acessibilidade linguística e a efetivação do direito à educação da comunidade surda. Embora haja avanços significativos no reconhecimento da profissão e na criação de políticas inclusivas, persistem desafios estruturais,

como a insuficiência de profissionais nas Instituições Federais de Ensino Superior, a precarização das condições de trabalho e o desconhecimento das atribuições específicas desses intérpretes. A extinção dos cargos, como previsto no Decreto nº 10.185/2019, contraria os princípios da inclusão ao limitar o acesso ao principal recurso linguístico dos estudantes surdos. Soma-se a isso a ausência de políticas institucionais integradas que contemplem tanto a valorização profissional quanto o cuidado com a saúde e o bem-estar desses trabalhadores. Portanto, é urgente que as instituições de ensino superior, em articulação com o poder público, adotem medidas concretas para garantir a permanência qualificada de estudantes surdos, o reconhecimento pleno da atuação dos intérpretes e a construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

No próximo capítulo, apresento o percurso metodológico da pesquisa, bem como os dois instrumentos utilizados para geração dos dados que compõem a análise.

### 3 PROCEDIMENTOS PARA UMA PESQUISA NA UFES

Uma metodologia de pesquisa é sempre pedagógica porque se refere a um *como fazer*, como fazemos ou como faço minha pesquisa. Trata-se de caminhos a percorrer, de percursos a trilhar, de trajetos a realizar, de *formas* que sempre têm por base um *conteúdo*, uma perspectiva ou uma teoria. Pode se referir a formas mais ou menos rígidas de proceder ao realizar uma pesquisa, mas sempre se refere a um *como* fazer. Uma metodologia de pesquisa é pedagógica, portanto, porque se trata de uma condução: como conduzo ou conduzimos a nossa pesquisa (Meyer; Paraíso, 2014, p. 17)

Meyer e Paraíso (2014) enfatizam que a metodologia de pesquisa não se limita a um conjunto de técnicas ou métodos, mas constitui um caminho, uma forma de conduzir o processo investigativo. A metodologia abrange não apenas os procedimentos específicos, como entrevistas, análises documentais, entre outros, mas também a forma como o pesquisador escolhe e aplica esses procedimentos, fundamentado em uma perspectiva teórica ou em um conteúdo que orientará a pesquisa.

Nesse sentido, esta pesquisa se insere na abordagem qualitativa, “que consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17). Isso significa que a pesquisa qualitativa busca captar e representar a complexidade da realidade social por meio de diferentes formas de registro, como notas de campo, entrevistas, gravações e lembretes, que servem para documentar as experiências, percepções e contextos estudados. Essas representações são produzidas a partir da interação entre o pesquisador e o ambiente natural dos participantes, permitindo uma compreensão mais profunda e detalhada dos fenômenos investigados, ao invés de reduzir esses fenômenos a dados quantificáveis.

Assim, os pesquisadores que adotam essa abordagem, “estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17). Nessa direção, Flick (2009, p. 36), destaca que a pesquisa qualitativa “não se refere apenas ao emprego de técnica e de habilidade aos métodos, mas influi também uma atitude de pesquisa específica”, a qual está relacionada ao empenho dos pesquisadores para alcançar seus objetivos.

Para atender aos objetivos propostos, esta investigação orienta-se pelos pressupostos metodológicos do estudo de caso (Paiva, 2019), empregando, como procedimentos de geração de dados, a pesquisa documental e a realização de entrevistas. A opção pelo estudo de caso justifica-se pela sua característica de envolver uma pesquisa

[...] empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e no seu contexto no mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto podem não estar evidentes com clareza. Em outras palavras, você gostaria de realizar uma pesquisa por estudo de caso porque quer compreender um caso do mundo real e aceitar que provavelmente este entendimento envolve as condições contextuais importantes pertinentes ao seu caso (Yin, 2014, p. 16).

Esse pressuposto metodológico tem como objetivo investigar não apenas o caso ou o fenômeno em si, mas também o contexto concreto em que está inserido. Embora Yin (2014) ressalte que a distinção entre fenômeno e contexto seja um fator que dificulta a realização de um estudo de caso, tal procedimento metodológico possibilita compreender tanto o caso específico quanto os fenômenos contextuais que o atravessam ou por ele são impactados. Nesse sentido, essa abordagem foi escolhida para alcançar o objetivo geral da investigação, qual seja, *analisar a constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)*.

A pesquisa buscou articular os objetivos específicos propostos e os procedimentos metodológicos adotados, de modo a garantir consistência entre a intenção investigativa e as estratégias de geração de dados. Em consonância com as características do estudo de caso, destaca-se que, para a realização desse tipo de investigação, é fundamental a “utilização de várias fontes de evidências, não apenas uma” (Yin, 2001, p. 106). Para tanto, foram definidos três objetivos específicos já mencionados na introdução deste trabalho, cada qual atendido por métodos na intenção de responder às demandas de investigação.

O primeiro objetivo específico consiste em *identificar acontecimentos que impactaram a tradução e a interpretação de línguas de sinais no ensino superior e, especificamente, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)*. Para alcançá-lo, realizei a busca e seleção documental como procedimento central. A análise de documentos institucionais, como resoluções, portarias, atas, relatórios de gestão e legislações pertinentes, permitiu construir uma narrativa sobre a trajetória de marcos normativos e administrativos que influenciaram as atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes. Esse método assegurou acesso a registros oficiais e possibilitou a construção de um panorama histórico e cronológico fundamentado em evidências formais.

O segundo objetivo específico visa *caracterizar o movimento de profissionalização da tradução e da interpretação de língua de sinais no contexto do serviço público*. Para isso, recorri à busca e seleção documental, bem como a entrevistas semiestruturadas. A documentação normativa e administrativa fornece informações objetivas sobre processos de institucionalização da profissão, como leis, editais de concursos, regulamentos e diretrizes. As

entrevistas, por sua vez, viabilizam a coleta de relatos de profissionais que vivenciaram esse movimento, possibilitando compreender como tais processos foram experienciados e percebidos no cotidiano de trabalho. A combinação desses métodos permitiu articular as dimensões legal e experiencial, compondo uma caracterização mais ampla e consistente do fenômeno.

O terceiro objetivo específico consiste em *discutir a trajetória das atividades de tradução e de interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes*. Para atendê-lo, foi realizada a triangulação de procedimentos, contemplando a busca e a seleção documental, bem como a aplicação de entrevistas semiestruturadas, integradas à minha interpretação dos dados gerados. Esse processo permitiu a “triangulação de todos esses dados, pois ela confere coerência ao estudo” (Paiva, 2019, p. 70), articulando diferentes fontes de informação e possibilitando uma análise estruturada e contextualizada. A triangulação consistiu no cruzamento e confronto dos dados obtidos, incorporando uma interpretação crítica do material de análise. Esse procedimento não se restringiu à mera sobreposição de informações, mas envolveu uma análise relacional e a atribuição de significados, possibilitando identificar convergências, divergências e lacunas entre os registros formais e os relatos dos participantes.

A triangulação foi adotada nesta pesquisa devido à complexidade inerente à análise das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes, envolvendo múltiplos atores, processos e dimensões institucionais. A utilização combinada de documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas possibilita a obtenção de diferentes perspectivas — oficiais e subjetivas — que, quando integradas, favorecem uma compreensão mais ampla e profunda do fenômeno investigado. Dessa forma, esse procedimento metodológico foi fundamental para garantir a solidez e a coerência da análise desenvolvida. O quadro a seguir apresenta um esquema visual da estrutura da pesquisa apresentada nesta dissertação.

Quadro 3 – Percurso metodológico (continuação)

<b>Problema de pesquisa</b>	
Como se constituíram as atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes?	
<b>Objetivo geral</b>	<b>Abordagem metodológica</b>
Analisar a constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	Estudo de caso

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Quadro 3 – Percurso metodológico (conclusão)

Objetivos específicos	Procedimentos
1. Identificar acontecimentos que impactaram a tradução e a interpretação de línguas de sinais no ensino superior e, especificamente, na Ufes	1. Busca e seleção documental
2. Caracterizar o movimento de profissionalização da tradução e da interpretação de língua de sinais no contexto do serviço público	2. Entrevistas semiestruturadas
3. Discutir a trajetória das atividades de tradução e de interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes	3. Triangulação dos procedimentos

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Para realizar um estudo de caso, investigando as especificidades e o contexto, é necessário elaborar uma “descrição e uma análise intensiva e holística de um fenômeno delimitado como um programa, uma instituição, uma pessoa, um processo ou uma unidade social” (Merriam, 1998, p. 13). Dessa forma, torna-se necessário delimitar o objeto, considerando o indivíduo, programa ou local, bem como o período a ser investigado. Entretanto, Stake (1995) alerta que os casos são holísticos, empíricos e interpretativos; assim, durante a pesquisa, o delineamento pode se transformar, sendo flexível.

Considerando as características metodológicas do estudo de caso, defino o caso e o contexto como um “sistema integrado” e que possui “uma delimitação e elementos ativos” (Stake, 1995, p. 2). Delimito a instituição a ser investigada, a Ufes, e me concentro em analisar a emergência das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa nessa instituição. O período investigado é compreendido pelos anos de 2006 e 2024.

É importante situar que a Universidade Federal do Espírito Santo é a única universidade pública federal presente em todo o estado do Espírito Santo. Fundada em 1954 como uma universidade estadual, contava, à época, com diversos cursos, entre eles: Filosofia, Ciências, Letras, Medicina, Odontologia, Música e Artes. A federalização da universidade ocorreu em 1961, momento em que houve a ampliação da oferta de cursos, incluindo, por exemplo, Educação Física, Ciências Econômicas e Direito (Ufes, 2014). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021–2030, informa que, atualmente a

Ufes oferece 101 cursos de graduação presencial, com um total de 5.015 vagas anuais. Na pós-graduação *stricto sensu*, possui 60 cursos de mestrado (49 acadêmicos e 11 profissionais) e 30 de doutorado. Na pós-graduação *lato sensu*, a Ufes oferece vários cursos em todas as áreas do conhecimento. Possui um quadro de 1.759 professores efetivos, 1927 técnicos-administrativos, cerca de 20 mil estudantes matriculados na graduação presencial e na modalidade a distância, e 3.311 mil na pós-graduação *stricto sensu*. Na pesquisa científica e

tecnológica, a Ufes desenvolve cerca de 5 mil projetos em diferentes áreas do conhecimento; e na extensão universitária, realiza 850 projetos e programas com abrangência em todos os municípios capixabas, contemplando cerca de 2 milhões de pessoas (Ufes, 2021, p. 22).

Além dos projetos e programas que abrangem a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, a Ufes oferece serviços por meio do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam). A instituição conta com quatro *campi* distribuídos pelo estado do Espírito Santo. Os *campi* de Goiabeiras e de Maruípe estão localizados na capital, Vitória; o *campus* de São Mateus situa-se no norte do estado, no município homônimo; e o *campus* de Alegre localiza-se no sul do estado, na cidade de Alegre. Este último possui, ainda, outras unidades no distrito de Rive e nos municípios de São José do Calçado e Jerônimo Monteiro (Ufes, 2024).

Nos próximos tópicos, apresento a realização dos procedimentos, como foi feita a seleção e análise dos documentos, bem como a realização e análise das entrevistas.

### 3.1 ESCRITOS: OS DOCUMENTOS

A pesquisa de natureza documental, conforme Cechinel *et al.* (2016), caracteriza-se pela utilização de documentos que ainda não passaram por uma análise científica sistematizada. Tais materiais são considerados fontes ricas e relevantes para a investigação acadêmica, pois contêm dados que podem ser investigados em distintas áreas do conhecimento. Ao permitir a contextualização histórica e sociocultural do objeto de estudo, os documentos tornam-se instrumentos fundamentais para a construção do conhecimento. Além disso, seu uso favorece a obtenção de dados confiáveis, credíveis e representativos, reforçando a legitimidade dos resultados alcançados por meio dessa abordagem.

Para realização da primeira etapa desta pesquisa, busquei e selecionei documentos institucionais que regulamentam ou tratam sobre as atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa, bem como aqueles que estabelecem normativas que gestam uma política de tradução e interpretação na universidade. A seleção documental para esta pesquisa é composta por documentos internos, como editais de concurso, processos administrativos, relatórios e demais documentos institucionais. Após a etapa de seleção, os documentos foram organizados em categorias analíticas, a saber: *concurso* (documentos referentes ao período anterior à nomeação), *oficialização* (atos de nomeação) e *administrativo* (documentos relacionados ao período posterior à nomeação).

A escolha por esse tipo de documentação configura-se como uma estratégia metodológica voltada à compreensão da materialização das políticas de tradução e dos direitos linguísticos no contexto de uma instituição federal de ensino superior. Ao examinar, por exemplo, os critérios estabelecidos nos editais de concursos ou a forma como os setores de acessibilidade relatam suas ações, é possível evidenciar tensões, avanços e lacunas nas políticas institucionais voltadas ao atendimento da comunidade surda. A escolha por esse conjunto documental, portanto, não apenas fundamenta empiricamente a pesquisa, mas também permite revelar como os direitos linguísticos são operacionalizados, ou negligenciados, no cotidiano administrativo das universidades públicas brasileiras.

Nesse sentido, a análise dos editais de concursos públicos busquei identificar a existência e a evolução da oferta de vagas para tradutores e intérpretes de Libras, compreendendo que a criação dessas vagas constitui um indicativo concreto de política de tradução, ao prever a presença institucionalizada desses profissionais. Os atos de nomeação também foram incluídos como categoria documental, uma vez que representam o momento formal de ingresso do servidor na instituição e confirmam a efetivação da política prevista nos editais. A utilização desses documentos na pesquisa se justifica por sua relevância para o rastreamento da materialização das políticas de tradução, do planejamento à implementação efetiva. Já os processos administrativos permitiram observar os desdobramentos dessas atividades no interior da universidade, evidenciando como elas foram sendo implementadas, reestruturadas e redimensionadas a partir de determinadas normativas institucionais.

A decisão pela seleção de documentos internos ao domínio institucional fundamenta-se na expectativa de identificar e compreender os possíveis efeitos das políticas de tradução e interpretação entre Libras e a língua portuguesa na garantia dos direitos linguísticos das pessoas surdas vinculadas à Ufes, bem como discutir o impacto dessas políticas sobre os servidores tradutores e intérpretes. Por outro lado, documentos que regulamentam ou influenciam as práticas de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa, mas que se situam fora do domínio institucional analisado, não foram selecionados como objeto de análise nesta etapa. Ainda assim, trata-se de documentos relevantes, já mencionados em capítulos anteriores, por representarem conquistas no campo dos direitos linguísticos e por influenciarem, de forma significativa, as políticas institucionais de tradução.

Esta etapa possibilitou a seleção de documentos compreendendo o período de 2009 a 2024. O ano de 2009 foi estabelecido como marco inicial, uma vez que não foram identificados documentos internos anteriores que regulamentassem ou tratassem das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa. Já o ano de 2024 foi definido como limite final

do recorte temporal, por corresponder ao ano vigente no momento da análise. Considerando as limitações de tempo, não seria viável mapear, selecionar e analisar novos documentos produzidos.

No quadro a seguir, elenquei os documentos selecionados, acompanhados das respectivas informações sobre o ano e a ementa. A ementa refere-se ao resumo do conteúdo presente em cada documento selecionado. Observa que, na nona linha da coluna "Ano", consta a referência ao ano de 2025. Tal inclusão se deve ao fato de que, ao buscar a nomeação de um servidor ocupante do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, localizei apenas a informação referente ao resultado final do concurso do qual esse servidor participou, sem que fosse possível encontrar o ato formal de nomeação. Como estratégia alternativa, acessei o site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), especificamente a página que apresenta a lista de servidores ativos. Nessa listagem, o nome do referido servidor constava como ativo, o que confirmou sua vinculação funcional. Diante da ausência do documento oficial no portal consultado, adotei essa abordagem como recurso complementar da busca dos documentos.

Quadro 4 - Documentos selecionados (continuação)

Nº	Ano	Documento	Ementa
01	2009	Edital n.º 27/2009-R, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES	Primeiro concurso público da UFES que incluiu, entre os cargos ofertados do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo, o de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
02	2009	Diário Oficial da União – Seção 3, n.º 194, sexta-feira, 09 de outubro de 2009	Resultado final do concurso público para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, com duas vagas, para o <i>campus</i> de Goiabeiras, conforme o Edital n.º 27/2009-R publicado no DOU de 30/04/2009, Seção 3, p.105 a 108.
03	2012	Processo de Redistribuição n.º 23068.004349/2012-83, do Serviço de Protocolo Geral (SERPROGPAD) da UFES	Redistribuição de um servidor ocupante do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
04	2013	Edital n.º 105/2013-R, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES	Segundo concurso público da UFES que incluiu, entre os cargos ofertados do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo, o de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
05	2013	Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 235, quarta-feira, 04 de dezembro de 2013.	Publicação oficial da nomeação de seis servidores para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais destinados à UFES, para o <i>campus</i> de Goiabeiras, conforme o Edital n.º 105/2013-R – PROGEP/UFES.

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Quadro 4 - Documentos selecionados (continuação)

06	2014	Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 162, segunda-feira, 25 de agosto de 2014.	Publicação oficial da nomeação de um servidor para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais destinados à UFES, para o <i>campus</i> de Goiabeiras, conforme o Edital n.º 105/2013-R – PROGEP/UFES.
07	2014	Edital n.º 001/2014, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES	Terceiro concurso público da UFES que incluiu, entre os cargos ofertados do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo, o de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
08	2014	Apuração do Resultado Final para o Cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais do Edital n.º 001/2014 – Comissão Especial Coordenadora do Concurso Público da PROGEP/UFES	Publicação oficial do resultado final do concurso público para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais para o <i>campus</i> de São Mateus, conforme Edital n.º 001/2014 da PROGEP/UFES.
09	2025	Relação de Servidores da UFES – Situação: Ativo permanente, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES	Consulta ao Servidor aprovado no concurso público para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais do <i>campus</i> de São Mateus, conforme Edital n.º 001/2014 da PROGEP/UFES, no quadro de servidores permanentes ativos da UFES. O Servidor consta como ativo no <i>campus</i> de São Mateus.
10	2014	Edital n.º 096/2014-R, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES	Quarto concurso público da UFES que incluiu, entre os cargos ofertados do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo, o de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
11	2015	Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 139, quinta-feira, 23 de julho de 2015	Publicação oficial da nomeação de um servidor para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais destinados à UFES, para o <i>campus</i> de São Mateus, conforme o Edital n.º 096/2015-R – PROGEP/UFES
12	2015	Edital n.º 125/2015-R, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da UFES	Quinto e último concurso público da UFES que incluiu, entre os cargos ofertados do Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo, o de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
13	2016	Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 117, terça-feira, 21 de junho de 2016	Publicação oficial da nomeação de um servidor para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais destinados à UFES, para o <i>campus</i> de Alegre, conforme o Edital n.º 096/2015-R – PROGEP/UFES

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Quadro 4 - Documentos selecionados (continuação)

14	2016	Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 233, terça-feira, 06 de dezembro de 2016	Publicação oficial da nomeação de um servidor para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais destinados à UFES, conforme o Edital n.º 125/2015-R – PROGEP/UFES. A nomeação está vinculada ao Processo n.º 23068.019468/2016-64, da Diretoria de Gestão de Pessoas da PROGEP/UFES, no qual consta que a lotação do servidor será no <i>campus</i> de Goiabeiras.
15	2017	Processo de Exoneração/Vacância n.º 23068.013976/2017-10, da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), vinculada à PROGEP/UFES	Servidor ocupante do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais solicitou vacância em razão de posse em outro cargo público inacumulável.
16	2017	Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 245, sexta-feira, 22 de dezembro de 2017	Publicação oficial da nomeação de um servidor para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais destinados à UFES, conforme o Edital n.º 125/2015-R – PROGEP/UFES. A nomeação está vinculada ao Processo n.º 23068.023587/2017-01, da Divisão de Ingresso e Movimentação da DGP/PROGEP/UFES, no qual consta que a lotação do servidor será no <i>campus</i> de Goiabeiras.
17	2018	Processo de Remoção n.º 23068.022578/2018-75, da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), vinculada à PROGEP/UFES	Remoção dos cinco Servidores ocupantes do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, anteriormente lotados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (PROAECI), para o Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN).
18	2018	Portaria n.º 861/2018-R, da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), vinculada à PROGEP/UFES	
19	2019	Extrato da ata da 10ª Reunião Ordinária do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, de 9 de outubro de 2019	Remoção dos Servidores ocupantes do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais do Departamento de Línguas e Letras (DLL) para a Secretaria do Centro de Ciências Humanas e Naturais (SEC/CCHN) para formar o Setor de Tradução e Interpretação (STIL).
20	2019	Extrato de ata da Reunião Ordinária do Conselho Departamental do Centro de Ciências Humanas e Naturais, de 12 de novembro de 2019	Aprovação do Regimento Interno do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL), pela Câmara Departamental do DLL/CCHN.
21	2020	Relatório das atividades do Setor de Tradução e Interpretação em Libras – Ano: 2019-2020	Atividades desenvolvidas pelo Setor de Tradução e Interpretação de Libras (STIL) no período de 2019 a 2020.

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Quadro 4 - Documentos selecionados (conclusão)

22	2021	Relatório das atividades do Setor de Tradução e Interpretação em Libras – Ano: 2021	Atividades desenvolvidas pelo Setor de Tradução e Interpretação de Libras (STIL) durante o período acadêmico de 2021 na UFES.
23	2022	Resolução nº 14 de 30 de junho de 2022, do Conselho Universitário (Cun) da UFES	Aprovação do Regimento Interno do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL), pelo Conselho Universitário (CUn) da UFES.
24	2023	Relatório das atividades do Setor de Tradução e Interpretação em Libras – Ano: 2022	Atividades desenvolvidas pelo Setor de Tradução e Interpretação de Libras (STIL) durante o período acadêmico de 2022 na UFES.
25	2024	Processo de Exoneração/Vacância nº 23068.029836/2024-92, da PROGEP/UFES	Servidor ocupante do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais solicitou vacância em razão de posse em outro cargo público inacumulável.

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O agrupamento de documentos, segundo Gil (1991), proporciona uma melhor visão de um problema sem necessariamente tentar respondê-lo. Trata-se, portanto, de uma estratégia metodológica que permite ao pesquisador organizar e interpretar as informações disponíveis de modo a construir uma compreensão mais ampla e contextualizada do fenômeno investigado. Desse modo, a análise dos documentos não tem como objetivo evidenciar o material apenas em fatos históricos, mas produzir sentidos sobre os acontecimentos na história, ou seja, interpretações que ultrapassam a simples cronologia dos eventos. Ao considerar os documentos como construções sociais carregadas de intencionalidades, valores e perspectivas, é possível perceber que eles não apenas relatam fatos, mas também os constroem discursivamente. De fato, ao utilizar os documentos como fonte de informação, compreendo, de acordo com Vidal (1998, p. 10), que eles se transformam “em elementos construtores da realidade”, sendo ativos no processo de significação da experiência humana. Nessa perspectiva, os documentos analisados não são apenas registros estáticos, mas peças-chave para a compreensão das práticas e dos sentidos atribuídos às ações e decisões institucionais ao longo do tempo.

Assim, com base nessa análise documental, a pesquisa será capaz de oferecer produções de sentido para a trajetória das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), identificando marcos, mudanças, desafios e avanços na consolidação do cargo e na atuação desses profissionais. Após realizar a etapa de sistematização e interpretação, foi possível elaborar um quadro com a síntese dos

principais acontecimentos relacionados ao cargo de tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa na Ufes, apresentado a seguir.

Quadro 5 – Síntese dos acontecimentos relacionados ao cargo de intérprete de Libras na Ufes (continua)

ANO	ACONTECIMENTO
2009	Primeiro concurso para o cargo de nível D - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
2009	Nomeação de dois tradutores e intérpretes de linguagem de sinais para o <i>campus</i> de Goiabeiras.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 2 tradutores e intérpretes
2012	Redistribuição de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais do <i>campus</i> de Goiabeiras para outra instituição federal de Ensino Superior.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 1 tradutores e intérpretes
2013	Segundo concurso para o cargo de nível D -Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
2013	Nomeação de seis tradutores e intérpretes de linguagem de sinais para o <i>campus</i> de Goiabeiras.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 7 tradutores e intérpretes
2014	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o <i>campus</i> de Goiabeiras.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 8 tradutores e intérpretes
2014	Terceiro concurso para o cargo de nível D -Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
2014	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o <i>campus</i> de São Mateus.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 8 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de São Mateus: 1 tradutor e intérprete
2014	Quarto concurso para o cargo de nível D -Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais
2015	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o <i>campus</i> de São Mateus.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 8 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de São Mateus: 2 tradutores e intérpretes
2015	Quinto concurso para o cargo de nível D -Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
2017	Exoneração de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais do <i>campus</i> de Goiabeiras por motivo de posse em outro cargo inacumulável.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 8 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de São Mateus: 2 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de Alegre: 1 tradutor e intérprete
2017	Nomeação de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais para o <i>campus</i> de Goiabeiras, do quinto concurso.
	<i>campus</i> de Goiabeiras: 9 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de São Mateus: 2 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de Alegre: 1 tradutor e intérprete

Fonte: elaborado pelo autor (2025) com base em Bizzo; Witchs (2022)

Quadro 5 – Síntese dos acontecimentos relacionados ao cargo de intérprete de Libras na Ufes (conclusão)

2018	Agrupamento dos nove tradutores e intérpretes de linguagem de sinais do <i>campus</i> de Goiabeiras no Departamento de Línguas e Letras (DLL) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN).
2019	Criação do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) no <i>campus</i> de Goiabeiras.
2019	Aprovação do Regimento Interno do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) no Conselho Departamental do CCHN.
2022	Aprovação do Regimento Interno do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) no Conselho Universitário (CUn) da Ufes.
2024	Exoneração de um tradutor e intérprete de linguagem de sinais do <i>campus</i> de Goiabeiras por motivo de posse em outro cargo inacumulável.
<i>campus</i> de Goiabeiras: 8 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de São Mateus: 2 tradutores e intérpretes <i>campus</i> de Alegre: 1 tradutor e intérprete	

Fonte: elaborado pelo autor (2025) com base em Bizzo; Witches (2022)

Este quadro, mais do que uma simples linha do tempo, sintetiza uma série de acontecimentos relacionados à atividade de tradução e interpretação na instituição, contribuindo para futuras reflexões, ações formativas e políticas voltadas à valorização e fortalecimento do trabalho desses agentes fundamentais na promoção da acessibilidade e da inclusão no ensino superior. A seguir, apresento a segunda etapa metodológica desenvolvida nesta pesquisa.

### 3.2 DITOS: AS ENTREVISTAS

Para realização da segunda etapa metodológica, contei com a participação de entrevistados que possuem vínculo com o domínio institucional em que esta pesquisa se insere, a Ufes. O principal critério para seleção dos participantes foi a participação direta ou indireta na trajetória das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na instituição. A partir desse critério, defini três perfis principais de interesse para a composição do grupo de entrevistados.

O primeiro perfil corresponde ao de *docentes* que acompanharam de perto o processo de institucionalização do cargo de servidor tradutor e intérprete de Libras na Ufes, bem como as etapas relacionadas à sua contratação. Esses professores, em determinados momentos, atuaram como intérpretes na instituição, especialmente em um período em que ainda não havia servidores efetivos ocupando essa função. Entre eles, destaca-se um professor surdo, que anteriormente foi aluno da universidade. O segundo perfil refere-se aos *servidores técnicos-administrativos* que acompanharam o processo de contratação dos tradutores e intérpretes de

Libras, assim como a organização do trabalho desses profissionais no âmbito da universidade. Por fim, o terceiro perfil contempla os *servidores que ocupam o cargo de tradutor e intérprete de Libras* desde o início da institucionalização dessa função na instituição.

Desse modo, o grupo de entrevistados é composto por um professor, um professor surdo, uma professora, dois intérpretes de Libras e um servidor técnico-administrativo. No capítulo de análise, os excertos das entrevistas serão apresentados com a seguinte identificação: os professores serão designados como *Professor 1*, *Professor 2* e *Professora 3*; os tradutores e intérpretes de Libras como *Intérprete 1* e *Intérprete 2*; e o servidor técnico-administrativo como *Servidor 1*.

Após a seleção dos entrevistados, entrei em contato com eles para a realização da entrevista. Optei pela modalidade de entrevistas semiestruturadas, com um roteiro de perguntas antecipadas, que pode sofrer alterações a dependendo do desenvolvimento da entrevista. Essa etapa foi iniciada logo após o recebimento do parecer consubstanciado de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Ufes<sup>12</sup>. Dessa maneira, após a aprovação, os entrevistados foram contatados por e-mail, contendo o convite, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que informa sobre os riscos e benefícios da participação na pesquisa, bem como a informação de que o projeto foi aprovado pelo CEP da Ufes, conforme Apêndice B.

As entrevistas ocorreram em duas modalidades: presencial e virtual. Inicialmente, essa etapa foi planejada para ser realizada de forma presencial; no entanto, duas entrevistas foram realizadas por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet* considerando licença profissional e distância geográfica dos participantes. As entrevistas foram gravadas por meio de um aparelho celular, com auxílio de um microfone *Bluetooth* para melhor captação do áudio. As perguntas contidas no roteiro da entrevista estão disponíveis no Apêndice C, organizadas conforme o perfil de cada entrevistado.

Após as entrevistas, as gravações foram transcritas com o auxílio da ferramenta *Google Colaboratory*, na qual os arquivos de áudios foram anexados, e gerando a transcrição em português escrito. Esse tipo de ferramenta costuma gerar alguns erros de transcrição. Dessa forma, foi necessária uma revisão da transcrição para que o registro textual ficasse em conformidade com as entrevistas realizadas, gerando, assim, o material para as análises.

A dinâmica da entrevista com o professor surdo foi distinta: o diálogo ocorreu inteiramente em Libras, sendo registrada em vídeo. Posteriormente, realizei a tradução da entrevista para a língua portuguesa, na modalidade escrita, a fim de prepará-la para a etapa de

---

<sup>12</sup> A aprovação do projeto pelo CEP pode ser consultada na Plataforma Brasil pelo número do CAEE 79449024.7.0000.5542 e pelo número do parecer 6935029.

análise. Antes da análise, entretanto, toda a transcrição das entrevistas foi enviada para cada participante, a fim de que eles pudessem confirmar a concordância e autorizar o seguimento de sua participação na pesquisa. No que se refere à quantidade de participantes nesta etapa, foram realizadas seis entrevistas.

No próximo tópico, apresento o capítulo de análise, construído a partir dos dados gerados por meio dos documentos selecionados e das entrevistas conduzidas.

#### 4 UMA POLÍTICA DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA NA UFES

As análises das entrevistas e dos documentos possibilitaram identificar aspectos da trajetória, ou mesmo das lacunas, das políticas de tradução na Ufes, envolvendo a Libras e a língua portuguesa. Neste capítulo opto por uma prática de historicização dos acontecimentos que a marcaram, buscando situar a conjuntura dos eventos a partir de uma perspectiva histórica. Ainda que se trate de uma história recente, não tenho a intenção de reconstruir integralmente os acontecimentos, busco, antes, selecionar e articular fragmentos que mostram significativos contexto da pesquisa. Desse modo, justifico que compreendo o trabalho historiográfico com documentos pela perspectiva do movimento da *École des Annales*, ou seja, entendendo que eles são mais do que vestígios do passado. Isto é, de “traços do real, os documentos transformam-se em elementos construtores da realidade. Deixaram de significar o fato para tornarem-se *produções de sentido* (Vidal, 1998, p. 10, itálico do autor).

Ao me afastar da ideia de que o documento e as narrativas geradas pelos entrevistados constituem fatos em si, adoto a postura de significá-los como elementos que constroem uma realidade. A seguir, descrevo como os ditos pelos participantes e os escritos encontrados nos documentos contribuíram para a construção dessa história. A análise dos documentos selecionados e das entrevistas realizadas foi baseada na abordagem da linguística aplicada indisciplinar (Moita Lopes, 2009; Fabrício; Borba, 2023; Pennycook, 2023), pelos estudos da tradução, em especial, no que tange às políticas de tradução e interpretação (Beer, 2024; Burgarelli, 2022; González Núñez, 2014; Meylaerts, 2010; Santos; Francisco, 2018; Santos; Veras, 2020; Spolsky, 2004) e pelas discussões do campo do direito linguístico (Abreu, 2019; 2020).

Considerando a perspectiva das políticas de tradução, minha análise foi inspirada em procedimentos adotados por Beer (2024), Burgarelli (2022) e González Núñez (2014), que concentram suas pesquisas em políticas de tradução, com base no modelo teórico de políticas linguísticas proposto por Spolsky (2004). Os autores reconhecem a diferença conceitual entre políticas linguísticas e políticas de tradução, adaptando o modelo teórico de Spolsky (2004), que está organizado em três eixos: gestão, crenças e práticas, para compreender uma política linguística, conforme explicado no capítulo 2 desta dissertação.

A primeira etapa de análise, documental, teve início a partir de leituras detalhadas dos documentos, com intenção de identificar elementos que possibilitassem refletir sobre aspectos das políticas de tradução. Para que esse procedimento de análise fosse “alicerçado pelo método,

o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize” (Gaio; Carvalho; Simões, 2008, p. 148). Dessa maneira, realizei leituras sistemáticas e elaborei uma tabela com finalidade de agrupamento das recorrências, formando unidades de análise.

Da mesma forma que na primeira etapa, a análise das entrevistas envolveu a leitura detalhada das transcrições, com a intenção de caracterizar elementos que permitissem compreender aspectos das políticas de tradução, de modo a possibilitar a elaboração de “sínteses provisórias, de pequenos *insights*, e a visualização das falas dos participantes, referindo-se aos mesmos assuntos. Estes, nomeados pelo aspecto do fenômeno a que se referem, constituem uma categoria” (Szymanski; Almeida; Prandini, 2018, p. 73). Dessa forma, as recorrências foram agrupadas para organização da análise. É importante salientar que, durante a análise, informações que não são recorrentes, caracterizadas como diferentes, também foram identificadas e relacionadas, uma vez que podem igualmente impactar a análise da pesquisa.

Para a análise dos dados qualitativos, adotei uma técnica sistemática voltada à identificação de padrões, categorias e significados presentes no material gerado. Após a análise documental, a transcrição das entrevistas e a leitura das anotações realizadas durante sua condução, busquei identificar temas recorrentes. A partir dessa etapa, destaquei alguns temas específicos e organizei os excertos dos entrevistados e dos documentos que apresentavam relação direta com eles. Esses resultados estão apresentados nas cinco subseções a seguir.

#### 4.1 UM ALUNO SURDO E SEUS DIREITOS LINGUÍSTICOS

A análise da presença de estudantes surdos no ensino superior permite compreender como os direitos linguísticos se materializam no cotidiano acadêmico e de que forma a universidade responde às demandas dessa comunidade. No caso da Ufes, embora já houvesse registros de matrículas anteriores de pessoas surdas, tais experiências não resultaram em reivindicações significativas relacionadas ao uso da Libras. Isso porque esses estudantes não tinham a língua de sinais como primeira língua e, por consequência, não impuseram de forma direta a necessidade de tradução e interpretação em seu percurso acadêmico.

A situação se transforma com a chegada de um estudante que, ao ter a Libras como sua língua materna, demandou que seus direitos linguísticos fossem efetivamente garantidos. Esse caso específico, ao contrário dos anteriores, tornou visível a urgência de estruturar mecanismos institucionais capazes de assegurar a mediação linguística, inaugurando um processo de

mobilização coletiva, de gestão institucional e de reconhecimento político da Libras no ensino superior. Assim, esse episódio constitui um marco para compreender como os direitos linguísticos ultrapassam a dimensão normativa e se afirmam na prática a partir das demandas concretas de sujeitos surdos. No entanto, de acordo com alguns entrevistados, essa trajetória não esteve isenta de conflitos:

Quadro 6 – Excerto 1 de entrevistas<sup>13</sup>

Eu cursava Pedagogia, mas não tinha intérprete. Consegui passar e fui estudar na Ufes, deixando a faculdade particular. Iniciei em agosto de 2006 no curso de Pedagogia e me formei em 2009. Você me perguntou sobre os intérpretes de Libras: então, quando entrei não tinha intérpretes e fiquei sem interpretação durante 3 meses. Eu frequentava as aulas, mas só via a boca dos professores se mexendo e não entendia nada! O aprendizado era jogado no lixo! Todos aprendendo e eu ficando para trás! Era a mesma coisa que acontecia na faculdade particular. A partir disso, os meus colegas de classe foram todos até o Colegiado cobrar a contratação de intérprete de Libras e que se não houvesse, eles iriam ao Ministério Público ou na televisão e nos jornais. Então, o Colegiado entrou em contato com o MEC, porque eles não sabiam como funcionava esse tipo de contratação e após esse contato conseguiram três bolsistas intérpretes (Professor 1, 2024).

A turma do Professor 1 fez uma reivindicação porque não tinha tradutor e intérprete para ele. Durante uma aula, a turma inteira se levantou, do 3º período, e foi até o Centro reclamar, dizendo que não iriam entrar na sala de aula, porque o colega deles não está tendo acesso ao que eles estavam tendo. Isso foi um movimento muito interessante (Professor 2, 2025).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A turma do aluno surdo desempenhou um papel fundamental para assegurar o seu direito linguístico, evidenciando a importância dos movimentos sociais e da mobilização coletiva em prol da garantia de direitos. Nessa perspectiva, Silva (2018) ressalta o papel dos movimentos organizados por surdos e intérpretes na conquista e implementação desses direitos. Tal constatação demonstra que a efetivação de direitos, bem como a criação de legislações específicas, não ocorre de maneira natural ou por iniciativa espontânea do Estado. Essa realidade se torna ainda mais relevante quando se considera, conforme Souza (2022), ao analisar a inclusão a partir das dimensões da acessibilidade, concluiu que as políticas públicas exercem um papel fundamental na promoção do acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, mas sua eficácia depende da articulação entre legislação, gestão institucional e mobilização social.

A experiência relatada pelos entrevistados demonstra que a garantia de direitos linguísticos, como o acesso às atividades de tradução e interpretação, resultou da interação entre

<sup>13</sup> Conforme explicado no Capítulo 3, os excertos das entrevistas serão apresentados com a seguinte identificação: os professores serão designados como *Professor 1* e *Professor 2* e *Professora 3*; os tradutores e intérpretes de Libras como *Intérprete 1* e *Intérprete 2*; e o servidor técnico-administrativo como *Servidor 1*.

políticas públicas, decisões institucionais e mobilização coletiva. A efetivação desses direitos não ocorreu de forma automática, exigindo gestão da tradução, conscientização institucional e a atuação de movimentos sociais. Esse caso evidencia a importância de políticas de tradução bem estruturadas e da participação ativa da comunidade para assegurar os direitos linguísticos e promover a inclusão efetiva no ensino superior.

Um dado de grande relevância que emerge desse episódio é que o estudante em questão, identificado nesta pesquisa como *Professor 1*, corresponde ao aluno surdo que protagonizou essa mobilização. Atualmente, ele ocupa o cargo de professor da própria universidade, o que evidencia como a luta pela garantia de seus direitos linguísticos se tornou um marco não apenas institucional, mas também pessoal. O percurso desse aluno surdo ilustra de maneira exemplar como a efetivação de políticas linguísticas pode impactar diretamente as trajetórias de mobilidade social: de aluno surdo com restrito acesso e direitos linguísticos inicialmente negados, ele se tornou docente em uma universidade federal. Esse processo confirma que as conquistas alcançadas naquele momento inicial de mobilização transcenderam o caso individual, consolidando-se como um legado coletivo e transformador.

#### 4.2 UMA BOLSA PARA MONITORES INTERPRETAREM

A chegada de estudantes surdos em instituições federais de ensino superior, especialmente nos anos subsequentes à promulgação da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, representou um marco desafiador para as universidades brasileiras. A legislação estabeleceu a Libras como meio legal de comunicação e determinou a formação e a atuação de tradutores e intérpretes, mas sua implementação foi gradual e marcada por lacunas institucionais. Nesse cenário, muitas instituições precisaram elaborar soluções emergenciais para garantir o acesso de alunos surdos ao ensino superior, ainda que de forma provisória e experimental.

No caso da Ufes, essa realidade não foi distinta. Em 2006, ao receber a matrícula de um estudante surdo, a instituição não contava com profissionais tradutores e intérpretes em seu quadro de servidores. Após a mobilização relatada na subseção anterior, alguns entrevistados descreveram a alternativa adotada pela universidade para enfrentar tal situação:

Quadro 7 – Excerto 2 de entrevistas

Os primeiros passos de interpretação no ensino superior, na Ufes, foi quando a gente teve o primeiro surdo. Assim que a gente viu toda essa movimentação em relação à exigência do intérprete. Acompanhei, mas não fui uma das intérpretes dele. (Professora 3, 2024)

Na universidade, não existia essa função. Não existia o servidor público tradutor e intérprete. Então, o que o Centro de Educação propôs? Falou assim: “Olha, nós vamos fazer uma chamada para alunos da universidade, quaisquer que sejam, qualquer curso, para que sejam monitores no Centro de Educação. E nós vamos reverter essa monitoria. A monitoria será de tradução e interpretação, para os alunos que souberam”. Então, eu fui um desses alunos, com outras duas alunas, uma de Artes e uma da Pedagogia mesmo. Quando eu comecei a interpretar, entrei em 2006, então foi em 2007 que eu comecei a interpretar. (Professor 2, 2025)

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

De acordo com a Professora 3 e o Professor 2, no ano de 2006, ao receber a matrícula de um aluno surdo, o Centro de Educação da Ufes, diante da ausência de tradutores e intérpretes de Libras em seu quadro de servidores, adotou uma estratégia para viabilizar a acessibilidade desse estudante. O Centro elaborou um edital voltado a alunos que tivessem conhecimento em Libras, com o objetivo de que estes atuassem como intérpretes para o referido aluno surdo. Os alunos bolsistas começaram a atuar no ano de 2007. Essa prática possibilitou que, naquele momento, o estudante tivesse acesso às informações e aos conteúdos acadêmicos, incumbindo, aos *alunos-monitores-intérpretes*, o papel de agentes de acessibilidade e de direitos linguísticos. Ao se investigar a “situacionalidade cultural, institucional e histórica da ação humana, que é levada a termo pelo discurso/interação” (Moita Lopes, 2009, p. 18), percebo que tal iniciativa, embora fundamental para fruição dos direitos linguísticos daquele aluno surdo ingressante, também evidencia aspectos de desvalorização da profissão de tradutor e intérprete de Libras.

A seleção de bolsistas, de forma emergencial, desempenhou um papel crucial naquele período. O Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras), havia sido promulgado recentemente, e a figura do servidor público tradutor e intérprete de Libras não existia. Isso, contudo, não significa que não houvesse pessoas exercendo a função de intérprete de Libras, como apontam Witchs e Morais (2021). Com o tempo, essa função foi se consolidando como uma profissão, mas, até aquele momento, ainda não estava formalmente vinculada ao cargo de servidor público. Diante desse cenário, a universidade necessitava de uma solução imediata para assegurar os direitos do estudante surdo recém-ingressante.

A prática de oferecer bolsa para alunos-monitores atuarem como intérpretes, ao ser analisada, configura-se como uma primeira fase da política de tradução no domínio da Ufes, uma vez que está relacionada “às atividades reais de Tradução e podem surgir como resultado

de políticas explícitas ou de maneira implicada” (Beer, 2024, p. 17). Naquele momento, as atividades de tradução e interpretação entre Libras e língua portuguesa concentravam-se no Centro de Educação. Existem algumas hipóteses para explicar essa concentração. Uma delas, discutida por Carvalho (2016), aponta que houve um forte investimento discursivo no sentido de que, ao ingressarem na universidade, as pessoas surdas buscassem profissões ligadas ao ensino da língua de sinais. Esse direcionamento teria contribuído para a presença mais expressiva da comunidade surda nesse espaço.

É igualmente notório que o ensino de Libras, em grande parte impulsionado pela obrigatoriedade da disciplina em determinados cursos, conforme estabelece o Decreto nº 5.626/2005, mantém uma relação direta com os Departamentos e Centros de Educação das universidades brasileiras. Não por acaso, como demonstrado na revisão de literatura apresentada no capítulo dois desta dissertação, a maioria dos trabalhos sobre tradução e interpretação também se concentra na área da educação. Considerando esse cenário, é importante destacar que as práticas de tradução e de interpretação, conforme argumenta González Núñez (2014; 2016), envolvem decisões sobre onde prover — ou não — tais serviços, o que reforça o caráter político-institucional dessas escolhas.

Essa situação permite refletir sobre como as interações comunicativas influenciam diretamente a vida das pessoas. Nesse contexto, percebi que tal prática se configura como uma ação política, uma vez que evidencia como determinadas decisões institucionais impactam a experiência de diferentes sujeitos. Utilizo o termo no plural porque os efeitos dessas decisões não se limitam aos estudantes surdos, estendendo-se também àqueles que atuaram como intérpretes de Libras.

Dessa forma, a experiência inicial com *alunos-monitores-intérpretes*, embora marcada por improvisos e pela ausência de um quadro institucional consolidado, representou um marco inicial na construção de políticas linguística e de tradução na Ufes. Ao mesmo tempo em que garantiu, ainda que de forma emergencial, o direito de um estudante surdo ao acesso ao conhecimento, essa prática também revelou a necessidade urgente de reconhecimento e institucionalização da função de tradutor e intérprete de Libras no âmbito universitário. Esse movimento abre caminho para a discussão sobre a criação de um cargo formal desse profissional, tema que será aprofundado na próxima subseção.

#### 4.3 UM CARGO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LINGUAGEM DE SINAIS

A abertura de editais para a seleção de alunos com conhecimento em Libras, que atuariam como intérpretes bolsistas, embora tenha representado uma iniciativa fundamental para assegurar minimamente o direito linguístico do estudante surdo ingressante, também evidencia as tensões características de um período de transição, no qual a profissionalização da tradução e da interpretação em Libras ainda não se encontrava consolidada no ensino superior. Esse modelo de contratação revelava, ainda, a desvalorização salarial, a ausência de direitos trabalhistas e o desconhecimento das atribuições específicas dos bolsistas-intérpretes. Conforme apontam os entrevistados, tal conjuntura se modificou posteriormente, quando o cargo passou a ser institucionalizado na universidade:

##### Quadro 8 – Excerto 3 de entrevistas

Antes do concurso que eu participei, teve um outro concurso, que me foge agora a memória em que ano... Em que nós tivemos dois tradutores e intérpretes de Libras que passaram no concurso e foram lotados no Centro de Educação (Intérprete 1, 2024).

A minha segunda formação na Ufes foi o mestrado, e, no momento da inscrição, enfrentei dificuldades relacionadas à presença de intérpretes. Nessa época, a Ufes já contava com dois intérpretes concursados. Iniciei o mestrado em 2010, mas não lembro exatamente quando os intérpretes concursados entraram. Durante minha graduação em Pedagogia, os intérpretes que atuaram não eram os concursados (Professor 1, 2024).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Embora não se trate de uma história remota, os entrevistados não conseguiram recuperar, com precisão, em suas memórias o ano em que a Ufes institucionalizou o cargo de tradutor e intérprete de Libras. Diante disso, o estudo de caso mostrou-se especialmente pertinente. Segundo Yin (2001), essa abordagem é recomendada quando se busca compreender fenômenos contemporâneos inseridos em contextos da vida real, sobretudo quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Nesse sentido, o autor destaca a importância da “utilização de várias fontes de evidências” (Yin, 2001, p. 106), a fim de garantir a validade e a riqueza da análise.

Os relatos das entrevistas, em consonância com as análises dos documentos, apontam que o período de contratação de intérpretes bolsistas se estendeu por três anos, compreendendo, assim, todo o curso de graduação do aluno surdo. O Documento nº 1, apresentado no Quadro 4 do capítulo três desta dissertação, refere-se ao Edital de nº 27/2009, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da Ufes, que representou a primeira iniciativa institucional de oferta de vagas para o cargo de *Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais*, de nível D (discussão

sobre o cargo e o nível apresento no capítulo 2 desta dissertação). Já o Documento nº 2, publicado no Diário Oficial da União em 09 de outubro de 2009, informa o resultado final do referido concurso, com a nomeação de dois intérpretes de Libras.

A articulação entre diferentes fontes de geração de dados, como documentos e entrevistas com pessoas que vivenciaram os processos analisados, possibilitou a recuperação de fragmentos, permitindo reconstruir aquilo que faz sentido. A triangulação dessas fontes não apenas supre eventuais lacunas de informação, como também confere maior densidade interpretativa ao estudo, contribuindo para a reconstrução da trajetória de institucionalização da atuação dos tradutores e intérpretes de Libras na Ufes, a partir de múltiplas perspectivas. Essa articulação tornou possível identificar a gestão da tradução na Ufes (Beer, 2024; Burgarelli, 2022; González Núñez, 2014). Uma política de tradução vai além de um conjunto de regras ou documentos normativos. Inspirada em González Nuñez (2016), Beer (2024, p. 58), ao discutir o eixo da gestão de uma política de tradução, a define como

o processo decisório relacionado ao uso da tradução dentro de um domínio específico, influenciado por legisladores e gestores tanto internos quanto externos a este domínio. Essas decisões não apenas afetam as escolhas e decisões tomadas pelos tradutores e intérpretes em seu trabalho, mas também moldam os contextos nos quais eles operam.

A forma como se decide contratar o intérprete de Libras influencia diretamente a maneira como essa atividade será oferecida na instituição. Em outras palavras, determina como os serviços de tradução e interpretação estarão disponíveis para as pessoas surdas. Essa gestão define como esses profissionais desempenham suas funções, quais recursos têm à disposição e em quais contextos atuam, moldando, assim, a experiência do usuário final da tradução, neste caso, os estudantes surdos.

Um aspecto importante que se pode observar nesse percurso é a implementação gradual de políticas linguísticas e de tradução na universidade. Antes do concurso de 2009, os intérpretes eram contratados como bolsistas de forma emergencial, uma solução temporária, porém necessária. Com a realização do concurso, o cargo de tradutor e intérprete de Libras foi institucionalizado, tornando a política de tradução formal e contínua. Isso mostra como políticas de tradução, muitas vezes, surgem de maneira emergencial e, apenas posteriormente, são formalizadas em estruturas institucionais. No caso da Ufes, a contratação de intérpretes de Libras está diretamente ligada à efetivação dos direitos linguísticos de estudantes surdos, mostrando a trajetória que vai da necessidade emergencial à formalização do cargo, alinhando a prática institucional à legislação sobre direitos linguísticos e inclusão.

O ingresso de um aluno surdo e a institucionalização do cargo do intérprete de Libras também contribuem para a valorização da Libras como uma língua legítima, garantindo direitos tanto aos grupos linguísticos surdos quanto à própria língua de sinais (Abreu, 2020). A partir do primeiro concurso público, o contexto de atuação dos tradutores e intérpretes de Libras passou por mudanças significativas: embora a função permanecesse a mesma, esses profissionais passaram a contar com direitos trabalhistas, perspectivas de progressão na carreira, estabilidade e reconhecimento decorrente da inclusão no quadro de servidores da Ufes.

É fundamental salientar, entretanto, que tais medidas não se configuraram como simples gestos de solidariedade diante da presença de estudantes surdos, mas resultaram de um imperativo de Estado, uma vez que já estavam em vigor a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, que asseguravam a presença de intérpretes em instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, Lopes (2015), discute que a inclusão deve ser compreendida como estratégia e imperativo estatal, de modo que a presença de intérpretes de Libras, fosse pela contratação emergencial de bolsistas ou pela institucionalização do cargo via concurso público, respondeu a uma exigência legal e normativa. Assim, a implementação de políticas de tradução e linguísticas que garantem o uso da Libras por estudantes surdos não apenas reflete esforços institucionais de valorização da língua, mas também materializa o desdobramento direto de políticas públicas e de um marco legal já consolidado.

A conquista da formalização profissional, a valorização da Libras e a garantia de direitos linguísticos na Ufes constituíram um marco inédito para o contexto universitário do Espírito Santo. As decisões da gestão da tradução na instituição, tanto na contratação emergencial de intérpretes bolsistas quanto na posterior institucionalização do cargo de tradutor e intérprete de Libras, foram fortemente influenciadas pelo cumprimento das legislações vigentes e pelas reivindicações dos colegas dos alunos surdos.

Compreender a constituição da trajetória desses profissionais é relevante para analisar de que modo as políticas de tradução foram gradualmente implementadas, transformando práticas inicialmente improvisadas em estruturas institucionais consolidadas. Por esse motivo, a subseção seguinte analisa a trajetória dos tradutores e intérpretes de Libras na Ufes, destacando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e os impactos dessa evolução para a consolidação dos direitos linguísticos no ensino superior.

#### 4.4 O LUGAR DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES NA UFES

Após os movimentos coletivos, a contratação emergencial de intérpretes bolsistas e a institucionalização do cargo público de intérprete de Libras em 2009, por meio do primeiro concurso público, a universidade passou a assegurar os direitos linguísticos daquele aluno surdo e a promover a valorização da Libras, enquanto língua minoritária. Entretanto, tais medidas não constituíram as únicas iniciativas adotadas pela instituição. O Documento 5, publicado no Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 235, de 04 de dezembro de 2013, e o Documento 6, publicado no Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 162, de 25 de agosto de 2014, ambos pertencentes ao Quadro de Documentos selecionados, registram ações posteriores que reforçam esse processo de consolidação.

Esses documentos permitem perceber a continuidade do movimento iniciado em 2009, revelando rastros de uma política de tradução que se fortalece na Ufes. A ampliação do quadro, com a nomeação de mais sete tradutores e intérpretes de Libras, representa um avanço em relação à contratação emergencial que marcou o início dessa trajetória. Essa expansão aumentou o alcance das atividades de tradução e interpretação, beneficiando não apenas o aluno surdo atendido, mas também preparando a instituição para atender um número maior de futuros estudantes e servidores. Interessante notar que, naquele momento inicial, a demanda não exigia tantos profissionais, o que sugere uma ação com caráter prospectivo, voltada a consolidar a garantia de direitos linguísticos de forma mais ampla e duradoura.

Esse movimento de ampliação do quadro de tradutores e intérpretes de Libras evidencia uma gestão da tradução (Beer, 2024; Burgarelli, 2022; González Núñez, 2016) orientada não apenas para responder a demandas imediatas, mas também para planejar ações de longo prazo. Embora não haja registros formais que explicitem essa intenção, a trajetória indica que a universidade passou a incorporar, de forma estável, as atividades de tradução e a interpretação de Libras, realizadas por servidores efetivos, como parte integrante de sua política institucional, superando a lógica de soluções pontuais e emergenciais.

A expansão das atividades de tradução e interpretação também revela o reconhecimento de que o direito linguístico deve ser universalizado, alcançando não apenas os estudantes e servidores surdos já matriculados, mas também aqueles que viriam a integrar a comunidade acadêmica no futuro. Conforme argumenta Abreu (2020), essa universalização exige ações estruturais capazes de assegurar condições equitativas de acesso à informação e à participação social, consolidando, assim, uma prática institucional.

Ainda assim, um dos entrevistados, identificado como Servidor 1, foi convidado a participar desta pesquisa em virtude de sua experiência direta no processo de implementação do curso de Letras-Libras – Bacharelado em Tradução e Interpretação da Ufes, bem como no acompanhamento da seleção de tradutores e intérpretes para atuação em concursos e vestibulares. Seu depoimento oferece indícios relevantes que permitem compreender os caminhos para os quais essa trajetória pode apontar:

Quadro 9 – Excerto 4 de entrevistas

Foi em 2013, na época da criação do curso, no início do processo de criação do curso de Letras-Libras. (Servidor 1, 2025).

Quando surgiu o curso de Tradução e Interpretação em Línguas, já existiam intérpretes na Ufes, ligados ao Núcleo de Acessibilidade (Servidor 1, 2025).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Durante a entrevista, o Servidor 1 informou que, em 2013, a Ufes deu início ao processo de criação do curso de Letras-Libras, coincidindo com as nomeações de novos servidores tradutores e intérpretes de Libras. De acordo com a matriz curricular do curso, suas atividades iniciaram em 1 de abril de 2014. Essa correlação torna-se ainda mais significativa quando considerada à luz do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. O Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, estabeleceu uma política nacional articulada entre diversos ministérios, voltada à garantia de direitos e à inclusão plena de pessoas com deficiência. No eixo Educação, o Plano previa, entre outros pontos, a formação de profissionais especializados para atender estudantes com deficiência, incluindo tradutores e intérpretes de Libras.

Sob essa perspectiva, o Plano Viver sem Limites intensificou a pressão e o incentivo para que as universidades federais formassem tradutores e intérpretes de Libras e consolidassem núcleos de acessibilidade. A criação do curso de Letras-Libras se alinha diretamente à meta do Plano de ampliar a rede de profissionais capacitados para garantir o direito a língua, a comunicação e inclusão de surdos no ensino superior, no trabalho e na vida pública. Em outras palavras, a criação do curso pode ter sido um fator motivador do movimento de ampliação das contratações de intérpretes e tradutores de Libras na Ufes. Contudo, conforme relatou o Servidor 1 durante a entrevista, outras questões também influenciaram tais decisões:

## Quadro 10 – Excerto 5 de entrevistas

<p>E os intérpretes que chegaram em virtude do processo de criação do curso, eles vieram num outro contexto, que seriam servidores, tradutores, para atuar especificamente no funcionamento desse curso. Porque você tinha tradutores fora então desse eixo do curso de Letras-Libras, e você tinha os tradutores de Letras-Libras (Servidor 1, 2025).</p>
--

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O Servidor 1 indica que havia dois fatores principais motivando a ampliação da contratação de tradutores e intérpretes de Libras na Ufes. O primeiro estava relacionado à criação do curso de Letras-Libras, destinado a formar novos profissionais para atender à crescente demanda. O segundo fator envolvia o funcionamento institucional e a estruturação de políticas de acessibilidade, em consonância com o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, o Programa Incluir, que visa implantar e fortalecer Núcleos de Acessibilidade nas instituições de ensino superior federais. Esse cenário demonstra que o poder de regular a prática de interpretação e tradução, conforme argumenta Lima (2006), está nas mãos do Estado.

No que se refere à intenção motivadora para ampliação de contratação de servidores com o propósito de assegurar direitos linguísticos e promover a valorização de uma língua minoritária, a Professora 1 afirma:

## Quadro 11 – Excerto 6 de entrevistas

<p>Eu sabia, naquele contexto, que tinha surgido vagas para as universidades e para os institutos federais. Se eu não me engano, acho que o programa <i>Viver Sem Limites</i>, um programa federal. E aí, assim, eu não sei te dizer se isso é uma ação da universidade ou sendo uma ação federal, a universidade foi demandada a fazer isso (Professora 3, 2024).</p>
--

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Esse trecho da entrevistada revela uma incerteza sobre quem é o agente principal na implementação das ações, se a iniciativa foi da universidade ou uma obrigação decorrente de programa federal. Essa ambiguidade é relevante, pois demonstra que, muitas vezes, a responsabilidade pela gestão da tradução é compartilhada ou pouco clara, o que pode impactar a continuidade e a abrangência das ações.

No entanto, a menção ao Programa Viver sem Limites indica que a ampliação de vagas e recursos para os tradutores e intérpretes de Libras pode ter sido consequência de uma diretriz federal. Isso se alinha à ideia de que políticas de tradução (Beer, 2024; González Núñez, 2016) são influenciadas por gestores internos e externos ao domínio, no caso, o governo federal atuando como agente externo que orienta e financia ações institucionais. Nessa direção, Abreu (2019) argumenta que os direitos linguísticos não dependem apenas de vontade local, mas de

políticas de Estado que garantam recursos e regulamentação para viabilizar o acesso à língua em diferentes contextos.

Por uma via ou outra, decisões foram tomadas, gerando efeitos tanto na disposição das atividades de tradução e interpretação quanto na fruição de direitos das pessoas surdas. Isso configura uma “gestão da tradução e da interpretação de serviços públicos em contexto educacional, evidenciando aspectos políticos que a constituem no âmbito institucional e produzem efeitos nos processos de inclusão e de educação de pessoas surdas falantes de uma língua de sinais” (Burgarelli, 2023, p. 9).

Tal constatação evidencia que políticas de tradução e a efetivação dos direitos linguísticos na Ufes podem ter sido impulsionadas por programas federais, como o *Viver sem Limites*, demonstrando a interdependência entre políticas públicas nacionais e ações institucionais. Essa relação reflete a importância de articulação entre o governo federal e as universidades para garantir que o direito linguístico e acessibilidade de forma contínua e consistente.

Até o momento, a trajetória das atividades de tradução e interpretação entre Libras e língua portuguesa na Ufes esteve restrita ao *campus* de Goiabeiras. Considerando que a universidade mantém *campi* em diferentes regiões do estado, tanto no norte quanto no sul, tal centralização evidencia que a política de tradução ainda não se configura como integral nem equitativa. Essa situação gera um cenário de desigualdade territorial, no qual a efetividade da lei e do decreto que regulamentam a Libras varia de acordo com a localização do estudante. A restrição ao *campus* de Goiabeiras implica que discentes surdos de outros *campi* não tenham assegurado, de maneira igualitária, o direito ao uso de sua língua na educação, comprometendo, assim, a universalização e a equidade no acesso aos direitos linguísticos.

No entanto, durante a entrevista, a Professora 1 refletiu sobre a relação entre a oferta e demanda dos serviços de tradução e interpretação de Libras:

Quadro 12 – Excerto 7 de entrevistas

É parar, tentar frear um pouco essa lógica de que o trabalho do intérprete é só por demanda, entende? (Professora 3, 2024).

Porque o princípio não deveria ser demanda, deveria ser: tem um evento, o evento tem que estar em Libras para o surdo passar na porta e olhar e falar “quero participar ou não”. Não é só se um surdo chegar e se inscrever e querer pedir, “pelo amor de Deus”, entende? Então, assim, esse princípio da demanda não deveria ser o que vai pautar, e sim o princípio da acessibilidade (Professora 3, 2024).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Esse cenário, em 2013, quando havia servidores tradutores e intérpretes de Libras apenas no *campus* de Goiabeiras, resultou do ingresso de um estudante surdo naquele *campus*, o que motivou a alocação inicial desses profissionais. Para assegurar o direito desse estudante à educação superior, a universidade mobilizou-se de maneira emergencial, exatamente como detalhou a Professora 3, caracterizando um trabalho realizado por demanda.

Um ambiente universitário inclusivo, que assegure os direitos linguísticos das pessoas surdas, precisaria “transformar tudo acessível, porque aí sim, por exemplo, os surdos vão olhar pra esse espaço e vão falar esse é um espaço que eu pertença, que me acolhe” (Professora 3, 2024). A docente defende uma lógica proativa de acessibilidade linguística, segundo a qual os ambientes devem ser acessíveis antes mesmo da chegada de uma pessoa surda, em contraposição a uma lógica reativa, na qual a acessibilidade é providenciada apenas após a matrícula, de forma emergencial. Assim, o planejamento institucional deve antecipar-se para assegurar o pleno acolhimento dessas pessoas.

Uma lógica proativa de acessibilidade linguística consiste no planejamento e na implementação de ações que garantem os direitos linguísticos a todos, de forma antecipada e sistemática, e não apenas em resposta a solicitações individuais. Nessa perspectiva, as atividades de tradução e interpretação são compreendidas como um direito efetivo, e não como em serviço opcional ou suplementar. Tal abordagem assegura que as pessoas surdas mantenham sua autonomia, podendo decidir participar sem a necessidade de solicitar previamente a acessibilidade.

Nesse sentido, os Documentos 7, 10 e 12 do Quadro 3 referem-se a editais de abertura de concurso — nº 001/2014 e nº 096/2014-R, para o *campus* de São Mateus, e nº 125/2015-R, para o *campus* de Alegre. Todos esses editais incluíram, entre os cargos ofertados no Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo, o de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais. Tais documentos constituem fragmentos relevantes para compreender as políticas de tradução na universidade, oferecendo novas pistas sobre como a instituição passou a incorporar, de modo sistemático, a acessibilidade linguística em seus processos de gestão.

Entre 2014 e 2016, a Ufes expandiu a oferta de atividades de tradução e interpretação para seus outros *campi* — Alegre e São Mateus — por meio da abertura de concurso público para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais. Essas cidades, localizadas respectivamente no sul e no norte do estado do Espírito Santo, são popularmente denominadas como parte do interior.

Até aquele momento, os *campi* de Alegre e São Mateus não possuíam matrícula de estudantes surdos falantes de Libras. Assim, ao antecipar a contratação desses servidores à

existência de demanda, a universidade adotou a lógica proativa de acessibilidade linguística. Ao consultar a Relação de Servidores Ativos da Ufes, disponível no site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, constatei a presença de dois servidores com o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais no *campus* de São Mateus e de uma servidora ocupante do mesmo cargo no *campus* de Alegre.

Contudo, duas nomeações, publicadas no Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 233, terça-feira, 06 de dezembro de 2016 e no Diário Oficial da União – Seção 2, n.º 245, sexta-feira, 22 de dezembro de 2017 para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais para o *campus* de Goiabeiras foram tiradas da classificação final do Edital n.º 125/2015-R – PROGEP/UFES que tinham vagas destinadas ao *campus* de Alegre. Esse redirecionamento continua fornecendo indícios sobre a dinâmica das políticas de tradução institucional na universidade. Essa redistribuição das vagas para Goiabeiras pode indicar um retorno parcial à lógica reativa, priorizando o *campus* com maior demanda imediata. Essa ação evidencia uma desigualdade territorial de acesso aos direitos linguísticos, ainda que oficialmente contemplados em editais de provimento.

Quadro 13 – Excerto 8 de entrevistas

Goiabeiras tem muitos intérpretes e tem muitos surdos. Será que a presença de muitos surdos não é também uma consequência de ter vários intérpretes, de ter garantia da acessibilidade? (Professora 3, 2024).
---

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A Professora 3 problematiza que a ausência de intérpretes nos *campi* do interior não se limita a uma questão pontual de recursos humanos, mas uma decisão administrativa com potenciais efeitos estruturais de longo prazo. A inexistência de profissionais qualificados nesses espaços pode desencorajar a matrícula de futuros estudantes surdos, restringindo, de forma indireta, o exercício do direito linguístico à Libras e comprometendo a equidade no acesso à educação superior em todo o estado. A distribuição desigual de intérpretes entre os *campi* produz assimetrias territoriais no oferecimento de acessibilidade, moldando as práticas comunicativas institucionais e reforçando hierarquias territoriais no acesso à língua de sinais. Tal configuração tensiona as discussões sobre direitos linguísticos (Abreu, 2020), uma vez que o direito de estudar na própria língua passa a depender do local de oferta do curso, e não de uma política integral e homogênea para toda a universidade.

#### 4.5 UMA LÓGICA DE INTERPRETAÇÃO SOB DEMANDA

Em 2018, a Ufes contava com doze servidores ocupantes do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, sendo nove no *campus* de Goiabeiras, dois no *campus* de São Mateus e um no *campus* de Alegre. Esse foi o último ano que encontrei registros documentais referentes à publicação de editais e nomeações para esse cargo. No entanto, o depoimento do Intérprete 2 acrescenta novas pistas sobre a trajetória dos servidores lotados no *campus* de Goiabeiras:

Quadro 14 – Excerto 9 de entrevistas

Houve um movimento que os dois [tradutores e intérpretes de Libras] do Centro de Educação fossem para o Núcleo de Acessibilidade, que já tinha estabelecido uma parceria. Depois, o Núcleo se reforçou com ainda mais dois intérpretes de outros concursos. É, aí tinha os quatro, que originalmente eram do DLL [Departamento de Línguas e Letras] (Intérprete 2, 2024).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Em sua entrevista, ao ser questionado sobre a organização dos intérpretes na universidade, o Intérprete 2 elucidou a trajetória que culminou no agrupamento desses profissionais no *campus* de Goiabeiras. Inicialmente, havia dois grupos de intérpretes: cinco vinculados ao Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes) e quatro ao Departamento de Línguas e Letras (DLL) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN). Essa divisão impactava diretamente a qualidade do atendimento prestado aos estudantes surdos, uma vez que cada setor podia adotar procedimentos próprios, gerando inconsistências no acesso e, conseqüentemente, no exercício do direito linguístico dessas pessoas.

Sob a perspectiva da gestão da tradução, a ausência de centralização favorecia tanto a sobrecarga de intérpretes em determinados setores quanto a ociosidade em outros. Em situações de urgência ou em eventos intersetoriais, a inexistência de um sistema unificado podia atrasar o envio de intérpretes, comprometendo a garantia da acessibilidade linguística. Além disso, sem uma coordenação única, as ações de tradução e interpretação tendiam a não adquirir o status de política institucional, permanecendo como iniciativas pontuais e frágeis.

Esses aspectos têm impacto direto na gestão da tradução, pois, como Burgarelli (2022, p. 47) argumenta, “não me refiro aos modos como as traduções e as interpretações são efetivamente planejadas e produzidas por tradutores e intérpretes, mas a como a existência de sua necessidade é prevista e estrategicamente incorporada ao contexto da instituição”. Trata-se,

portanto, de uma dimensão que vai além das práticas ou da atividade-fim desses profissionais, envolvendo o lugar em que atuarão e, sobretudo, como sua presença é pensada e planejada pela instituição.

Nesse período, embora houvesse oferta de atividades de tradução e interpretação, sua execução descentralizada fragilizava a disponibilidade e a gestão desses serviços. A ausência de planejamento prévio comprometia a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes surdos que frequentavam a universidade. Quando a tradução não é garantida como política institucional, ela se mantém como “boa prática” pontual, em vez de se configurar como direito.

Quadro 15 – Excerto 10 de entrevistas e excerto 1 de documentos

Por fim, depois de um tempo, essa galera toda se juntou num setor só. A gente formou uma equipe de nove, todo mundo no DLL, mas assim que veio esse movimento, o próprio chefe do departamento percebeu que ele estava limitado para tratar de algumas questões específicas e sugeriu que a gente migrasse então para sair de dentro do departamento e ficasse ligado diretamente ao centro. E assim foi feito, então a gente é lotado na secretaria do CCHN [Centro de Ciências Humanas e Naturais] (Intérprete 2, 2024).

Então, os tradutores que estavam nesse, então, o Núcleo de Acessibilidade, foram lotados no Centro de Ciências Humanas e Naturais. Os que estavam lotados no Departamento de Línguas e Letras, que ficavam só ali dedicados ao curso de Letras-Libras, também, então, foram lotados na Secretaria do Centro de Ciências Humanas e Naturais. E passaram então a ser organizados na dimensão do centro, atendendo às necessidades, não só mais, do curso de Letras-Libras, mas de qualquer demanda relacionada a alunos surdos que precisavam de apoio de intérpretes (Servidor 1, 2024).

A relatora informou também que faz parte da proposta a remoção de todos tradutores interpretes de Libras hoje lotados no DLL para o CCHN, de forma a formar o setor de tradução do Centro. Após leitura e discussão, a chefia colocou a proposta de regimento interno para o Setor de Tradução e Interpretação do DLL em votação. A proposta de regimento e a remoção dos tradutores ao CCHN foi aprovada por unanimidade (Extrato da ata da 10ª Reunião Ordinária do DLL).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Conforme registrado nos documentos analisados no Quadro 3, a Portaria n.º 861/2018-R da Progep/Ufes e o Extrato de ata da 10ª Reunião Ordinária do DLL, em 2018 houve um movimento de agrupamento de todos os servidores intérpretes no DLL. Segundo relato do Intérprete 2 e do Servidor 1, por questões burocráticas e hierárquicas da universidade, esse agrupamento passou a ficar lotado na Secretaria do Centro de Ciências Humanas e Naturais (SEC/CCHN).

O fortalecimento dessa identidade profissional conecta-se ao eixo das crenças proposto por González Núñez (2014) sobre tradução e interpretação. Como destaca Beer (2024, p. 59), esse eixo refere-se ao “respeito aos pensamentos, representações sociais e ideologias relacionados à disponibilidade e relevância das atividades de tradução e interpretação em um

domínio específico”, o que evidencia que tais práticas passaram a ser vistas como funções legítimas e reconhecidas dentro da universidade.

A decisão de agrupamento pode ser compreendida como parte de uma política de tradução, pois, conforme argumenta Meylaerts (2010), tal política pode englobar decisões que regulam as atividades de tradução e interpretação, gerando efeitos na forma como essas práticas são organizadas institucionalmente. Um desses efeitos foi a criação, conforme registrado no documento apresentado anteriormente, do Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL) da Ufes. A centralização desses servidores possibilita uma coordenação efetiva das práticas de tradução e interpretação, transformando-as de ações pontuais em política institucional (Burgarelli, 2022). Dessa forma, a universidade garante tanto a previsibilidade da oferta desses serviços quanto sua incorporação às estruturas organizacionais. Esse movimento institucional evidencia como a política de tradução se constitui em instrumento de efetivação dos direitos linguísticos dos estudantes surdos.

Quadro 16 – Excerto 11 de entrevistas e excerto 2 de documentos

No início, nós não tínhamos nenhum regimento. Nós trabalhamos para que houvesse um regimento interno, que inclusive, esse regimento fosse utilizado como uma diretriz para o nosso trabalho junto à universidade. (Intérprete 1, 2024)

É importante ressaltar que a elaboração desse regimento se dá pelos próprios tradutores, e que foi debatida e discutida no Conselho Superior, no Conselho Universitário. Ela foi aprovada pelo Conselho Universitário e tem força de resolução. Tendo força de resolução, ela vincula toda a universidade àquele funcionamento e vincula os próprios tradutores, que passam a estar obrigados a cumprir essa resolução. Isso é um ponto de destaque. (Servidor 1, 2024)

Aprova o Regimento Interno do Setor de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (Resolução nº 14 de 30 de junho de 2022, CUn/Ufes).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Um outro efeito da centralização dos servidores ocupantes do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais foi a elaboração de um regimento interno. Conforme apontam as entrevistas, a criação desse regimento partiu da iniciativa dos próprios servidores tradutores, provavelmente em razão da especificidade do cargo, do desconhecimento institucional acerca de suas atribuições e da necessidade de orientar formalmente a solicitação dos serviços de tradução e interpretação. Essa característica de política de tradução é apresentada por González Nuñez (2019), a determinantes *bottom-up* na formulação das políticas. Ou seja, trata-se de políticas concebidas de baixo para cima, em que os direitos são

demandados por aqueles que realmente fazem uso da língua ou, como neste caso, por aqueles que oferecem as atividades de tradução e interpretação.

Conforme o documento apresentado no quadro acima, o regimento interno, ganha força de resolução, definindo procedimentos diretrizes ou decisões institucionais. Essa resolução estabelece normas referentes à execução

[...] das atividades de Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais - Libras para Língua Portuguesa - LP e vice-versa, exercidas por ocupantes do cargo de “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais” do quadro efetivo de servidores técnico-administrativos em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes, lotados no Setor de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Stil do Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN. (CUn Ufes, 2022, p. 2).

Meylaerts (2010) também discute o papel de conjuntos de documentos cuja finalidade é regulamentar as atividades de tradução e interpretação. A elaboração do regimento interno pelos próprios intérpretes de Libras, posteriormente formalizado como resolução, configura-se como uma ação que pode ser compreendida como uma política de tradução. Isso porque, a partir da implementação do regimento, a organização do trabalho dos tradutores e intérpretes passou por modificações significativas, assegurando determinadas condições de trabalho para esses servidores, estabelecendo seus deveres, competências e os tipos de demandas com prioridade de atendimento.

Essa resolução pode ser vista também como mecanismo de efetivação de direitos linguísticos, uma vez que garante que a prestação do serviço de tradução e interpretação seja padronizada, acessível e regida por critérios. Dessa forma, estudantes e servidores surdos da Ufes têm condições linguísticas adequadas para participar plenamente da vida acadêmica, o que é um núcleo essencial dos direitos linguísticos. Além disso, a resolução vincula a universidade juridicamente ao compromisso de oferecer tais serviços.

Ao normatizar a forma como a tradução e a interpretação serão realizadas, a universidade operacionaliza direitos linguísticos por meio de uma política de tradução institucional (Meylaerts, 2010; González Núñez, 2014). Nesse contexto, o direito linguístico deixa de ser apenas uma “declaração de intenção” e se transforma em procedimento executável, com responsabilidades definidas. Ademais, a resolução atua como garantia de proteção contra retrocessos, uma vez aprovada pelo Conselho Universitário (CUn), sua revogação exige novo processo deliberativo formal, dificultando mudanças arbitrárias ou cortes repentinos. Assim, a Resolução nº 14/2022 do Cun/Ufes não apenas descreve procedimentos — ela blinda o direito

de acesso linguístico contra lacunas administrativas, assegurando que o serviço seja contínuo e institucionalmente resguardado.

Quadro 17 – Excerto 12 de entrevistas

No início nós não tínhamos nenhum regimento. Nós trabalhamos pra que houvesse um regimento interno. E aí a coordenação de acordo com o regimento, faz a escala de trabalho para que os intérpretes possam atuar em dupla. O trabalho em dupla porque desde o início nós, aqui na universidade, sempre trabalhamos com a ideia de trabalhar em dupla mesmo antes de sair a Lei. A ideia era a universidade ser um modelo para as demais instituições de ensino. (Intérprete 1, 2024)

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O Intérprete 1, durante a sua fala sobre a criação do regimento, diz que a ideia era a universidade ser um modelo. Ele aponta que a política criada, o regimento como resolução, pode extrapolar o âmbito interno e se ter um caráter referencial para outras instituições. A política da Ufes, se reconhecida como eficiente, pode inspirar adoção em outros contextos. Essa fala também revela a compreensão da universidade como agente político e formador de políticas públicas, não apenas como espaço de execução de normas.

A criação do regimento foi se tornando progressivamente mais importante, especialmente no que diz respeito às decisões sobre quais atendimentos devem ser priorizados. Essas decisões tornaram-se cada vez mais frequentes ao longo dos anos. Ao regular as prioridades de atendimento, a política de tradução impacta diretamente o exercício dos direitos linguísticos, pois define quais grupos e situações terão acesso imediato ao serviço, configurando-se como um instrumento de gestão do acesso à comunicação.

O cenário referente ao fluxo de demanda, quando os primeiros servidores tradutores e intérpretes chegaram, foi descrito pelo Intérprete 2 (2024) da seguinte forma: “nós que começamos a cavar algumas coisas que a gente poderia fazer, buscar algumas atividades”. Desde então, esse contexto mudou drasticamente.

Quadro 18 – Excerto 13 de entrevistas

Uma das principais dificuldades é exatamente o quantitativo de demanda e o quantitativo de servidores que estão na universidade. (Intérprete 1, 2024)

Na Universidade Federal, você teve um ingresso de um grupo de servidores só que, esse grupo, ele não é onipresente. As demandas da universidade são maiores e eles têm que pegar o que que é mais urgente, que vai ser a sala de aula. (Professor 2, 2025)

A universidade tem uma série de documentos, uma série de editais, uma série de burocracias que não só os alunos surdos, mas qualquer usuário surdo não tem acesso. Porque você não tem pessoal o suficiente para cuidar disso. (Servidor 1, 2024)

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O número de alunos e professores surdos na Ufes aumentou consideravelmente. Esse crescimento é, sem dúvida, resultado de importantes conquistas em termos de inclusão e efetivação dos direitos linguísticos. A ampliação da comunidade surda na universidade ilustra como a efetivação desses direitos tende a ampliar a participação social e acadêmica, mas também traz o desafio de garantir a sustentabilidade dos serviços de tradução e interpretação, evitando retrocessos no acesso.

Em contrapartida, o número de intérpretes não acompanhou esse crescimento, sendo o último ingresso registrado em 2018. Tal situação está vinculada ao Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extinguiu cargos efetivos vagos e vedou a abertura de concursos públicos para determinadas funções, incluindo o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais. Essa decisão configura-se como *top down* (González Núñez, 2019), ou seja, uma política definida de cima para baixo. Por não prever mecanismos alternativos para viabilizar ou garantir o atendimento desses profissionais, trata-se de um retrocesso no direito linguístico e na qualidade do serviço prestado pelos intérpretes concursados, especialmente diante de uma demanda crescente.

Enquanto a política *top down* imposta pelo Decreto 10.185/2019 reduziu a capacidade de atendimento sem prever soluções adequadas, ignorando a realidade concreta das necessidades locais e criando um descompasso entre planejamento normativo e a execução, a política *bottom up*, materializada no regimento interno, mostrou-se mais ajustada às necessidades reais do serviço (González Núñez, 2019; Burgarelli, 2022). Esse contraste revela um ponto crucial: quais os efeitos desse tensionamento para os direitos linguísticos da comunidade surda que integra a universidade?

Quando decisões centralizadas desconsideram as especificidades locais, o risco é transformar os direitos linguísticos em meras declarações formais, sem efetividade prática. Nesse contexto, os estudantes e servidores surdos podem ter sua autonomia comprometida, enfrentando barreiras que inviabilizam a plena participação acadêmica. A falta de intérpretes suficientes, a precarização das condições de trabalho e a ausência de planejamento sensível à realidade institucional não afetam apenas a qualidade do serviço de tradução e interpretação, mas atingem diretamente o direito inalienável de acesso à educação e ao conhecimento. Assim, as implicações são profundas: significa relegar os direitos linguísticos a um segundo plano, subordinando-os à lógica administrativa e orçamentária, em vez de tratá-los como garantias fundamentais.

Considerando tais circunstâncias, a gestão da tradução precisa estabelecer prioridades de atendimento, frequentemente orientadas por critérios políticos, institucionais ou de urgência.

Essa conjuntura transforma a gestão da tradução em um exercício contínuo de administração da escassez, no qual os critérios de priorização substituem o ideal de atendimento universal. O resultado é a produção de tensões entre a busca por eficiência administrativa e a garantia de equidade no acesso, afetando diretamente os direitos linguísticos da comunidade surda no ensino superior.

Outro fator que contribui para a insuficiência de servidores intérpretes na Ufes, conforme registrado nos Documentos 2, 15 e 25 do Quando 3 do capítulo três desta dissertação, refere-se a processos de redistribuição e a dois casos de exoneração/ vacância. Esses documentos informam a saída de três servidores do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais do quadro permanente da instituição, sendo que dois deles optaram por assumir outros cargos no serviço público. Essa movimentação pode estar associada a aspectos como insuficiente valorização profissional, a ausência de políticas institucionais de incentivo à permanência e a remuneração aquém das expectativas da categoria.

A busca por melhores condições de trabalho e por uma remuneração mais condizente com a complexidade e a responsabilidade da função indica um problema estrutural: a ausência de mecanismos eficazes de retenção aumenta o risco de que a evasão de intérpretes se torne um fenômeno recorrente, enfraquecendo a política de tradução institucional e comprometendo a efetivação dos direitos linguísticos da comunidade surda (Abreu, 2019; Beer, 2016). Assim, a evasão de servidores intérpretes não devem ser compreendida apenas como um movimento individual de busca por melhores oportunidades, mas como sintoma de uma questão estrutural mais ampla, relacionada à forma como o Estado e as instituições de ensino superior têm concebido, regulamentado e valorizado a profissão. A inexistência de medidas que assegurem estabilidade, reconhecimento e perspectivas de progressão profissional pode comprometer não apenas a política de tradução, mas também a efetividade dos direitos linguísticos das pessoas surdas no ensino superior.

Tal cenário se agrava diante do ingresso crescente de alunos surdos na graduação e na pós-graduação e da contratação de professores surdos, que intensificam a demanda por serviços de tradução e interpretação. Embora esse crescimento seja resultado de importantes conquistas no campo da inclusão e dos direitos linguísticos, ele impõe novos desafios à gestão institucional, exigindo planejamento estratégico e políticas de recursos humanos voltadas à sustentabilidade do serviço (Spolsky, 2004; Burgarelli, 2022).

Entretanto, a legislação vigente — notadamente o Decreto nº 10.185/2019, que extinguiu cargos efetivos vagos e restringiu a abertura de concursos para determinadas funções — inviabiliza, no curto prazo, a ampliação do número de servidores intérpretes de Libras. Essa

restrição cria um gargalo estrutural que, se não for mitigado por medidas alternativas, tende a provocar tensões crescentes entre a comunidade surda e a gestão administrativa, além de sobrecarregar os intérpretes remanescentes. Como consequência, há risco de comprometimento da qualidade do atendimento, da equidade no acesso e, em última instância, da efetividade dos direitos linguísticos já conquistados, configurando-se como potencial retrocesso no campo da inclusão linguística.

Todo esse cenário implica na possibilidade de as pessoas surdas acessarem educação, os serviços públicos e a vida social em sua própria língua. Quando intérpretes de Libras deixam a instituição por falta de valorização profissional, ou quando a legislação impede reposição dos cargos, ocorre uma quebra na efetividade desses direitos, já que o acesso à língua de sinais deixa de ser garantido de forma estável. A presença de intérpretes é condição indispensável para que estudantes surdos possam acompanhar conteúdos acadêmicos em igualdade de condições com seus colegas ouvintes.

A redução do quadro compromete tanto a qualidade quanto a continuidade dos serviços de tradução e interpretação, podendo gerar desigualdades de aprendizagem, evasão estudantil e exclusão acadêmica. Além disso, professores e servidores surdos também são afetados, pois dependem dos intérpretes para interações pedagógicas com alunos ouvintes, para a comunicação administração e para pleno exercício de suas funções. Essa lacuna não limita não apenas os direitos dos estudantes, mas também restringe o exercício profissional de docentes e servidores surdos. Desse modo, a evasão de intérpretes e a ausência de reposição configuram, na prática, uma violação indireta dos direitos linguísticos da comunidade surda.

A busca de intérpretes por melhores condições de trabalho evidencia que a Libras e sua mediação institucional ainda não ocupam lugar central e valorizado na política institucional. A ausência de incentivos para a permanência desses profissionais, associada à falta de perspectivas de carreira, revela que as atividades de tradução e de interpretação envolvendo Libras e língua portuguesa não são tratadas como um direito consolidado, mas sim como um serviço acessório, secundário e vulnerável a cortes e à instabilidade administrativa. Essa lógica precarização reforça a subalternização da língua de sinais, invisibilizando sua importância social e acadêmica. Tal cenário contraria frontalmente a Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras) e o Decreto nº 5.626/2005, que a reconhecem como meio legal de comunicação, bem como a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), que assegura a oferta da educação bilíngue, o ensino da Libras, formação e a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, além de tradutores e intérpretes de Libras. Ignorar essas diretrizes legais significa

não apenas descumprir a legislação vigente, mas também fragilizar os avanços conquistados no campo dos direitos linguísticos da comunidade surda.

Em síntese, essa atual conjuntura descrita aponta para um risco de retrocesso: a fragilidade da política de tradução na Ufes ameaça a continuidade da inclusão linguística, compromete a efetivação dos direitos linguísticos, prejudica a qualidade da educação de surdos e reflete a persistente desvalorização estrutural da Libras no ensino superior brasileiro.

Em contrapartida a esse cenário de fragilidade estrutural e de desvalorização da Libras, um dos entrevistados relatou que a universidade tem buscado adotar algumas ações para atenuar os impactos da escassez de intérpretes:

Quadro 19 – Excerto 14 de entrevistas

Aí, o que que acontece? Vem a questão da terceirização. Ah, então outras ações podem ser feitas pelos terceirizados, mas eu penso que os tradutores e intérpretes terceirizados, eles já estão suprimindo o que a equipe efetiva não tem braços e pernas para alcançar. Então eles vão alcançar aquilo ali. (Professor 2, 2025).

Mas aí já tem uma outra questão, como é que eu vou implementar grandes projetos para atendimento de língua de sinais, para divulgação de língua ou para tradução e interpretação sendo que eles são temporários; e outra: e quantas vezes esses temporários está debaixo de uma outra regra de pagamento. Então a redução da equipe, até por questão de sobrecarga, até para trabalhos que vão para além da sala de aula, que vai se expandir, uma atividade à noite, por ser uma equipe reduzida, todo mundo já cumpriu o horário manhã e tarde ou tarde e noite, e vai ter que estar na sala de aula e não pode estar num outro lugar... então, eu acho que uma grande dificuldade é uma equipe reduzida. (Professor 2, 2025).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A fala do Professor 2 evidencia como a terceirização tem sido utilizada pela universidade como um mecanismo de compensação diante da insuficiência de servidores efetivos, mas também como um fator que fragiliza as políticas de tradução e os direitos linguísticos. Segundo o docente, os intérpretes terceirizados desempenham funções essenciais, porém sua atuação é marcada pela temporariedade, alta rotatividade e instabilidade contratual, o que impede a consolidação de práticas duradouras e a construção de uma política linguística sólida. Nessa lógica, o direito das pessoas surdas à continuidade e à qualidade do serviço de interpretação fica comprometido, uma vez que não há garantias de permanência dos profissionais, nem de investimento em sua formação continuada ou no desenvolvimento de carreira.

Assim, a terceirização pode ser compreendida como um paliativo emergencial, que atende parcialmente às demandas de acessibilidade, mas não assegura plenamente o exercício dos direitos linguísticos no ensino superior. Mais do que uma simples decisão administrativa,

trata-se de uma escolha política que influencia diretamente quem pode — ou não — exercer seus direitos de acesso à educação em Libras. Ao reduzir a língua de sinais à condição de “serviço contratado”, a terceirização reforça a visão de que a Libras não ocupa um lugar central e valorizado na instituição, mas permanece sujeita a cortes, instabilidades e precarizações. Esse quadro revela um paradoxo: ao mesmo tempo em que garante acessibilidade imediata, fragiliza a institucionalização da Libras como direito linguístico, precariza o trabalho dos intérpretes e dificulta a implementação de políticas consistentes de tradução, inclusão e educação bilíngue.

A análise empreendida permitiu compreender que a trajetória das atividades de tradução e interpretação em Libras na Universidade Federal do Espírito Santo constitui-se em um processo dinâmico, marcado por avanços significativos, mas também por tensões e fragilidades. O percurso, que se inicia com soluções emergenciais e improvisadas para atender à chegada de estudantes surdos, evolui para a institucionalização do cargo de tradutor e intérprete de Libras e, posteriormente, para a criação de estruturas mais consolidadas, como o Setor de Tradução e Interpretação em Libras (STIL).

Nesse movimento, observo a articulação entre políticas públicas federais, decisões institucionais e mobilização coletiva, evidenciando que a efetivação dos direitos linguísticos não se dá de modo espontâneo, mas resulta de disputas, negociações e esforços multiescalares. A ampliação do quadro de intérpretes, a criação do curso de Letras–Libras e a elaboração de um regimento próprio configuram marcos importantes de uma política de tradução que, ao ser formalizada, fortalece a presença da Libras como língua legítima no espaço acadêmico.

Todavia, os desafios contemporâneos revelam a persistência de um cenário instável. A insuficiência de profissionais diante da crescente demanda, a distribuição desigual de intérpretes entre os *campi*, a evasão de servidores, as restrições legais à realização de novos concursos e a adoção de mecanismos paliativos, como a terceirização, fragilizam a continuidade das conquistas obtidas. Tais fatores indicam que, apesar dos avanços, a política de tradução ainda não se configura como plenamente estruturada e sustentável, permanecendo vulnerável a retrocessos.

A consolidação das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa como direito linguístico na Ufes requer o fortalecimento de políticas institucionais que superem a lógica reativa de acessibilidade e adotem estratégias proativas e equitativas. Somente com ações planejadas será possível garantir a inclusão plena das pessoas surdas no ensino superior, consolidando a universidade como espaço de valorização da diferença linguística.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, busquei analisar a constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), considerando a trajetória dessas práticas pela perspectiva de políticas de tradução e acessibilidade que permeiam e afetam o ensino superior brasileiro. Para tanto, examinei documentos institucionais produzidos entre 2009 e 2024, bem como realizei entrevistas com profissionais diretamente envolvidos nas atividades tradutórias e interpretativas da instituição.

Os resultados que obtive revelaram que o processo de institucionalização da tradução e da interpretação em Libras na Ufes não aconteceu de maneira linear ou plenamente consolidada. Pelo contrário, percebi avanços significativos, mas também tensões, lacunas normativas e desafios práticos. O mapeamento documental mostrou a gradual incorporação da função do tradutor e intérprete ao corpo técnico-administrativo, ainda que de modo insuficiente para garantir estabilidade e continuidade das ações. Já as entrevistas permitiram compreender a complexidade da atuação desses profissionais, marcada por sobrecarga de trabalho, impossibilidade de ampliação do quadro de servidores, necessidade de constante negociação, busca por reconhecimento institucional e implicações decorrentes da terceirização da função.

Do ponto de vista teórico, confirmo a relevância de compreender a tradução e a interpretação como práticas políticas, atravessadas por relações de poder e diretamente implicadas na efetivação ou restrição de direitos linguísticos. A linguística aplicada indisciplinar (Moita Lopes, 2009), adotada como uma abordagem, mostrou-se fundamental nesse processo, pois ofereceu um modo de fazer pesquisa que rompe fronteiras disciplinares, permitindo uma percepção holística das práticas e dos problemas relacionados à linguagem. Essa perspectiva abriu espaço para a interface com diferentes áreas do conhecimento, possibilitando abarcar relações que ultrapassam o campo estritamente linguístico.

Neste trabalho, a interface privilegiada foi com os estudos da tradução (Holmes, 1972; Vasconcellos, 2010), particularmente com o subcampo das políticas de tradução (Meylaerts, 2010; Santos; Zandamela, 2015; Santos; Francisco, 2018; Santos; Veras, 2020), em articulação com as discussões em torno dos direitos linguísticos (Abreu, 2019; 2020). Essa escolha teórico-metodológica permitiu compreender a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa como práticas que ultrapassam a dimensão técnica e se inserem em disputas políticas e institucionais. Dessa forma, foi possível analisar de que maneira decisões administrativas, normativas e organizacionais moldam não apenas as condições de oferta e de acesso às atividades de tradução e interpretação, mas também a valorização da Libras enquanto língua de

direitos. Consequentemente, tais decisões têm impacto direto nas oportunidades de participação acadêmica e social das pessoas surdas, evidenciando que a efetividade ou a fragilização desses direitos não resulta apenas da presença de intérpretes, mas da forma como a universidade incorpora — ou negligencia — a tradução e a interpretação como parte de sua política institucional.

A análise por meio da perspectiva tripartida da política de tradução, práticas, crenças e gestão (González Núñez, 2014; Burgarelli, 2022; Beer, 2024), demonstrou que a constituição e o funcionamento das atividades tradução e interpretação na Ufes resultam de uma complexa articulação entre diferentes elementos: (i) as práticas concretas de mediação linguística, desempenhadas no cotidiano por tradutores e intérpretes de Libras; (ii) as crenças e representações sociais sobre o papel da tradução e da interpretação na universidade, que influenciam a legitimidade e a valorização da profissão; (iii) as decisões de gestão institucional, expressas em editais, resoluções, políticas de contratação e formas de organização do trabalho.

Essa abordagem revelou, portanto, que as atividades de tradução e interpretação na Ufes não podem ser compreendidas apenas como serviços técnicos, mas como o resultado de disputas políticas e ideológicas, que materializam ou fragilizam direitos linguísticos no espaço acadêmico de uma instituição de ensino superior pública federal. Esta dissertação reforça que a presença de tradutores e intérpretes de Libras na universidade transcende a ideia de serviço assistencial ou de mera medida pontual de acessibilidade. Ao contrário, constitui-se como um elemento estruturante para a efetivação dos direitos linguísticos e para a plena participação acadêmica, científica e social de estudantes e docentes surdos. A tradução e a interpretação, nesse contexto, não podem ser tratadas como recursos ocasionais ou emergenciais, mas como práticas que integram o núcleo da política institucional de inclusão.

Assim, defendo a necessidade de políticas institucionais de caráter permanente e estruturante, que assegurem não apenas a continuidade dos serviços prestados, mas também condições de trabalho dignas e reconhecimento profissional aos intérpretes. Nesse sentido, a reabertura de concursos públicos para o cargo de tradutor e intérprete de Libras deve ser entendida como medida indispensável, capaz de garantir a reposição e ampliação do quadro de profissionais frente à crescente demanda da comunidade surda na universidade. A consolidação da cidadania linguística no espaço universitário depende de tais garantias, uma vez que a previsibilidade, a valorização e a institucionalização da Libras como língua de direitos são dimensões fundamentais para impedir retrocessos, assegurar equidade no ensino superior. Esse posicionamento está em consonância com a legislação brasileira que reconhece a Libras como

meio legal de comunicação, regulamenta sua implementação em serviços públicos e garante a educação bilíngue e a acessibilidade como direitos inalienáveis.

Considerando os resultados da pesquisa aqui apresentada, argumento que o grande desafio da política de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo consiste em romper com uma lógica reativa de atendimento às demandas. Essa lógica, marcada pela resposta pontual a situações emergenciais, impede a consolidação de uma política estruturada, capaz de garantir de forma sistemática os direitos linguísticos da comunidade surda. No entanto, compreendo que tal transformação não depende exclusivamente da vontade dos agentes que compõem essa política no interior da instituição. Trata-se, antes, de um movimento mais amplo, que ultrapassa as fronteiras do domínio investigado e colocam a política de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa da Ufes como efeito de uma política nacional de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa, que limita as condições para que os direitos linguísticos de pessoas surdas sejam plenos ao exercício de sua cidadania.

Considero especialmente relevantes as possibilidades de realizar análises comparativas entre universidades federais, de investigar os impactos pedagógicos da mediação linguística no desempenho acadêmico de estudantes surdos e de refletir sobre a formação e a valorização profissional de tradutores e intérpretes de Libras.

Em síntese, acredito que este estudo contribui para o fortalecimento do campo das políticas de tradução e interpretação em contextos institucionais, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para a formulação de práticas mais equitativas e inclusivas no ensino superior. Ao registrar e analisar o caso da Ufes, procuro não apenas sistematizar uma experiência institucional, mas também apontar a necessidade de continuidade das discussões e ações voltadas à consolidação de um espaço acadêmico que reconheça a diversidade linguística e assegure, de forma plena, os direitos das comunidades surdas.

Ao concluir este percurso, compreendo que, assim como traduzo e interpreto a realidade da Ufes em minhas práticas profissionais, também traduzi, nesta pesquisa, as vozes, documentos e experiências que constituem a política de tradução na instituição, seus *ditos* e *escritos*. Essa tradução não se encerra aqui, mas abre novos horizontes para investigações futuras e para a consolidação de práticas inclusivas no ensino superior.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, R. N. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, p. 46–76, 2019.
- ABREU, R. N. Direito Linguístico: olhares sobre as suas fontes. **A Cor das Letras**, v. 21, n. 1, p. 172–184, 2020.
- ARAÚJO, J. R. **O Papel o Intérprete de Libras no Contexto da Educação Inclusiva: Problematizando a Política e a Prática**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- BACARIN, A. P. S. **Percepções dos funcionários com deficiência sobre a acessibilidade no ensino superior**. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.
- BEER, H. Direito Linguístico e a Língua Brasileira de Sinais: um olhar sobre as pesquisas no âmbito da Pós-Graduação brasileira. **Revista Leitura**, v. 1, n. 73, p. 123–139, 2022.
- BEER, H. F. **Políticas de tradução e comunidades surdas: deveres linguísticos para a garantia de direitos fundamentais**. 2024. 230 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.
- BÍBLIA. Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas. Revisão de 2015: Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, 2015.
- BIZZO, A. V. T.; WITCHES, P. H. História recente da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (2006–2021). **PERcursos Linguísticos**, v. 12, n. 32, p. 55–76, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987**. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. Brasília: Senado Federal, 1987.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL. **Lei 12.319, de 01 de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. Brasília: Senado Federal, 2011

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da educação superior:** resumo técnico. Brasília: INEP, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019.** Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limite. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 3,** n. 194, 9 out. 2009.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 2,** n. 235, 4 dez. 2013.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 2,** n. 162, 25 ago. 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 2,** n. 139, 23 jul. 2015.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 2,** n. 117, 21 jun. 2016.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 2,** n. 233, 6 dez. 2016.

BRASIL. **Diário Oficial da União: seção 2,** n. 245, 22 dez. 2017.

BRITO, F. M. **Professora surda e intérprete de Libras no ensino superior:** relações, papéis e referenciais em sala de aula. 2019. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BRITO, L. F. Os Direitos Linguísticos dos Surdos. **Revista de Cultura Vozes,** Petrópolis, p. 388-391, 1985.

BURGARELLI, E. F. **Gestão da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa no Instituto Federal do Espírito Santo.** 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BURGARELLI, E. F.; WITCHES, P. H. Gestão da tradução e da interpretação em domínio institucional: uma exigência cultural entre diferenças linguísticas. *In*: WITCHES, Pedro Henrique (Orgs.). **Estudos Linguísticos e Direitos Humanos: língua e identidade**. Vol 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 265–286.

CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial. Florianópolis: IPOL, 2007

CAMARGO, A. C. dos S. Concurso público para intérprete educacional: saberes determinados para os candidatos – conjuntura nacional. *In*: ALBRES, N. A.; SANTIAGO, V. A. A. (orgs.). **Libras em estudo: tradução/interpretação**. São Paulo: FENEIS, 2012. p. 75–107.

CARDELLINO SOTO, P. Abordagens normativas e descritivas às notas do tradutor dos anos 1960 até o presente: excertos de uma revisão bibliográfica. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 89–96, 2015.

CARDOSO, D. U. C. **Tradução e interpretação da libras/língua portuguesa no ensino superior**: relatos de tradutores/intérpretes e alunos surdos. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, 2020.

CARVALHO, G. L. **A identidade do profissional tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais – Libras**: das suas concepções às suas práticas. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias, Lisboa, 2015.

CARVALHO, D. J. **Não basta ser surdo para ser professor**: as práticas que constituem o ser professor surdo no espaço da inclusão. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CASTRO, S. F. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CECHINEL, L. C. **Inclusão do aluno surdo no Ensino Superior**: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de acesso ao conhecimento científico. 2005. 71 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

CECHINEL, A.; FONTANA, S. A. P.; GIUSTINA K. P. D.; PEREIRA, A. S.; PRADO, S. S. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 1–7, 2016.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: Unesco, 1990.

CONSTÂNCIO, R. F. J. **O intérprete de libras no ensino superior**: sua atuação como mediador entre língua portuguesa e a língua de sinais. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 2010.

DAROQUE, S. C. **Alunos surdos no Ensino Superior**: uma discussão necessária. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2011.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. **Declaração da Cidade da Guatemala sobre os Direitos das Pessoas Surdas**. Guatemala, 1999.

DEIMLING, N. N. M.; MOSCARDINI, S. F. Inclusão escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 12, p. 3–21, 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur – Revista internacional de direitos humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65–77, 2009.

DIAS, W. P. da S. O tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa em espaços educacionais no Maranhão: uma análise discursiva de editais de concursos. **Investigações**, v. 31, n. 2, p. 318–338, 2018.

ECO, U. **Quase a mesma coisa**: experiências de tradução. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ESDRAS, D.; GALASSO, B. **Panorama da educação de surdos no Brasil**: ensino superior. Rio de Janeiro: INES, 2017.

EVEN-ZOHAR, I. Teoria dos polissistemas. Trad. Luis Fernando Marozo, Carlos Rizzon e Yanna K. Cunha. **Translatio**, Porto Alegre, n. 5, p. 1–21, 2013.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 45–65.

FABRÍCIO, B. F.; BORBA R. Errâncias indisciplinadas: entre rastros, ruínas e reconstruções. *In*: FABRÍCIO, B. F.; BORBA R. (Orgs.). **Oficina de Linguística Aplicada Indisciplinar**: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes. Campinas: Unicamp, 2023. p. 47–78.

FERNANDES, P. D. **A inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe**. 2014. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) – Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- FORTELES, J. A. **Concepções do tradutor intérprete de Libras sobre a formação profissional e atuação na educação escolar**. 2023. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2023.
- GAIO, R.; CARVALHO, R. B. de; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. *In*: GAIO, R. (Org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008, v. 1 p. 147–171.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GAMA, A. C.; SILVA, J. R. da; GUIMARÃES, D. N.; AMARAL S. C. de S. A Acessibilidade comunicacional e as pessoas surdas na educação superior. **InterSciencePlace**, v. 17, n. 5, p. 1067–1087, 2023.
- GONZÁLES NÚÑEZ, G. **Translating for linguistic minorities: translation policy in the United Kingdom**. 2014. 410 f. Tese (Doutorado) — Department of English and German Studies, Universitat Rovira I Virgili, Leuven, 2014.
- GONZÁLEZ NÚÑEZ, G. On Translation Policy. **Target**, v. 28, n. 1, p. 87–109, 2016.
- GONZÁLEZ NÚÑEZ, G. The shape of translation policy: a comparison of policy determinants in Bangor and Brownsville. **Meta**, v. 64, n. 3, p. 776–793, 2019.
- GUERINI, A.; COSTA, W. **Introdução aos estudos da tradução**. Universidade Federal de Santa Catarina Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2008.
- GOULART, D. S. M. BONIN, I. T. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: uma perspectiva histórica da profissão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, p. 1–21, 2021.
- GOULART, D. S. M. SANTOS, J. dos S. PORTO, N. dos S. G. Um Breve histórico sobre a seção de tradutores e intérpretes de Libras da Universidade Federal de Pelotas. **RevAIES**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 36–49, 2021.
- GOULART, D. S. M.; BONIN, I. T. B. A Profissionalização de tradutores/intérpretes de língua de sinais na cidade de Pelotas/RS: um percurso narrado. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 55–74, 2019.
- HOLMES, J. S. The name and nature of translation studies. *In*: VENUTI, L. **The Translation Studies Reader**. Londres: Routledge, p.172–185, 2000.
- JUNG, A. P. **Trajetórias de intérpretes de Libras-português no Brasil: alteridade constitutiva da profissão**. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

LADD, P. **In search of deafhood**: towards na understanding of British deaf culture. 1999. 282 f. Tese (Doutorado) – School of Education, Faculty of Social Science and Department of Deaf Studies, University of Bristol, Bristol, 1999.

LAGARES, X. C. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMB, C. R. Z. **Universidade Federal de Santa Maria**: um lugar para os surdos. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LIMA, E. S. **Discurso e identidade**: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de LIBRAS na educação superior. 2006. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LEITE, T. **Solicitação de permanência de vagas para o concurso no cargo de tradutor-intérprete nível E no (par linguístico Libras/Português)**. Curso de Letras-Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, p. 1–6, n. p.

LOURENÇO, G. FERREIRA, R. A. Os serviços de interpretação de língua brasileira de sinais nas universidades e nos institutos federais: a percepção de docentes surdos. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 83–108, 2020.

LOPES, M. C. Inclusão como estratégia e imperativo de Estado: a educação e a escola na produção de sujeitos capazes de incluir. *In*: RESENDE, H. de (org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Audiência, 2015, p. 291–303.

MACKENZIE, I. **Política**: conceitos-chave em filosofia. Trad. Nestor Luiz João Beck. São Paulo: Penso, 2011

MENDES, G. K. **Políticas de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor (PASS) e os efeitos na atuação do tradutor intérprete de Libras**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa maria, Santa maria, 2022.

MERRIAM, S. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MEYLAERTS, R. Translation policy. *In*: GAMBIER, Yves; DOORSLAER, Luc van (Eds.). **Handbook of Translation Studies Online**. Holanda: John Benjamins Publishing Company, 2010. p. 163–168.

MOITA LOPES, L. P. da. Contextos institucionais em linguística aplicada: novos rumos. **Intercâmbio**, São Paulo, v. 5, p. 3–14, 1996.

MOITA LOPES, L. P. da. Introdução – Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. *In*: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 13–44.

MOITA LOPES, L. P. da. Da aplicação da linguística à linguística aplicada indisciplinar. *In*: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Orgs.). **Linguística aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 11–24.

MÜLLER, C. R. **Professor surdo no ensino superior**: representações da prática docente. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

NOGUEIRA, F. dos S. **O espaço intersubjetivo como acontecimento na produção de políticas de tradução e interpretação no Instituto Federal do Espírito Santo**. 2025. 213f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2025.

OLIVEIRA, J.S; SILVA, R.C. Equipe de tradução do curso de Letras Libras. *In*: QUADROS, R. M. de. (Org). **Letras LIBRAS**: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. p. 93–111.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo**. Nova York, 2006.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PATRÍCIO, L. **Políticas públicas da inclusão de surdos na Educação Superior**: especificidades de uma experiência. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

PENNYCOOK, A. A Linguística Aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. *In*: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

PENNYCOOK, A. Linguística Aplicada Indisciplinar. *In*: FABRÍCIO, B. F.; BORBA R. (Orgs.). **Oficina de Linguística Aplicada Indisciplinar**: homenagem a Luiz Paulo da Moita Lopes. Campinas: Unicamp, 2023. p. 47–78.

PEREIRA, M. C. P. Produções Acadêmicas sobre Interpretação de Língua de Sinais: dissertações e teses como vestígios históricos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 99–117, 2010.

PERLIN, G. **O ser e estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PERLIN, G. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n. 2, p. 136–147, 2006.

PINHEIRO, K. L. **Políticas linguísticas e suas implementações nas instituições do Brasil**: o tradutor e intérprete surdo intramodal e interlingual de línguas de sinais de conferência. 2020. 434 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

PINHO, G. C. **Mediação de conceitos científicos e as barreiras linguísticas enfrentadas pelos intérpretes de Libras**. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017.

QUADROS, R. M (Org.). **Letras Libras**: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014

QUEIROZ, G.; BAGNO, M.; MONTEIRO, J. C. N. A tradução como política linguística: o caso da Unasul. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 127–154, 2018.

RODRIGUES, C. H. O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências. **Belas Infêis**, Brasília, Brasil, v. 8, n. 1, p. 145–162, 2019.

RODRIGUES, C. H.; CHRISTMANN, F. As pesquisas brasileiras sobre tradução e interpretação de línguas de sinais: os ETILS na pós-graduação em Estudos da Tradução. **Tradução e Cultura**, Florianópolis, v. 32, n. 2, p. 1–27, 2023.

ROMEIRO, S. A. L. V.; OLIVEIRA, I. N.; SILVÉRIO, C. C. de P. O trabalho do tradutor e intérprete de Libras-português nas universidades federais brasileiras. **IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014, n.p.

ROSSI, C. R. **O impacto da atuação do interprete de LIBRAS no contexto de uma escola pública para ouvintes**. 2005. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTIAGO, V. A. A. **Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu**: estratégias adotadas no processo dialógico. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013

SANTOS, S. A. **Intérpretes de língua de sinais**: Um estudo sobre as identidades. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, S. A. A implementação do serviço de tradução e interpretação de Libras-Português nas universidades federais. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 2. 113–148, 2015.

SANTOS, S. A.; ZANDAMELA, N. G. R. Políticas linguísticas e tradução-interpretação de línguas de sinais: aproximações entre Brasil e Moçambique. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 101–123, 2015.

SANTOS, S. A. dos; FRANCISCO, C. Políticas de tradução: um tema de políticas linguísticas? **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 2939–2949, 2018.

SANTOS, S. A. dos; VERAS, N. C. de O. Políticas de Tradução e de Interpretação: Diálogos Emergentes. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 10, n. 22, p. 332–351, 2020.

SANTOS FILHO, G. O. **O intérprete educacional de língua brasileira de sinais (IELIBRAS) atuante na UFS: em cena a construção de sua identidade profissional**. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SCHÄFFNER, C. Politics and Translation. *In*: KUHIWCZAK, P.; LITTAU, K. (Eds.). **A Companion to Translation Studies**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. p. 134–147.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SEVERINO, R. da M; CARNEIRO, T. D. Considerações sobre a perspectiva histórica acerca da tradução português-libras em instituições brasileiras. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 461–482, 2021.

SILVA, D. S. **A atuação do intérprete de libras em uma instituição de ensino superior**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, J. R. **Resistências surdas: quando as narrativas dos tradutores e intérpretes de Libras e Português nos contam as histórias**. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SILVA, D. F. **As condições de trabalho do intérprete de libras e o reflexo no ensino de surdos**. 2019. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019.

SILVA, K. S. X.; SILVA, M. M. B. da; SOUZA, P. T. R. de. A interpretação de Língua de Sinais - Português no ensino superior: caminhos e contradições. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 22, n. 9, p. 1–16, 2025.

SOUZA, M. S. **Acessibilidade no processo de inclusão na graduação em Ciências Contábeis: um estudo na Universidade Federal de Uberlândia**. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

- SOUSA, D. V. C. Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores/intérpretes de libras de São Luís. **Revista Littera**. São Luís, v. 1, n. 1, p. 60–66, 2010.
- SPOLSKY, B. **Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPOLSKY, Bernard. **Language Management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. Para uma teoria de políticas linguísticas. Trad. Paloma Petry. **ReVEL**, v. 14, n. 26, p. 32–44, 2016.
- STAKE, R. **The Art of Case Study Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.
- STEINER, G. **Depois de Babel**: questões de linguagem e tradução. Trad. Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora UFPR, 2005.
- SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R. de; PRANDINI, R. C. A. R. **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Campinas: Autores Associados, 2018.
- VASCONCELLOS, M. L. Tradução e interpretação de língua de sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar “Estudos da Tradução”. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, p. 119–143, 2010.
- VENUTI, L. **Escândalos da tradução**: por uma ética da diferença. Trad. Laureano Pelegrin *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- VENUTI, L. **A invisibilidade do tradutor**: uma história da tradução. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- VIDAL, D. G. A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 27, p. 6–16, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021–2030**. Vitória; Alegre; São Mateus: Ufes, 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL ESPÍRITO SANTO (Org.). **Ufes 60 anos**. Vitória: Edufes, 2014.
- UNIVERSIDADE FEDERAL ESPÍRITO SANTO (Org.). **70 anos da Ufes**: uma cápsula do tempo (1954-2024). Vitória: Edufes, 2024.
- UNIVERSIDADE FEDERAL ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Edital nº 27/2009-R**. Vitória: UFES, 2009.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Edital n.º 105/2013-R**. Vitória: UFES, 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Edital n.º 001/2014**. Vitória: UFES, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Comissão Especial Coordenadora do Concurso Público. **Apuração do resultado final para o cargo de tradutor e intérprete de linguagem de sinais do Edital n.º 001/2014**. Vitória: PROGEP/UFES, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Relação de servidores da UFES – Situação: ativo permanente**. Vitória: UFES, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Edital n.º 096/2014-R**. Vitória: UFES, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Edital n.º 125/2015-R**. Vitória: UFES, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Serviço de Protocolo Geral. **Processo n.º 23068.004349/2012-83**. Vitória: UFES, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Diretoria de Gestão de Pessoas. **Processo n.º 23068.013976/2017-10**. Vitória: PROGEP/UFES, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Diretoria de Gestão de Pessoas. **Processo n.º 23068.022578/2018-75**. Vitória: PROGEP/UFES, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Diretoria de Gestão de Pessoas. **Portaria n.º 861/2018-R**. Vitória: PROGEP/UFES, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Departamento de Línguas e Letras. **Extrato da ata da 10ª Reunião Ordinária**. Centro de Ciências Humanas e Naturais, 9 out. 2019. Vitória: UFES, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Departamental. **Extrato de ata da Reunião Ordinária**. Centro de Ciências Humanas e Naturais, 12 nov. 2019. Vitória: UFES, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Setor de Tradução e Interpretação em Libras. **Relatório das atividades – Ano 2019-2020**. Vitória: UFES, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Setor de Tradução e Interpretação em Libras. **Relatório das atividades – Ano 2021**. Vitória: UFES, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Setor de Tradução e Interpretação em Libras. **Relatório das atividades – Ano 2022**. Vitória: UFES, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Universitário. **Resolução n.º 14, de 30 de junho de 2022**. Vitória: UFES, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Processo n.º 23068.029836/2024-92**. Vitória: PROGEP/UFES, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Gabinete da Reitoria. **Portaria nº 2468, de 03 de novembro de 2016**. Dispõe sobre criação do Departamento de Libras do Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis: UFSC, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO/MEC, 1994.

VIDAL, D. G. A fonte oral e a pesquisa em História da Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 27, p. 6–16, 1998.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. **The Map**: a beginner's guide to doing research in translation studies. Manchester, St. Jerome Publishing, 2002.

WITCHES, P. H.; MORAIS, S. de O. Interpretação de língua de sinais no Brasil de 1907 a 1959. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2021.

WITCHES, P. H. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 41, p. 144–152, 2021.

WITCHES, P. H. Políticas de línguas de sinais: a inclusão linguística em uma perspectiva transnacional. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 10, p. 352–365, 2020.

WITCHES, P. H. Tradução e interpretação de língua de sinais como política linguística para surdos. **Percursos Linguísticos**, Vitória, v. 9, n. 21, p. 133–144, 2019.

WITCHES, P. H. **Governo linguístico em educação de surdos**: práticas de produção do *Surdus mundi* no século XX. 2018. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

XAVIER, A. S.; SILVA, M. O. Profissional intérprete e tradutor em língua brasileira de sinais na educação profissional e tecnológica federal. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 5, p. 1–18, 2020.

YIN, R. K. **Case Study Research**: design and methods. 5. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.

## APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nº	Ano	Tipo	Título	Autoria	Instituição	Área
1	2005	D	Inclusão do aluno surdo no Ensino Superior: um estudo do uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de acesso ao conhecimento científico	Lenita Ceccone Cechinel	UNIVALI	Educação
2	2006	D	Discurso e Identidade: Um olhar crítico sobre a atuação do (a) Intérprete de Libras na Educação Superior	Elcivanni Lima	UNB	Linguística
3	2006	D	Intérpretes de língua de sinais: um estudo sobre as identidades	Silvana Aguiar dos Santos	UFSC	Educação
4	2007	D	Consolidação de uma trajetória escolar: o olhar do surdo universitário sobre o Ensino Superior	José Ildon Gonçalves da Cruz	UFSC	Educação
5	2009	D	Trajетórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em Instituições de Educação Superior	Diléia Aparecida Martins	PUC - CAMPINAS	Educação
6	2009	D	O processo de inclusão do aluno surdo no curso Técnico em Informática do Cefetes Serra - ES: um estudo de caso	Wagner Kirmse Caldas	UFES	Educação
7	2009	D	Professor surdo no ensino superior: representações da prática docente	Cristiane Ramos Müller	UFSC	Educação
8	2010	D	Intérprete de Língua de Sinais: uma posição discursiva em construção	Ângela Russo	UFRGS	Educação
9	2010	D	O intérprete de libras no ensino superior: sua atuação como mediador entre língua portuguesa e a língua de sinais	Rosana de Fátima Janes Constâncio	UFSC	Educação
10	2011	D	Alunos surdos no Ensino Superior: uma discussão necessária	Samantha Camargo Daroque	UNIMEP	Educação
11	2011	T	Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras	Sabrina Fernandes de Castro	UFSCAR	Educação Especial
12	2011	D	Políticas públicas da inclusão de surdos na Educação Superior: especificidades de uma experiência	Leandro Patrício	UTP	Educação
13	2012	D	A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro	Janete de Melo Nantes	UFGD	Educação
14	2012	D	Políticas institucionais e ações inclusivas nas universidades: análise das condições de acesso para discentes surdos	Fábio Luiz Benício Maia Nogueira	UNIFOR	Administração de Empresas
15	2013	D	A atuação do intérprete de Libras em uma instituição de ensino superior	Diná Souza da Silva	UFC	Educação Brasileira
16	2013	D	Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu: estratégias adotadas no processo dialógico	Vânia de Aquino Albres Santiago	UFSCAR	Educação Especial
17	2013	D	Universidade Federal de Santa Maria: um lugar para os surdos	Catia Regina Zübe Lamb	UFSC	Geografia e Geociências
18	2014	D	Relação pedagógica professor, intérprete de língua brasileira de sinais e o aluno surdo do curso de Pedagogia da UERN	Mifra Angélica Chaves da Costa	UFSC	Educação
19	2014	D	A inclusão dos alunos surdos e/ou deficientes auditivos nas disciplinas do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de Sergipe	Priscila Dantas Fernandes	UFS	Ensino de Ciências Naturais e Matemática

20	2015	D	Atuação do intérprete de libras na mediação da aprendizagem de aluno no surdo no Ensino superior: reflexões sobre o processo de interpretação educacional	Carla Regina Sparano Tesser	PUC-SP	Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
21	2015	D	A modelação de uma política cooperativa na formação de estudantes surdos no ensino superior	Euluze Rodrigues da Costa Junior	UFES	Educação
22	2016	D	O intérprete de libras no contexto do ensino superior: visão sobre suas práticas	Ronaldo Quirino da Silva	UTP	Distúrbios da Comunicação
23	2016	D	Acessibilidade do aluno surdo em ambiente virtual de aprendizagem no ensino superior na percepção do tradutor intérprete de libras	Tiago Machado Saretto	UNINTER	Educação e Novas Tecnologias *
24	2016	T	Acesso do surdo a cursos superiores de formação de professores de Libras em instituições federais	Kate Mamhy Oliveira Kumada	USP	Educação
25	2016	D	A atuação do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais-português (Tilsp) na educação profissional: estratégias de tradução e a criação de sinais-termo	Erivaldo de Jesus Marinho	UFBA	Língua e Cultura
26	2016	T	Sinais de escolarização e as repercussões nos projetos de vida: representações sociais de universitários surdos	Arlete Marinho Gonçalves	UFPA	Educação
27	2016	T	Inclusão no ensino superior: percepções de servidores públicos docentes e não docentes no Brasil e em Portugal	Carlos Eduardo Candido Pereira	UNESP	Educação Escolar
28	2017	D	O tradutor- intérprete de libras e língua portuguesa: visão de um grupo de professores do ensino superior	Tânia Rodrigues Lisboa	UTP	Distúrbios da Comunicação
29	2017	D	Percepções dos funcionários com deficiência sobre a acessibilidade no ensino superior	Ana Paula Siltrão Bacarin	UEM	Psicologia
30	2017	T	Avaliação do processo de implementação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014)	Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino	UFRN	Ciências Sociais
31	2017	D	Estratégias pedagógicas para a permanência de estudantes surdos na Educação Superior	Sátilla Souza Ribeiro	UFBA	Educação
32	2017	D	Mediação de conceitos científicos e as barreiras linguísticas enfrentadas pelos intérpretes de Libras	Graziela Cantelle de Pinho	UNIOESTE	Ensino
33	2018	D	Resistências surdas: quando narrativas dos tradutores e intérpretes de Libras e português nos contam as histórias	Josué Rego da Silva	UFES	Educação
34	2018	D	Políticas inclusivas e a formação do Trabalhador Intérprete da Libras (TILS) atuante no Ensino Superior	Carlene da Penha Santos	UFPB	Educação
35	2018	D	Políticas linguísticas e tradutores e intérpretes do par libras/português brasileiro: implicações na formação profissional em decorrência da legislação brasileira	Mariana Farias Lima	UFSC	Estudos da Tradução
36	2018	D	O ensino de contabilidade introdutória e o desafio da linguagem: percepções de professores, intérpretes de Libras e alunos surdos	Bianca Ribeiro Lages Santos	UFPR	Contabilidade
37	2018	D	O intérprete educacional de língua brasileira de sinais (IELIBRAS) atuante na UFS: em cena a construção de sua identidade profissional	Genivaldo Oliveira Santos Filho	UFS	Educação

38	2018	D	Ensino superior para surdos: o processo educacional na ótica dos estudos culturais	Polliana Barboza da Silva	UFPB	Educação
39	2018	D	Mecanismos de avaliação da aprendizagem de aluno surdo no ensino superior no âmbito da linguística aplicada	Letícia de Sousa Leite	UFU	Estudos Linguísticos
40	2019	D	As condições de trabalho do intérprete de libras e o reflexo no ensino de surdos	Douglas Fernando da Silva	UNIOESTE	Ensino
41	2019	D	O que dizem os Tradutores Intérprete de Libras sobre atuar em disciplinas de matemática no ensino superior	Nádia dos Santos Gonçalves Porto	UFPEL	Educação Matemática
42	2019	D	Professora surda e intérprete de Libras no ensino superior: relações, papéis e referências em sala de aula	Fernanda Martins de Brito	UFPA	Educação
43	2019	T	A institucionalização de cursos superiores de formação de tradutores e intérpretes de libras/língua portuguesa no Brasil no decênio 2005/2015: o que os cursos esperam de seus alunos?	Marcos Luchi	UFSC	Estudos da Tradução
44	2019	D	Um estudo de usabilidade em uma plataforma de ensino superior a distância: a percepção dos usuários surdos sobre as atividades virtuais	Simone Conceição Vecchio de Castro Maciel	UNITAU	Educação e Desenvolvimento Humano
45	2020	T	O trabalho do tradutor e intérprete de Libras-português e o contexto educacional	Keli Simões Xavier-Silva	UFES	Educação
46	2020	D	Reflexões sobre o papel do intérprete de LIBRAS no Ensino Superior	Jadson Abraão da Silva	UERJ	Educação
47	2020	D	Tradução e interpretação da libras/língua portuguesa no ensino superior: relatos de tradutores/intérpretes e alunos surdos	Débora Uchôa Carneiro Cardoso	UNICAP	Ciências da Linguagem
48	2020	D	Políticas de tradução e de interpretação: gêneros textuais como instrumento de apoio aos intérpretes de Libras-Português no Judiciário	Luciellen Lima Caetano Goulart	UFSC	Estudos da Tradução
49	2020	D	Interpretação simultânea em conferência acadêmica: a reformulação de nomes de pessoas da libras para o português	Eduardo Andrade Gomes	UFSC	Estudos da Tradução
50	2020	D	Trajetória escolar do estudante surdo e sua relação no processo de inclusão no ensino superior	Ana Cláudia Borck	UFMT	Educação
51	2020	D	Educação inclusiva na educação superior: as condições de acesso e permanência de discentes surdos ou com deficiência auditiva na Universidade Federal do Maranhão.	Maria Aparecida de Almeida Araújo	UFMA	Políticas Públicas
52	2020	T	Gestão inclusiva de pessoas surdas e a sustentabilidade institucional	Fábio Luiz Benício Maia Nogueira	UNIFOR	Administração de Empresas
53	2021	D	As percepções dos tradutores intérpretes de libras face as suas atribuições profissionais no ensino superior	Joelaine Martins dos Reis Brasil	UFSM	Educação
54	2021	D	O trabalho em equipe de intérpretes educacionais no ensino superior: estratégias adotadas no processo de atuação	Giliard Bronner Kelm	UFSC	Estudos da Tradução
55	2021	T	Formação continuada e desenvolvimento profissional do tradutor e intérprete de língua de sinais na Educação a Distância (EaD)	Priscila Regina Gonçalves de Melo Giamloureço	UFSCAR	Educação Especial
56	2021	T	Inclusão na Educação Superior: novas tessituras para o campo da docência universitária	Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	UFBA	Educação

57	2021	D	O protagonismo dos surdos nas políticas de inclusão na educação superior: uma análise das narrativas de acadêmicos surdos no contexto da UNIR <i>campus</i> de Vilhena	Fernanda Emanuele Souza de Azevedo	UFMT	Educação
58	2022	D	A terminologia da eletricidade em libras: uma proposta de glossário semibílingue português/libras com dados do IFMA/Monte Castelo, em São Luís	Brandon Jhonata Cardoso Santana	UFMA	Letras
59	2022	D	Políticas de atenção à saúde e segurança do servidor (PASS) e os efeitos na atuação do tradutor intérprete de Libras	Grace Kelly Mendes	UFSM	Educação
60	2022	D	Acessibilidade no processo de inclusão na graduação em Ciências Contábeis: um estudo na Universidade Federal de Uberlândia	Matheus Silva Souza	UFU	Ciências Contábeis
61	2022	D	O processo de busca de informação por alunos surdos na Universidade Federal da Paraíba	Eliane Mendes Linhares	UFPB	Ciência da Informação
62	2023	D	Gestão da tradução e da interpretação de Libras e língua portuguesa no Instituto Federal do Espírito Santo	Eliana Firmino Burgarelli	UFES	Linguística
63	2023	D	Inclusão do surdo na educação superior: práticas inclusivas na perspectiva do tradutor intérprete de Libras	Cristiano Lima de Brito	UFPB	Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior *
64	2023	D	A atuação dos tradutores e intérpretes de libras/língua portuguesa na UFRN: a sala de aula em foco	Wilsynnara Melo da Silva Lira	UFRN	Educação Especial *
65	2023	T	Os tradutores e intérpretes de Libras-português nas IES federais do Brasil: da avaliação à importância das competências tradutória e interpretativa	Rúbia Carla da Silva	UFSC	Linguística
66	2023	D	A atuação de tradutores e intérpretes de libras-língua portuguesa durante a pandemia nos cursos Moocs do IFRS	Quetlin Ester Camargo Ribeiro de Araújo	UFSC	Estudos da Tradução
67	2023	D	Processo de inclusão de um estudante surdo universitário na educação superior pública: diálogos e práticas colaborativas	Maria Regina Granato Pimenta Lacerda	UFV	Educação
68	2023	D	Intérprete educacional e o aprender de alunos surdos: análise do contexto remoto no ensino superior	Anne Caroline Santana Iriarte	UFSCAR	Educação Especial
69	2023	D	Pessoas surdas e acesso à educação superior: dilemas, desafios e possibilidades	Claudemir Teixeira	UNB	Educação
70	2023	D	A inclusão de estudantes surdos nas aulas de Matemática do Ensino Superior	Tayna da Silva Vieira	UFRRJ	Educação em Ciências e Matemática
71	2024	D	A inclusão do surdo no ensino superior e o papel do tradutor/intérprete	Denis Aparecido Mendes Pereira	MACKENZIE	Educação, Arte e História da Cultura
72	2024	D	Planejamento participativo inclusivo para ensino de surdos na Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes pedagógicas entre docentes e tradutores e intérpretes de Libras	Lúcio Costa de Andrade	IFPE	Educação Profissional e Tecnológica *
73	2024	D	Os desafios da interpretação simultânea da língua brasileira de sinais para o português brasileiro na educação superior: o que diz a literatura científica?	Vanessa de Almeida Moura	UFBA	Língua e Cultura

74	2024	D	A trajetória de estudantes com deficiência e sua inclusão na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste	Sheila Rodrigues Vieira	UNIOESTE	Ensino
----	------	---	--	-------------------------	----------	--------

\*Programa de Pós-Graduação Profissional

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada *A constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo*, desenvolvida pelo mestrando Andrew Victor Thomé Bizzo, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

#### **JUSTIFICATIVA**

Considerando os efeitos da política nacional de inclusão, o início do século XX é marcado pelo aumento da presença de pessoas com deficiência em diferentes espaços sociais. Esses efeitos alcançaram a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que passou a receber matrículas de estudantes surdos falantes da língua brasileira de sinais (Libras). Para que a acessibilidade e a permanência desses alunos possam ser garantidas, a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa se tornou uma necessidade. Desse modo, a presente pesquisa justifica-se pela importância da emergência de políticas de tradução, que está relacionada as atividades de tradução e interpretação, para inclusão e acessibilidade de alunos surdos.

#### **OBJETIVO DA PESQUISA**

Analisar a constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

#### **PROCEDIMENTOS**

A sua participação na pesquisa acontecerá mediante a realização de uma entrevista presencial na qual serão abordados assuntos sobre sua trajetória profissional relacionada com as atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A entrevista ocorrerá em data e hora marcada de acordo com a sua disponibilidade e a partir de um roteiro básico de perguntas, as quais poderão ser extrapoladas de acordo com os tópicos que surgirem durante a interação. Além disso, a fim de se preservarem as informações concedidas, a entrevista será gravada em áudio e vídeo depois transcrita para posterior análise. Importante salientar que as gravações não serão divulgadas e sua identidade e a identidade de pessoas mencionadas por você serão mantidas em anonimato.

## **DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA**

As entrevistas poderão ter duração de aproximadamente 1 (uma) hora e ocorrerão preferencialmente em uma sala reservada no campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

## **RISCOS E DESCONFORTOS**

Dentre os potenciais riscos da pesquisa, destacam-se: o constrangimento ao abordar um tema sensível durante a realização da entrevista; a identificação indireta devido o número restrito de participantes; o registro de suas respostas à entrevista. Para tentar amenizar esses riscos: a sua identificação será preservada; nomes de pessoas, lugares e instituições serão substituídos por pseudônimos; todo o material gravado será salvo em um dispositivo de armazenamento físico sem conexão com a internet para evitar qualquer tipo de vazamento de informações.

Haverá também o risco de desconforto do participante em destinar parte de seu tempo para entrevista. Para amenizar tal risco, o pesquisador pretende marcar data e horário à escolha e conveniência da participante.

## **BENEFÍCIOS**

Ao participar da pesquisa, você poderá não apenas colaborar com a produção do conhecimento em torno de políticas de tradução e interpretação de línguas de sinais, como também refletir sobre a sua própria trajetória na construção dessas políticas e sobre possíveis novos rumos que poderão ser assumidos para a transformação do serviço de tradução e interpretação de Libras em contextos institucionais.

## **GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO**

Você não é obrigado a participar da pesquisa e poderá se retirar a qualquer momento durante a sua execução sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatada pelo pesquisador.

## **GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE**

O pesquisador se compromete a resguardar sua identificação durante todas as fases da pesquisa inclusive após publicação.

## **GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO**

Você não terá custos iniciais, já que o local e horário de entrevista serão marcados de acordo com a sua rotina e conveniência. Quaisquer gastos financeiros que você tiver para participar da pesquisa serão ressarcidos, caso haja necessidade, pelo pesquisador.

## **GARANTIA DE INDENIZAÇÃO**

Se houver algum dano, comprovadamente decorrente da pesquisa, você terá o direito a buscar indenização, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012 e na Resolução nº 510/2016), do Conselho Nacional de Saúde (CNS). De acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12, não se deve exigir do participante da pesquisa, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano decorrente da pesquisa.

## **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você pode contatar o pesquisador responsável, Andrew Victor Thomé Bizzo, pelo telefone +55 (27) 99276-7634 ou pelo endereço eletrônico [avictorbizzo@gmail.com](mailto:avictorbizzo@gmail.com) ou ainda o orientador do projeto, Prof. Dr. Pedro Henrique Witches, pelo telefone +55 (51) 99414-7081 ou pelo e-mail [pedro.witches@ufes.br](mailto:pedro.witches@ufes.br). Em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, você poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Campus de Goiabeiras da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/UFES-Goiabeiras) através do telefone +55 (27) 3145-9820, do e-mail [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com) ou no endereço Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. O CEP/UFES-Goiabeiras tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

## DECLARAÇÃO

Eu, (nome completo), inscrito no CPF sob o número (número do CPF), declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinado por mim e pelo pesquisador principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa *A constituição das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Universidade Federal do Espírito Santo*, eu, ANDREW VICTOR THOMÉ BIZZO, declaro ter cumprido as exigências dos itens IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

---

Andrew Victor Thomé Bizzo  
Pesquisador responsável

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS**

### **Perfil: servidor técnico-administrativo em educação ocupante do cargo de assistente em administração ou do cargo de auxiliar administrativo.**

- 1) Quem é você e o que você faz hoje na instituição?
- 2) Você lembra de quando ouviu falar sobre tradutores e intérpretes de Libras da Ufes pela primeira vez?
- 3) Você sabe dizer qual era o contexto em que este profissional estava inserido na instituição?
- 4) Você recorda como foi realizada a seleção de tradutores e intérpretes de Libras na Ufes?
- 5) Teve alguma diferença de ingresso em relação a outros servidores?
- 6) Pela perspectiva administrativa da Universidade, você lembra se houve alguma dificuldade de lotação desses profissionais?
- 7) Você sabe como os tradutores e intérpretes de Libras estão organizados hoje?
- 8) Hoje os servidores tradutores e intérpretes de Libras da Ufes estão agrupados em um setor próprio com um regimento aprovado, um documento que norteia as atividades desempenhadas por eles. Como você percebe essa forma de organização desse grupo de servidores?
- 9) Em sua percepção, qual a importância das atividades desses servidores?
- 10) Você percebe algum tipo de desafio, dificuldade ou problema relacionado com a tradução e a interpretação de Libras e língua portuguesa na instituição?
- 11) Você deseja compartilhar algo a respeito das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes?

### **Perfil: servidor técnico-administrativo em educação ocupante do cargo de tradutor e intérprete de linguagem de sinais**

- 1) Quem é você e o que você faz hoje na instituição?
- 2) Quando e como foi o seu ingresso na Ufes como tradutor(a) e intérprete?
- 3) Você sabe se, antes do seu ingresso, já havia estudantes surdos matriculados e profissionais de tradução e interpretação na Universidade?
- 4) Você já tinha alguma experiência profissional como tradutor ou intérprete em contexto universitário anteriormente?
- 5) Você teve algum preparo para atuação no contexto de uma universidade?

- 6) Em quais cursos de graduação e pós-graduação você já atuou como intérprete?
- 7) Como está organizado hoje o trabalho de tradutores e intérpretes de Libras na Ufes?
- 8) Você recorda como foi a trajetória dessas atividades desde o seu ingresso até o presente momento?
- 9) Em sua percepção, como e quando se iniciou as atividades de tradução e interpretação de e para Libras na instituição?
- 10) Para você quais são as principais dificuldades do exercício de tradução e interpretação na Universidade?
- 11) Você deseja compartilhar algo a respeito das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes?

**Perfil: servidor docente**

- 1) Quem é você e o que você faz hoje na instituição?
- 2) Quando e como foi o seu ingresso na Ufes?
- 3) Já atuou como intérprete de Libras antes? Na Universidade?
- 4) Você recorda ou sabe dizer quando se iniciou as atividades de tradução e interpretação de e para Libras na Ufes?
- 5) Você já participou de banca de seleção de tradutores e intérpretes de Libras na universidade?
- 6) Você percebe alguma ação da universidade para ampliação ou implementação das atividades de tradução e interpretação?
- 7) Na sua opinião, quais as dificuldades, desafios ou problemas podem ser percebidos na execução das atividades de tradução e interpretação na Ufes?
- 8) Como você percebe a relação entre a oferta de tradução e interpretação e a oferta de formação de tradutores e intérpretes na mesma instituição?
- 9) Você deseja compartilhar algo a respeito das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa na Ufes?